



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

Antropologia, Arqueologia e identidade no nascimento do Museu Câmara Cascudo (1960-1973)

Raquel Barros dos Santos

UNIRIO / MAST - RJ, Fevereiro de 2013

Antropologia, Arqueologia e identidade no nascimento do Museu Câmara Cascudo (1960-1973)

por

Raquel Barros dos Santos,
Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia e Patrimônio

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-
Graduação em Museologia e Patrimônio.

Orientadora: Professora Doutora Priscila
Faulhaber Barbosa

FOLHA DE APROVAÇÃO

Antropologia, Arqueologia e identidade no nascimento do Museu Câmara Cascudo (1960-1973)

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Profa. Dra. _____
PRISCILA FAULHABER BARBOSA

Profa. Dra. _____
ALEJANDRA SALADINO

Prof. Dr. _____
JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro, fevereiro de 2013.

S273 Santos, Raquel Barros dos.
Antropologia, Arqueologia e identidade no nascimento do Museu
Câmara Cascudo (1960-1973) / Raquel Barros dos Santos, 2013.
xii, 118 f. ; 30 cm

Orientadora: Priscila Faulhaber Barbosa.
Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro ; MAST, Rio de Janeiro, 2013.

1. Instituto de Antropologia Câmara Cascudo. 2. Museu Câmara
Cascudo. 3. Patrimônio cultural. 4. Museologia. 5. Arqueologia e
história. 6. Identidade (Conceito filosófico). I. Barbosa, Priscila
Faulhaber. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado em Museologia e
Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CDD – 363.69

Para meus pais e minha irmã

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida e das infinitas possibilidades que ela nos traz...

Aos meus pais por estarem sempre ao meu lado, me apoiando na minha trajetória;

À minha orientadora profa. Priscila Faulhaber pela orientação, paciência e pelo privilégio de ser sua orientanda;

A Felipe Koeller Rodrigues Vieira, pela ideia e incentivo para fazer o mestrado, por me fazer acreditar que daria certo, por todo apoio, atenção e carinho a mim dispensados;

A Wilker Romero Alves de Menezes Revoredo por estar junto comigo nos meus momentos de tensão sem fugir e sempre me apoiar;

A todos queridos do Museu Câmara Cascudo: Luis Dutra, Daniel Bertrand, Jailma, Rodrigo, Jorginho, Oscar, Fernando, Marquinhos e Jussara, pela atenção, descontração e grande ajuda no garimpo do material necessário, sem esquecer do apoio da profa. Sônia Otto e demais pessoas do MCC, que sabem do prazer que é encontrá-los;

Ao professor Nássaro de Souza Nasser e sua esposa, Professora Elizabeth Mafra Cabral, pelos conhecimentos e pela história não expressa em documentos do Museu Câmara Cascudo;

A Luis Fabiano pela força, amizade e apoio nas pesquisas que precisei realizar em Fortaleza;

Em Fortaleza também contei com a importante ajuda do bolsista Átila Saraiva, por me acompanhar nos caminhos documentais no Museu Arthur Ramos como no memorial da UFC;

À Gustavo e Márcia do arquivo do Museu Nacional por me orientar o mergulho daquele mar documental;

À Márcia Pereira pelas dicas e arquivos enviados;

À profa. Alejandra Saladino e ao prof. João Pacheco de Oliveira, pelas orientações dadas para que eu guie melhor essa dissertação;

Aos professores do programa de mestrado em museologia, pelos conhecimentos compartilhados e mostrar as rotas nesse campo;

À Juliana, muito mais que uma simples secretária, uma amiga, estando sempre pronta a ajudar, embora muitas vezes dizia que não nos queria lá na secretaria.

A todos os companheiros de curso, por compartilharmos juntos pela trilha da Museologia, dividindo conhecimentos, inquietações, somando amizades...

Aos meus amigos e amigas pelo incentivo, carinho e pela constante lembrança, sempre buscando um sinal de vida nos momentos em que estive "fora do ar"

Enfim, a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a construção desse trabalho.

RESUMO

SANTOS, Raquel Barros dos. Antropologia, Arqueologia e identidade no nascimento do Museu Câmara Cascudo (1960-1973). 2013. *Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2013. 131 p. Orientadora: Priscila Faulhaber.*

O patrimônio cultural se manifesta de diversas formas através de várias linguagens. É capaz de ligar e desligar mundos, ou seja, o patrimônio se ressignifica à medida que a sociedade ao qual ele está inserido se transforma, ao mesmo tempo, o patrimônio marca a identidade de um povo. Nesse sentido, o Museu foi instituído como espaço onde o patrimônio que é nele conservado, guardado, pesquisado e exibido se mostra segundo as interpretações de quem com ele lida. Nesse contexto, o objeto de estudo desse trabalho, é o Instituto de Antropologia da UFRN (IA), atual Museu Câmara Cascudo (MCC), museu de Antropologia e Ciências Naturais, vinculado à UFRN, que se configura como objeto de pesquisa no Rio Grande do Norte.

Entretanto, os primeiros anos do IA ocorreram num período de reestruturação do ensino superior e da vinda de influências externas. Sobretudo, norte-americana, com projetos de avaliação, conhecimento e identificação dos aspectos característicos das regiões do Brasil. O IA foi inserido nesse projeto nacional, principalmente, nas pesquisas antropológicas e arqueológicas. Sendo assim, por meio da interlocução da Antropologia e da Arqueologia com o patrimônio cultural no IA, buscou-se entender como a identidade do Rio grande do Norte se constituiu se a instituição "responsável" por essa legitimação permeou-se por visões externas.

ABSTRACT

SANTOS , Raquel Barros dos . Anthropology, Archaeology and identity at birth Cascudo Museum (1960-1973) . In 2013 . *Thesis (Master) - Graduate Program in Museology and Heritage, UNIRIO / MAST, Rio de Janeiro, 2013. 131 p. Supervisor: Priscila Faulhaber.*

Cultural heritage is manifested in various ways through various languages. It is able to turn on and off worlds, ie, it reframes its scope while it brands people's identify. In this sense, the Museum was established as a place where the heritage it is kept, stored, searched and displayed is shown according to the interpretations of those who deal with him. The object of study of this work is the Institute of Anthropology UFRN (IA), currently Câmara Cascudo Museum (MCC). The Museum of Anthropology and Natural Sciences was linked to UFRN a research site focusing on in Rio Grande do Norte State historical and cultural patrimony. However, during the early years of IA occurred during the times of restructuring higher education and informed by external influences , conducted mainly by North American projects of evaluation, knowledge and identification of the characteristic features of Brazil regions. The IA was inserted in this general trend of modernization and improvement of regionally base research, developing mainly in anthropological and archaeological research. Thus, working through the dialogue of Anthropology and Archeology focusing on cultural heritage in the IA, we sought to understand how Rio Grande do Norte identity process constituted the institution "responsible" for its legitimacy, as it had been from its beginnings permeated by external views.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

CNM - Cadastro Nacional de Museus

IA - Instituto de Antropologia

ICOM - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO

IHGRN - Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MCC - Museu Câmara Cascudo

MEC - Ministério de Educação e Cultura

PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fachada da Primeira Sede do Instituto de Antropologia. (Acervo do arquivo do Museu Câmara Cascudo). p.55.

Figura 2: Fachada do prédio, enquanto Instituto de Antropologia. (Acervo do arquivo do Museu Câmara Cascudo). p.57.

Figura 3: Fachada do Museu Câmara Cascudo. (Acervo do Arquivo do Museu Câmara Cascudo). p.58.

Figura 4: .Ficha catalográfica do machado de pedra, com etiqueta. (Acervo do arquivo do Museu Arthur Ramos). Foto da autora. p.115.

Figura 5: Ficha catalográfica do machado de pedra, sem etiqueta. (Acervo do arquivo do Museu Arthur Ramos). Foto da autora. p.116.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Correspondências do IA para instituições nacionais. p.59.

Tabela 2: Correspondências do IA para instituições estrangeiras. p.61.

Tabela 3: Síntese das principais comunicações do IA como as instituições nacionais e estrangeiras. p.64.

Tabela 4: Documentos Diversos. p.66.

Tabela 5: Relatórios do IA UFRN. p.67.

Tabela 6: Documentos sobre o Museu. p.68.

Tabela 7: Ofício recebido em 1963. p.69.

Tabela 8: Correspondência geral expedida em 63/64/65/66. p.69.

Tabela 9: Ofícios expedidos em 1962. p.70.

Tabela 10: Ofícios expedidos em 1964. p.71.

Tabela 11: Correspondências de 1965 (Ofícios). p.72.

Tabela 12: Correspondência expedida 64/67. p.76.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Arqueologia. p.73.

Quadro 2: Antropologia Física. p.74.

Quadro 3: Antropologia Cultural. p.75.

Quadro 4: Geologia e Paleontologia. p.76.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1/2
Cap.1 1.O PATRIMÔNIO À LUZ DA ANTROPOLOGIA E DA ARQUEOLOGIA: o valor simbólico dos objetos	14
1.1 - O Patrimônio como base identitária	15
1.2 - Os objetos e sua representatividade	19
1.3 - As coleções e o colecionismo	20
1.4 - A antropologia e a atribuição de significados	22
1.5 - A história da arqueologia e seus reflexos no desenvolvimento da pesquisa científica	27
Cap.2 2.A APROPRIAÇÃO E A SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM BUSCA DA IDENTIDADE (NACIONAL)	36
2.1 - O Museu: um espelho cultural	37
2.2 - Os Museus universitários e o desenvolvimento científico.....	41
2.3 - A história do ensino superior e seus reflexos sociais	46
Cap.3 3.O INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UFRN, UM ESPELHO DA IDENTIDADE NORTE-RIOGRANDENSE NA DÉCADA DE 1960	53
3.1 - Breve histórico do Instituto de Antropologia (IA)	54
3.2 - As pesquisas desenvolvidas no IA	65
3.3 - A antropologia no IA	78
3.4 - Etnografia indígena no Rio Grande do Norte	82
3.5 - A arqueologia no IA	88
3.6 Diálogos: Antropologia, Arqueologia e suas interlocuções com a identidade.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99/100
REFERÊNCIAS	106/107
ANEXO	112
Um contraponto: Instituto de Antropologia da UFC/Museu Arthur Ramos	113

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A gênese do presente trabalho se deu a partir de movimentos de conhecimento, reconhecimento e autoconhecimento. Conhecer faz parte de um momento posterior ao primeiro contato. O reconhecimento se faz quando se identifica o já conhecido, e por essas referências pode ser promovido o autoconhecimento.

A autora dessa dissertação conheceu o Museu Câmara Cascudo (MCC), museu vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ainda criança em uma visita quando cursava a antiga segunda série do ensino fundamental. Foi puro encantamento, embora não entendesse muito das coisas que estavam expostas, algumas marcaram: como a sala de São Rafael, onde havia um cenário com alguns animais empalhados e um tanque fossilífero; igualmente as réplicas da caverna de Olho d'água da escada, do município de Baraúna/RN e da Mina Brejuí, localizada em Currais Novos/RN. A sala de anatomia comparada, a de fósseis pleistocênicos e o cenário do ambiente pesqueiro com a casinha do pescador também não foram esquecidos.

Anos mais tarde ingressou no curso de História na UFRN e inscreveu-se como estagiária no Departamento de Arqueologia do MCC, onde auxiliou em algumas pesquisas, depois estagiou no departamento de Museologia. Ao final da faculdade concluiu o estágio no setor de Museografia.

Durante a permanência como estagiária e dentre suas atribuições, fazia parte escalas de plantões aos finais de semana como expositora no MCC. Nesse período em que apresentava o museu, suas salas e objetos para pessoas das mais diversas origens, culturas e idades, observou-se a importância social do museu. Para visitantes escolares, podia-se perceber que para a maioria era um passeio, mas alguns estudantes se interessavam em aprender um pouco mais sobre o Rio Grande do Norte, sua região em comparação com o que já conheciam, identificando-se com o que fazia sentido para o seu mundo. Para os turistas, em sua maioria estrangeiros, curiosos, era onde podiam 'ler um resumo da história norte-rio-grandense'. Chamavam sua atenção as exposições que não pertenciam ao seu universo cultural, o que os levava a comparar com o que parecia similar ao que conheciam.

Toda a experiência no museu, desde o primeiro contato, provocou um processo de conhecimento, na ocasião da primeira visita; de reconhecimento, quando retornou para uma experiência maior em uma vivência contínua na instituição; e de autoconhecimento, após um período de convivência com as pesquisas e com as exposições. Foram se agregando novos valores e significados e boa parcela de tudo

passou a se integrar num contexto pessoal, quando o museu fez parte de sua identidade. O tempo passou.

Quando surgiu a oportunidade de fazer o mestrado em Museologia e Patrimônio, logo veio a mente o MCC, mas surgiram muitas indagações: O que abordar? Como? Que recorte fazer? Que linha seguir? O que seria mais relevante trabalhar? A orientação da profa. Priscila Faulhaber foi fundamental nessa definição, depois de conhecer os propósitos da pesquisa, que estavam meio difusos, foi delineado que a identidade permearia a pesquisa sobre o museu desde seus primórdios ainda como Instituto de Antropologia (IA).

Desde que um ser humano conhece outro se procuram sinais diferenciais que os identificam. Pois, nas diferenças se constituem as individualidades entre os seres e, nas semelhanças se formam coletividades. Logicamente semelhanças e diferenças não são necessariamente excludentes, são aspectos identificadores. Isso pode ser verificado em religiões, etnias, sexo, ritos, dentre outras categorias onde a(s) identidade(s) se manifesta(m). A identidade pode ser definida como o estabelecimento sistemático de relações de semelhança ou diferença entre indivíduos, entre coletividades e entre indivíduos e coletividades (CASTRO, 2008). Cabe diferenciar identidade individual ou coletiva, embora nem sempre estas estejam associadas.

No que diz respeito à identidade regional, Bourdieu (2011) aborda como as relações humanas com as representações simbólicas condicionam esse processo de legitimação do patrimônio cultural. No que tange a busca por critérios objetivos de identidade "regional" ou "étnica", deve se ter em mente que são objetos de representações, como o idioma, em coisas, como bandeiras, ou em ações e isso deve ter o poder de determinar a representação mental que outros podem ser destas atribuições e de quem as porta.

Os conflitos acerca das propriedades (estigmas ou emblemas) da identidade étnica ou regional, relacionadas à origem por meio do lugar de origem e dos sinais correlatos que perpetuam no tempo. O sotaque, sendo um caso especial, conduz à definição legítima das separações do mundo social, e dessa maneira, construir e desconstruir grupos. Segundo Bourdieu, o que está presente é a imposição de uma percepção do mundo social a partir dos princípios de divisão, que quando impostas ao grupo em geral, fazem sentido e são aceitos. No caso particular, essa imposição irá atuar sobre a identidade e unidade grupal, que constituem a realidade da unidade e da identidade grupal.

Independente dos critérios adotados para delimitar as "regiões", estes nunca coincidem totalmente. Além disso, nesse caso a realidade é social de parte a parte e

as disposições mais naturais estão pautadas em aspectos não naturais¹, pois boa parte são resultados de uma imposição arbitrária, ou seja, vem de uma condição anterior da relação de forças no espaço dos conflitos pela demarcação legítima.

O discurso regionalista é um discurso que visa a impor como legítimo o novo delineamento das fronteiras e faz conhecer e reconhecer a região delimitada. Quando a classificação alcança o reconhecimento, ou realizada por alguma autoridade reconhecida, exerce o poder por si: as classificações étnicas ou regionais, como os grupos de parentesco, estabelecem uma realidade se valendo do poder de revelação e de construção desempenhado pela "objetivação no discurso" (BOURDIEU, 2011, p.116).

O poder atuante no grupo que possui o objetivo comum de existência como grupo, é um poder que impõe princípios de visão e divisão comuns, sendo assim, uma visão unificada da sua identidade, e uma visão idêntica da própria unidade. Como se forja a imposição de percepções e classes de percepção, expõe-se o lugar dominante que a lógica da manifestação possui nos movimentos regionalistas ou nacionais (BOURDIEU, 2011). Em outras palavras, os espaços onde se manifestam os grupos são lugares que identificam esses grupos segundo os seus princípios de visão e divisão. Isso faz com que grupos que não compartilhem dos mesmos princípios ocupem outros espaços.

O regionalismo ou mesmo o nacionalismo é apenas parte das lutas simbólicas em que os agentes envolvidos de maneira individual ou coletiva, dispersos ou organizados em que se discute a conservação ou a mudança das relações das forças simbólicas e dos benefícios que podem vir, sejam econômicos ou simbólicos; ou ainda, se cabe a permanência ou a transformação das leis que ditam os valores materiais ou simbólicos associados às manifestações simbólicas da identidade social (BOURDIEU, 2011).

Existir significa mais do que ser diferente, ser reconhecido como legitimamente diferente. Isto é, a vivência real da identidade presume a possibilidade real, juridicamente e politicamente assegurada, de assegurar oficialmente a diferença a qualquer unificação que se aproprie daquilo que seja diferente implica no princípio da superioridade de uma identidade em detrimento de outra (BOURDIEU, 2011).

¹ Sendo aqui entendido que as disposições mais naturais das regiões referem-se às delimitações territoriais definidas por aspectos geográficos, como rios e vales, e as disposições não naturais, são aquelas determinadas por fatores ideológicos, econômicos e/ou políticos.

Sendo assim, no caso do Nordeste, a identidade regional é representada segundo o que a classe dominante determina como características da região, por meio de critérios e definições do que é real.

É verdade que as questões que permeiam a identidade, são temas de reflexão de inúmeras disciplinas. No entanto, na busca pelo entendimento de como a identidade no Rio Grande do Norte é caracterizada, a antropologia e a arqueologia desenvolvidas nos museus tiveram destaque nessa investigação.

Em meio ao entendimento das relações entre antropologia, arqueologia e identidade o museu se faz presente como cenário e ator das disputas de poder, da memória e das ações que permeiam esse complexo conjunto de aspectos sociais em constante transformação.

Existe um consenso sobre o fato que o museu se estabelece como lugar de memória. Entretanto, trata-se de perguntar se sua relevância está no modo como essa memória é trabalhada, qual seu propósito, pois não necessariamente significa lembrar, e, que poder incide sobre a memória, bem como que memória atua sobre o poder. Nesse jogo, onde o museu pode ser um espaço de comemoração do poder ao mesmo tempo em que o poder pode ser exercido como forma de manipulação da memória, muito do que fica expresso, por exemplo, na arqueologia e na antropologia, acaba por seguir ditames de um poder que pretende revelar uma determinada memória, como pode manifestar a memória de certo poder (CHAGAS, 2006). E assim, como se qualifica e define uma identidade, que parâmetros se recorrem para fazê-lo?

Cabe identificar quem são os atores que determinam o que será valorizado em cada espaço museal, suas percepções, concepções tendências e políticas que irão interferir diretamente na forma como o material trabalhado para pesquisa e/ou exposição será interpretado e apresentado. Intelectuais, pesquisadores e pessoas que possuem autoridade no contexto patrimonial e científico são os principais agentes que irão determinar se o museu irá privilegiar o poder da memória ou a memória do poder em sítios que representam a concretização de certos interesses de grupos e indivíduos.

A exaltação da memória do poder se traduz na motivação pela constituição de acervos e coleções personalistas e etnocêntricas forjadas como se traduzissem a totalidade de objetos e pessoas, ou fossem uma representação museológica do universal com status de real em toda a sua complexidade ou ainda pudesse abranger as sociedades por meio de diagramas simplistas.

No tocante aos museus antropológicos² ou de cunho antropológico, evoca-se a pesquisa de campo; o colecionismo; as ações expositivas e a musealização. (FARIAS, 2011). Essa categoria de museus é interessante, pela concepção e leitura dos objetos, no sentido de ser capaz de revelar determinados aspectos significativos da identidade.

Sendo assim, em meio às terras tépidas do litoral norte-rio-grandense, em Natal, Rio Grande do Norte, nasceu o Instituto de Antropologia (IA), instituição universitária vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Posteriormente, se tornaria o Museu Câmara Cascudo (MCC).

Nessa dissertação realizou-se um estudo a respeito desse Instituto embasado à luz da museologia, do referencial sobre patrimônio, e de seus documentos. Trata-se de compreender como esta instituição cultural, que possui papel fundamental para o desenvolvimento social local transparece o seu olhar a partir de suas pesquisas, documentos, objetos arqueológicos e antropológicos, dentre outros elementos museológicos, bem como o que isso representa enquanto valorização do patrimônio, da cultura e da legitimação da identidade norte-rio-grandense.

A partir do estudo dos primeiros tempos do Museu Câmara Cascudo, pretende-se contribuir para o desenvolvimento da pesquisa em museologia e antropologia.

Algumas Questões e procedimentos

O MCC, instituído como museu universitário de antropologia e ciências naturais, é uma referência para o Rio Grande do Norte diante da discutida temática de que os museus são espaços diretamente ligados ao patrimônio cultural, à educação, identidade e sua relação com a produção do conhecimento. Procura-se neste trabalho analisar qual a postura dessa instituição diante da questão patrimonial, identitária e cultural no tocante às suas coleções e aos estudos relativos a elas na perspectiva da antropologia e da arqueologia.

Ainda como instituição dedicada à pesquisa e à cultura, o IA/MCC, possui papel fundamental para o desenvolvimento social regional e de formação de sua identidade. Dessa forma, é possível questionar: o que se pensava e quem pensava sobre o MCC em sua gênese? Quais eram suas pretensões em um Instituto se tornar um museu universitário? Quais seriam suas maiores contribuições nestes primeiros tempos?

O MCC conta com significativo acervo de coleções, sobretudo na área antropológica (física e cultural) e arqueológica, sem olvidar da paleontológica e da

² Esses museus, assim como os outros, devem estar de acordo com a definição do ICOM que será exposta mais adiante no Capítulo II.

malacológica, dentre outras ciências que permeiam os trabalhos do Museu. Contudo, as coleções das duas primeiras áreas são mais expressivas no que diz respeito a história do homem norte-rio-grandense ou “potiguar”³, sua cultura e seus costumes. Sendo assim, será que podemos contar a história “potiguar” a partir das pesquisas e dos objetos? O que eles representam para a sociedade estadual, no sentido de apropriação do patrimônio? Os objetos de uma sociedade vivida em outros tempos podem testemunhar e marcar a identidade cultural no Estado? Qual a relevância do Museu na construção da identidade da região?

As coleções do Museu são fruto de pesquisas dentro e fora do Estado, e de algumas doações de particulares e de outras instituições culturais, como por exemplo, o Museu Nacional⁴. Nesse sentido, como o contato do MCC com outras instituições culturais externos ao Estado e até ao país era efetuado e, qual era o seu intuito? Qual o propósito de seus gestores, e que resultados podem ser identificados?

A antropologia e a arqueologia são áreas de conhecimento que sempre estiveram associadas aos museus, encontrando nesses centros importante apoio para desenvolverem suas pesquisas. Sendo assim, qual a interlocução que o patrimônio museológico mantém com esses campos e, como o diálogo entres estes se estabeleceu no âmbito do IA/MCC?

Os primeiros anos do IA/MCC ocorreram num período de reestruturação do ensino superior e de influências externas. Destaca-se a presença norte-americana, com projetos de avaliação, conhecimento e identificação dos aspectos característicos das regiões do Brasil. O IA foi inserido nesse projeto nacional, principalmente, nas pesquisas antropológicas e arqueológicas.

Como objetivo geral buscou-se entender por meio da interlocução da antropologia e da arqueologia com o patrimônio cultural no IA, como a identidade do Rio grande do Norte se constituiu, bem como se a instituição "responsável" por essa legitimação estava permeada por visões externas.

Especificamente, os objetivos que orientam essa pesquisa são:

- Estudar a gênese do patrimônio do Instituto de Antropologia (IA) a partir das pesquisas;

³ Potiguar é uma denominação dada a quem nasce no Estado do Rio Grande do Norte, Estado onde habitava um grande grupo indígena tupi conhecido por potiguar ou potiguara que se estendia até o Estado da Paraíba. Em tupi Poti significa camarão potiguar remete ao comedor de camarão.

⁴ Após uma busca pelo arquivo do Museu Nacional, foi encontrado apenas um documento de 1970, que se referia, não à doação, mas ao empréstimo de um esqueleto de mastodonte. No entanto, o objeto não foi devolvido. Ficou como doado.

- Realizar um levantamento das principais contribuições do IA no sentido de preservação da memória, legitimação da identidade e de valorização do patrimônio;
- Sistematizar o conhecimento documental do período de pesquisas arqueológicas e antropológicas na década de 1960 praticadas pelo IA e no início de 1970 já enquanto MCC;
- Compreender como os trabalhos em parceria com outras instituições beneficiaram o IA e contribuíram para a sociedade “potiguar”;
- Abordar o diálogo da Arqueologia e Antropologia com os objetos no sentido de identificar quais as suas representações simbólicas.

A presente dissertação desenvolveu-se na linha de pesquisa 02, Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento. Esta linha traça relações mais próximas entre a Museologia e o Patrimônio nas suas mais abrangentes representações bem, como do modo que o museu dialoga com a cultura e o corpo social. Em termos de projetos de pesquisa vinculados, o presente trabalho, insere-se no projeto de pesquisa **Patrimônio, etnografia e tradução cultural em museus**, coordenado no PPG_PMUS por Priscila Faulhaber, uma vez que trabalha aspectos correlatos a cultura, sociedade e patrimônio, elementos que permeiam os museus e servem de parâmetros para análise do IA/MCC.

O estudo sobre o patrimônio do IA/MCC justifica-se pela sua importância para o Estado em suas relações com o patrimônio cultural, o seu corpo social e suas interlocuções. Por outro lado, essa pesquisa tem o propósito de contribuir para a ampliação do saber a respeito da realidade do MCC face à produção e transmissão de conhecimento, com seus acertos e dificuldades inerentes.

Para realizar essa empreitada, além da bibliografia para dar suporte teórico foi feito um garimpo pelas fichas, pastas, caixas e documentos na biblioteca do MCC relativos ao objeto em questão.

Dentre os principais documentos encontrados no MCC, atas, ofícios, relatórios, portarias e resoluções, que foram a base da pesquisa, extraíram-se informações essenciais acerca da história do IA/MCC, bem como das atividades desempenhadas nele, incluindo pesquisas, cursos ministrados, contatos com outras instituições dentro como fora do país.

Para minimizar as lacunas do estudo, procurou-se entrar em contato com funcionários e pesquisadores que tivessem atuado no IA, no período compreendido

entre 1962 até 1970, entretanto foi possível apenas estabelecer esse contato com o pesquisador em arqueologia, Nássaro de Souza Nasser e sua esposa, a pesquisadora Elizabeth Mafra Cabral. Esse encontro foi bastante esclarecedor, haja vista tenham vivido e convivido com as experiências dos primeiros tempos do IA, sua formação, a incipiência inicial em desenvolver os trabalhos, mas, ao mesmo tempo, partilharam da força de vontade que movia toda a equipe em compor um centro de estudos que fosse capaz de extrair os aspectos mais relevantes do Estado do Rio Grande do Norte, seja no sentido antropológico, arqueológico, paleontológico, geológico, dentre outras ciências aplicadas no Instituto.

Jussara Galhardo Aguirres Guerra, antropóloga e funcionária do MCC, que trabalha com a questão indigenista no Estado está participando da nova fase de reestruturação do Museu, no setor de etnografia indígena. Como esse assunto permeia o estudo nas relações com a identidade regional, a pesquisadora em sua pesquisa de mestrado, que se tornou livro "Identidade indígena no Rio Grande do Norte: caminhos e descaminhos dos Mendonça do Amarelão" (2011). Seu trabalho fornece dados importantes a respeito da identidade indígena no Estado, como os grupos indígenas "desapareceram" do cenário histórico e como estão adquirindo visibilidade.

A antropóloga adiantou que na nova exposição etnográfica, seguindo as tendências atuais, o índio, ou melhor, objetos que representem sua cultura, estarão revestidos de um valor simbólico diferente de outrora. O índio será entendido como agente histórico, capaz de mudar, se fazer presente na sua própria cultura, como estar integrado na cultura brasileira.

Além do MCC, a pesquisa se estendeu ao Museu Arthur Ramos, por situar-se no Nordeste e possuir uma trajetória similar com o IA/MCC que também começou como Instituto de Antropologia, no caso da Universidade Federal do Ceará (UFC). Depois foi criado o Museu Arthur Ramos para abrigar sua coleção.

Com a ajuda do bolsista Átila foram realizados levantamentos no arquivo do Museu e no memorial da UFC, contudo, foram encontrados poucos documentos relativos ao tema. Acredita-se que a insuficiência de informações relativas ao tema não se dê pela inexistência, mas pela falta de organização do material no período referente ao Instituto de Antropologia da UFC, sobretudo no memorial, onde os documentos estão sendo microfilmados, mas da época em questão a maior parte ainda está para ser organizada e microfilmada. Nesse caso, a pouca disponibilidade de tempo impossibilitaram a espera e uma pesquisa mais aprofundada.

No arquivo do Museu Nacional, os documentos encontram-se mais organizados, mas diante do tempo disponível e da gama de caixas com ofícios, relatórios e correspondências do período estudado, mesmo contando com a ajuda dos funcionários, Márcia e Gustavo, foram localizados poucos documentos relacionados com o IA. Alguns são referentes a assuntos geológicos, no qual tratava de planos de trabalho de campo a respeito da geologia brasileira, dentre os Estados do Nordeste estava o Rio Grande do Norte. Outros documentos, relacionados à Paleontologia, aludiam sobre empréstimo por parte do Museu Nacional de esqueletos de elefante e cavalo para o Instituto de Antropologia de Natal em 1970, esse pedido por parte do diretor do IA, José Nunes Cabral de Carvalho, tinha a finalidade de auxiliar na identificação de ossadas de mastodontes e outros ungulados do período pleistoceno encontrados no Estado pelo IA.

Após organizar todo o material possível deu-se o início ao trabalho de dissertação. Analisar, digitar e articular as informações bibliográficas, documentais e orais visando sistematizar o conhecimento acerca do IA/MCC inserido no contexto regional como instituição representante da "identidade potiguar"⁵, foi um desafio e um caminho trilhado passo a passo, com todas as vicissitudes e pressões inerentes a todo trabalho de pesquisa.

No primeiro capítulo foi tratado o patrimônio cultural, como a base da identidade coletiva. Sendo esse patrimônio expresso nos objetos, seu valor simbólico foi analisado à luz da antropologia e da arqueologia, devido à natureza do objeto em estudo, o Instituto de Antropologia da UFRN. Nesse capítulo refletiu-se sobre como o patrimônio cultural permeia todas as esferas humanas, adquire novos significados, se recria, renova ao mesmo em se perdem, pois nem tudo 'vira' patrimônio e essa

⁵ A identidade potiguar no tocante a uma abordagem cultural, o Rio Grande do Norte é um dos Estados da federação com fortes marcas da presença portuguesa do Brasil. O Marco de Touros (Touros/RN) sinaliza os primórdios da fase moderna de ocupação das terras norte-rio-grandenses por povos vindos da Europa e África, já que antes esse território era habitado apenas por grupos indígenas, como os potiguaras no litoral e os tarairius no sertão. A constituição do povo potiguar ou norte-rio-grandense foi forjada pela confluência de uma diversidade étnica compreendida por galegos, mouros, judeus (cristãos-novos), portugueses e tupis que se propagaram seguindo o caminho dos maiores rios como o Ceará-Mirim, Potengi, Açu, Mossoró e pelas regiões serranas do sertão. Dessa conjunção de culturas surgiu uma marcada tanto por aspectos da civilização do couro e do algodão, como por fatores de uma religiosidade católica caracterizada pela miscigenação de traços judaicos e indígenas.

Nas áreas litorâneas, sobretudo no leste do Estado, o cultivo da cana-de-açúcar também favoreceu para a integração do aspecto africano presente no interior através da geração de várias comunidades quilombolas que estão sendo pesquisadas atualmente.

A partir desses agrupamentos emergiram no Rio Grande do Norte três grandes pólos culturais: a região do Litoral Leste, identificada por povoações que se transformaram em cidades em torno da Grande Natal (Extremoz, Ceará-Mirim, São Gonçalo, Macaíba, Nísia Floresta e Goianinha), do Seridó (com os pólos de Caicó e Currais Novos), do Oeste Potiguar (marcada pela presença de Mossoró e Pau dos Ferros).

Das muitas manifestações culturais do Estado, se destacam nesse contexto danças como o Zambê, os Congos, o Pastoril, os Caboclinhos e o Boi de Reis. Além disso, bandas de música, poesia popular, artes plásticas e artesanato são algumas manifestações que representam a sensibilidade, o imaginário e o modo de ser dentre outras marcas que identificam o potiguar, o norte-rio-grandense.

seleção, exercida por determinados intelectuais que conduzem significados e valores ao patrimônio bem como a sua perda. E assim, o patrimônio cultural representa a identidade nacional, em suas mais diversas e complexas designações, segundo a "eleição material" legitimada a alguns.

Ao mesmo tempo a identidade regional, no caso em questão a nordestina, há não apenas o que a representa, mas como é representada partindo de uma visão exógena, logicamente não corresponde à realidade, mas a marca se sedimenta e, a referência à seca, pobreza e um "sotaque característico" estará sempre vinculado ao Nordeste.

Os objetos são materializadores e mediadores identitários, é por meio deles que a memória coletiva se recarrega para a continuidade no tempo. Assim como os objetos, as coleções também vão modificando sua importância, sentido, valores e significados de acordo com a época e os grupos sociais aos quais estão inseridos. Todavia, situam-se entre as instâncias do visível e do invisível. Para a antropologia como para arqueologia, os estudos da cultura material foram essenciais para o avanço teórico-metodológico dessas ciências, pois a partir do paradigma da "história natural" se enriqueceram de premissas teóricas e procedimentos sistematizados.

Entretanto, o desenvolvimento dessas disciplinas teve seus períodos diferenciados, no sentido de maior ou menor crescimento. Na antropologia, procurou-se conhecer como se deu seu amadurecimento em suas investigações e teorias, estando associados aos museus. Ao mesmo tempo em que estes forneciam materiais para a elaboração de métodos e teorias, a antropologia criava modelos museológicos, determinando o que e como essa categoria de objetos deveria ser representada, ou seja, como se atribuía parte do valor simbólico da cultura material.

A arqueologia, também tendo seu desenvolvimento vinculado aos museus, tem como divisor de águas, o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), quando se definiu sua sistematização. Os museus, como centros de pesquisa a enriqueceram em sua produção teórica e metodológica, gerando cada vez mais trabalhos nesse sentido.

Após traçar um panorama geral sobre o patrimônio cultural, voltado para os objetos e as coleções, e como a antropologia e a arqueologia se especializaram enquanto ciências e suas relações com o patrimônio, no segundo capítulo a atenção é direcionada para os lugares onde as ciências se desenvolveram e o patrimônio cultural se legitimou como identidade.

Para tanto, parte-se do Museu, instrumento de conflitos, reflexões, tensões, preservação e legitimações, para investigar-se como a formação institucional acompanhou as mudanças sociais, revelando novidades, encaminhamentos desdobramentos e adquirindo novos significados. Em suma, o museu com todas suas especificidades e atribuições, reúne a memória coletiva, se constitui como lugar de representações e espaço de mediação cultural.

Terreno fértil que se tornaram os Museus favoreceu os campos da arqueologia e, principalmente da antropologia, profundamente interessados no patrimônio cultural, dedicaram grande parte da produção científica a conferir o papel identitário dos objetos materiais na representação social de identidades nacionais, regionais, étnicas, dentre outras.

Como boa parcela dos museus está vinculada às universidades, assim como o IA/MCC, acompanharam a história das universidades e do ensino superior, então buscou-se entender o que são esses museus, como surgiram, com que propósito foram criados e como as ciências avançaram nesses espaços e suas dificuldades.

Por outro lado, enriquecendo esse entendimento, o projeto de Anísio Teixeira para as universidades e o ensino superior no Brasil mereceu atenção nesse trabalho. Será exposta sua trajetória e formação, bem como sua visão da necessidade de integrar ensino, pesquisa e conhecimento das particularidades nacionais, que somente pode ser visualizada por um espectro mais amplo de atores sociais a partir dos anos 1930, com a instalação de instituições universitárias. Contudo, a disseminação do pensamento europeu aristocrático difundiu uma cultura não correspondente com a realidade no país e isso se perpetuou por muito tempo gerando grandes consequências. Mais tarde, como modo de reverter parte dessa "distorção cultural" Anísio Teixeira irá demonstrar como a mudança da postura social e posteriormente a criação de leis seria possível favorecer o desenvolvimento do ensino superior no sentido de uma formação identitária mais coerente com a realidade social.

Concluída essa contextualização tornou-se mais claro trabalhar no último capítulo os aspectos inerentes ao Instituto de Antropologia da UFRN, podendo a este ser atribuído o poder de representação da identidade potiguar. Inicialmente foi proposto um breve histórico da instituição, no qual ficaram conhecidos seus primeiros personagens. A partir dos documentos (relatórios, circulares, portarias, ofícios, correspondências, jornais e resoluções) encontrados no Museu Câmara Cascudo, foi possível apreciar a dinâmica do IA: as atividades desempenhadas, os cursos ministrados, as comunicações com instituições nacionais e estrangeiras, as publicações, as pesquisas em antropologia, arqueologia, paleontologia, malacologia,

dentre outras ciências. Pois, desde que o IA foi criado, com anseios futuros de se tornar um museu universitário, visava-se projetar os aspectos mais relevantes do Estado sob a ótica antropológica, arqueológica, geológica, paleontológica, etc. Em síntese, cada disciplina seria responsável por extrair o que tivesse valor de representatividade para o Rio Grande do Norte.

Como o foco das ciências no IA estão na antropologia e na arqueologia, foram abordadas separadamente para se entender como cada uma em suas pesquisas se relacionava com a etnografia indígena e, forneceram dados e interpretações que contribuíssem para a construção da identidade potiguar.

Partilhando de uma época e circunstâncias semelhantes, foi posta em anexo a pesquisa sobre o Instituto de Antropologia da UFC/ Museu Arthur Ramos que serviu de contraponto para ampliar a ideia de como esses institutos de pesquisa desenvolveram um projeto de ciência associado à formação da identidade regional.

CAPÍTULO 1

O PATRIMÔNIO À LUZ DA ANTROPOLOGIA E DA ARQUEOLOGIA: o valor simbólico dos objetos

1.1. O Patrimônio como base identitária

A palavra patrimônio pode se revestir de vários significados e em diversos campos do conhecimento, como por exemplo, na Economia, no Direito, na Antropologia, na Museologia, dentre outras. Em geral, patrimônio remete ao que é passível de transmissão a gerações futuras por implicar uma determinada relevância. Como Choay (2006) define, patrimônio constitui a herança deixada de pais aos filhos, concebendo assim, como algo pertencente à família.

Na perspectiva atual da Museologia, enfatiza-se o Patrimônio Cultural. Especificamente no Brasil, o que é compreendido como Patrimônio Cultural está expresso no Art. 216 da Constituição Brasileira de 1988, no qual o define juridicamente que "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". Nesse rol estão inclusos as formas de expressão; as maneiras de criar, sejam elas de natureza científica, artística e/ou tecnológica; modos de viver; elaboração de obras, objetos, documentos e construções. Além disso, os espaços às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos; e, sítios de importância histórica, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico também se integram.

A proposta deste trabalho é contribuir para novas interpretações acerca da constituição identitária do patrimônio cultural na formação do Museu Câmara Cascudo no Rio Grande do Norte. Este museu se formou no âmbito do antigo Instituto de Antropologia, concebido como um lugar de preservação da memória social, sendo que a historicidade de suas relações com o corpo social irá legitimá-lo como tal.

É concebível que no patrimônio haja apropriação e perda, de acordo com Gonçalves (1996), isso é decorrente do próprio processo histórico que aparece como algo destrutivo, que fluidifica os valores, instituições e objetos relativos a uma "cultura", "tradição", "identidade" ou "memória". Isto implica um paradoxo. Diante de critérios e de determinadas circunstâncias em que se definem o que vai ser patrimônio ou não, objetos adquirem novos significados. Formam-se coleções, criam-se museus, tombam-se edifícios e monumentos considerados importantes social e historicamente e que estejam em vias de serem destruídos ou dispersados. É como se as representações do patrimônio cultural tivessem o atributo de totalidade, autenticidade e direito de continuidade através dos tempos. A preservação se origina de um sentimento de perda e a memória social constitui como representante oficial o "patrimônio eleito".

De acordo com S. Stewart (STEWART, 1984 apud GONÇALVES, 1996), as práticas de apropriação, restauração e conservação desse patrimônio são basicamente motivadas por uma vontade permanente pela autenticidade, cujo efeito advém de sua própria perda. A estrutura desse desejo pela autenticidade se verifica nas narrativas nacionais acerca dos patrimônios culturais. E, através "dessa estrutura que a nação é retirada da história e da contingência e, transformada num objeto de desejo, numa entidade estável e permanente" (STEWART, 1984 apud GONÇALVES, 1996. p.25-26).

De toda maneira, as estruturas legitimadas como patrimônio cultural são criações de intelectuais que, por meio de narrativas, as elaboraram da mesma forma que concebem a nação brasileira, enquanto responsáveis por proteger e determinar esse patrimônio.

No Brasil, após o Estado Novo propagou-se uma orientação da ideologia nacionalista por parte de uma nova elite urbana. As discussões acerca da identidade nacional que, anteriormente, estavam mais relacionadas a "raça", passaram a dar lugar aos conceitos culturais, mais coerentes com a nova realidade que fossem capazes de definir o que seria a identidade brasileira, de que se constituiria, qual sua essência, sendo esta tida como base qualificadora e diferenciadora da identidade de outras nações (GONÇALVES, 1996; SKIDMORE, 1974; SCHWARTZ, 1993).

Com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional), em 1937 por decreto presidencial e subordinado ao Ministério da Cultura e Saúde, o patrimônio histórico e artístico nacional passou a ser definido como

"o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". (SPHAN, 1937).

Os monumentos naturais, sítios e paisagens notáveis pela sua aparência, relevância e passíveis de conservação e proteção também se integram no conceito de patrimônio. O objetivo desse serviço era justamente proteger e preservar o patrimônio brasileiro. A partir de então, foi dado um passo importante no sentido de administrar as representações simbólicas da identidade e da memória nacionais.

A identidade nacional representada pelo patrimônio cultural, em suas mais diversas designações, visa a ser exibida e contemplada, para assim alcançar o *status*

de realidade, de sair do imaginário para a concretude, legitimando a narrativa acerca da nacionalidade. Nessa identidade se difunde uma ideia de totalidade do patrimônio cultural. Diante da complexidade de aspectos e características tão distintas presentes num país de dimensões continentais como o Brasil, a totalidade não implica em unanimidade. Nesse caso, a identidade regional minimiza as distinções por intermédio de elementos típicos e semelhantes e, comumente, próximos dentro do país. (BOURDIEU, 2011) Esquemáticamente é como se gerassem 'conjuntos culturais brasileiros'.

A etimologia do termo região (*regio*), segundo Emile Benveniste, "conduz ao princípio da di-visão, ato mágico, quer dizer, propriamente social, *diacrisis* que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória na continuidade natural"⁶. (BENVENISTE, 1969 apud , BOURDIEU, 2011, p.113). Além disso,

"a procura dos critérios "objetivos" de identidade "regional" ou "étnica" não deve fazer esquecer que, na prática social, esses critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objetos de *representações objectais*", em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental que os outros podem ser destas propriedades e dos seus portadores." (BOURDIEU, 2011, p.112).

As disputas sobre as propriedades sejam estigmas ou emblemas estão associadas à origem por meio do lugar de origem e dos sinais mais resistentes ao tempo que lhes são correlatos. Por exemplo, o sotaque configura um caso à parte do universo das disputas classificatórias, e estas, por sua vez, chegam até a impor o que seja uma determinação legítima das divisões do mundo social e, por seu intermédio, de construir e de desconstruir os grupos (BOURDIEU, 2011).

Para ilustrar a colocação acima tomamos o sotaque nordestino. Mesmo havendo diferenças entre os nove Estados da região, que geralmente são percebidas por quem é do Nordeste, o sotaque é algo que identifica os habitantes da região, sobretudo para os de fora. É fato que o Estado normalmente não se percebe no primeiro contato, mas a região, o sotaque logo denuncia. E, a partir desse aspecto surgem inferências a respeito de outras características que marcam a região, mas nem sempre corresponde à realidade, pelo menos de maneira uniforme, como o fato de o Nordeste ser conhecido como região tipicamente seca, pobre e subdesenvolvida.

⁶ A descontinuidade expressa pelo autor não fica restrita entre às áreas espaciais, mas também entre as cidades, os sexos, dentre outros aspectos.

Poderia se perguntar em que medida o MCC pode ser visto como um museu com 'sotaque potiguar'.

De fato, o que se forja é o poder de estabelecer uma perspectiva do mundo social por meio dos preceitos de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, efetua um sentido e um consenso acerca do mesmo. Em especial, esse poder atua sobre a identidade e a unidade do grupo (BOURDIEU, 2011).

É verdade que fatores históricos, geográficos e políticos tenham contribuído bastante para essa divisão territorial, com relação à formação e delineamentos dos grupos sociais, mas não os determina de maneira unificada e imutável. Contudo, alterar esse imaginário, nem que seja um pouco, impõe-se um longo processo de lutas contrárias a essa visão motivadas pelo anseio de ressaltar as propriedades simbólicas.

Bourdieu reflete sobre o que abarca ou especifica uma região. Indica que

por um efeito que caracteriza de modo próprio, as relações de (mal)conhecimento e de reconhecimento, os defensores da identidade dominada aceitam, quase sempre tacitamente, por vezes explicitamente, os princípios de identificação de que a identidade é produto (BOURDIEU, 2011, p.109 e 110).

Configura-se um engessamento da ordem estabelecida. Como para muitos é mais fácil aceitar, seja por desconhecimento ou pouco conhecimento, o que for integrado com a denominação de legítimo ou autêntico será absorvido sem dificuldades.

É importante acrescentar que mesmo as propriedades simbólicas mais negativas, podem ser apropriadas e usadas de forma estratégica a serviço dos interesses materiais de maneira que não há praticamente a possibilidade de desconhecimento por parte do sujeito social (BOURDIEU, 2011).

As propriedades simbólicas positivas ou negativas também são evidentes nos objetos, não obstante valores de uso e troca, dentre outros, eles devem ser interpretados como valor simbólico, pois sua essência está na capacidade significar uma condição (BAUDRILLARD, 1968). Como criações humanas os objetos materializam as intenções de quem os gerou, e acompanhando as mudanças sociais vão somando, perdendo ou transformando seus significados e valores. Sendo assim, não há como desvincular os objetos do corpo social, pois, estão intrinsecamente inseridos nele.

1.2. Os objetos e sua representatividade

Um fator importante de mediação social é o objeto, como um dos principais elementos de representação e de preservação da memória para o homem. De acordo com Santos (SANTOS, 2000) a relação do homem com o objeto o fez evoluir de forma mais eficaz como suas ideias e sua história perdurassem. Até a chegada da escrita, o objeto foi o suporte mais amplamente utilizado, considerando-se as condições históricas e geográficas de cada cultura. Com isso, o homem percebeu que a capacidade do objeto resistir o tempo era maior que a dele, então, mais do que uma garantia da preservação da memória: o objeto poderia ser utilizado para “estabelecer uma linguagem composta de signos e símbolos” (SANTOS, 2000, p.17). Já que ele não se expressa por palavras, mas pelo que representa e essa representatividade deve fazer sentido para quem produziu o objeto e para o grupo ao qual ele pertence.

Para que essa memória possa ser mantida, os museus vêm buscando através dos tempos encontrar métodos eficazes de preservação e, assim, prolongar cada vez mais a vida dos objetos. Esses métodos ou fórmulas para que os homens continuem existindo em memória, marcando sua trajetória no tempo, consistem na conservação e na preservação dos objetos. Nesse sentido, a experiência de colecionar, guardar, preservar e conservar é sistematizada e legitimada nos museus. Reunir e organizar o que o homem produz e transmite de geração a geração como fruto de sua vivência, acaba por adquirir um valor social, de grande relevância para a educação e a cultura como um todo.

Como as instituições museológicas articulam uma gama de relações sociais, políticas e epistemológicas, estas as constituem como lugares propícios para a pesquisa, a discussão e a reflexões acerca das interlocuções simbólicas, sociais e políticas entre os vários grupos sociais⁷, razão pela qual a investigação sobre os objetos se concentram nesses sítios.

Com todas as dificuldades inerentes acerca de paradigmas, com suas concordâncias e discordâncias, as teorias antropológicas evolucionistas e difusionistas

⁷ Gonçalves (2007) assinala sobre a transferência dos objetos materiais para os museus, ou para outros espaços públicos ou privados, que isso implica em uma função a priori. Esses objetos certamente desempenharam alguma função de uso cotidiano, ritual, de troca ou outro papel e mudaram sua condição ao integrarem o espaço e as coleções nos museus, configurando assim, uma nova fase na vida em sociedade. É justamente nesta fase que os objetos revelam quando se tornam símbolos que legitimam valores, pensamentos e identidades incorporadas por distintos grupos sociais, de acordo com os processos sociais aos quais esses grupos atravessam. Pela sua constante circulação na vida social, a observação descritiva e analítica das alterações dos objetos por meio de suas mais variadas conjunturas sociais constituídas pelas diversas trocas, proporciona a compreensão acerca do movimento sociocultural, em suas disputas, semelhanças, contradições, bem como suas consequências nas relações coletivas e individuais.

produziram os modelos museográficos dos grandes museus enciclopédicos do século XIX (SCHWARCZ, 1998; DIAS, 1991, GONÇALVES, 2007). O propósito era relatar a história da passagem do homem na terra a partir de sua gênese mais remota, refazendo o trajeto até alcançar o que se compreendia como nível mais avançado da “evolução”, no caso, as modernas sociedades ocidentais⁸.

Com relação à apropriação dos objetos arqueológicos e antropológicos expostos bem como ao próprio museu, estes possuem significados diferentes se analisados em coletividade ou individualmente. O processo museológico de apropriação implica em experiências e memórias de cada ser humano, constituindo e reconstituindo seus mundos a cada novo olhar. Dessa maneira, os museus envolvem processos de apropriação de patrimônio relevantes para as identidades sociais (SCHEINER, 2005).

A apropriação de objetos e coleções antropológicas, fator constitutivo da formação de museus, embora dialogue com projetos exógenos, está relacionado à participação desses museus na construção da identidade regional (FAULHABER, 2008). A incorporação de objetos e coleções arqueológicas aos museus também veio a cumprir tal papel identitário.

1.3. As Coleções e o Coleccionismo

Para Pomian⁹, as coleções estão presentes em todas as sociedades e reconhecidos em todos os grupos humanos. Fazem parte de uma teia de trocas simbólicas e sociais entre os mais diversos grupos e, servem para intermediar o invisível do visível. Embora os termos e significados dos objetos, bem como, das coleções, comumente variam de um grupo social para outro de acordo com sua cultura e história, a ponte entre a instância visível e invisível que concede as coleções um caráter universal por meio de sua exposição ao olhar. Entretanto se incorre o risco de preterir as inúmeras atividades sociais e culturais envolvidas por meio das quais as coleções se formam e se transformam (GONÇALVES, 2007).

Clifford se preocupa com as experiências de colecionamento no ocidente moderno, sobretudo, para os processos pelos quais os chamados “artefatos tribais” vieram, segundo ele, a ser "reapropriados pelos museus, sistemas de troca, arquivos

⁸ O contato da ciência antropológica com os objetos foi bastante peculiar, sobretudo do ponto de vista interpretativo. O objeto material como ponto de partida reflexivo, inicialmente marcado por uma visão etnocêntrica, não obstante as teorias evolucionistas e difusionistas, era o elemento usado para explicar a cultura, como um complexo conjunto de traços culturais e objetos, como se dessa maneira fosse capaz de responder questões e resolver problemas universais. Nesse momento foi inaugurou-se uma especificação na pesquisa antropológica denominada de cultura material.

⁹ Krzysztof Pomian, historiador e filósofo francês autor da "Teoria geral das coleções".

disciplinares e tradições discursivas do ocidente" (CLIFFORD, 1988 apud GONÇALVES, 2007, p.47).

O processo de colecionamento faz parte da composição de certas subjetividades tanto individuais como coletivas, e se dão de formas e propósitos distintos. Como é o caso das sociedades tribais e das sociedades mais complexas e tradicionais. Nestas, Clifford observou que o colecionamento está relacionado com a redistribuição e ao desenrolar natural e histórico de decadência; já no ocidente, essa prática visa à acumulação e à preservação. Nesse processo, se transformam os valores sociais, estéticos, políticos e, o que é colecionado tem uma roupagem de "autêntico", "tradicional", "legítimo", ficando em segundo plano a pluralidade ou a historicidade numa visão atual (CLIFFORD, 1988 apud GONÇALVES, 2007).

O colecionamento é capaz de criar representações sobre o outro de acordo com sua subjetividade, lembrando que essa prática é sempre parcial e incompleta, pois são sempre realizadas por sujeitos imbuídos por sua criação cultural, por isso, limitados, e que diante de outras representações simbólicas apreendem uma ou algumas facetas destas. Além do mais, uma coleção é entendida como conjunto não como uma totalidade.

É interessante o paradoxo gerado nessa conjuntura: na prática de colecionar para constituir uma representação sociocultural total a partir de fragmentos e visões fragmentadas. Então se percebe a complexidade da ideia de se colecionar, embora essencialmente importante para se preservar o que o "processo histórico destruiu", não se saberá ao certo se a representação do "outro", se configura coerente com sua realidade.

A moderna compreensão etnográfica de cultura ou culturas, relacionada a "totalidade", "autenticidade", "coerência" é o que se representa nesses processos. Os definidos como "tradicionais" proporcionam uma visão de essência e um propagação no tempo a diferenciar as culturas. A leitura da história é de um processo contínuo e destrutivo, no qual o colecionamento a exposição dos objetos tem a responsabilidade de "resgatar" e "preservar" "as culturas" e as "tradições" (GONÇALVES, 2007).

No que tange as coleções, desde que a antropologia se tornou uma disciplina o trabalho em campo e a pesquisa *in situ*, bem como os estudos de objetos guardados e/ou exibidos em museus, tornaram-se parte da produção do conhecimento antropológico (FABIAN, 2010). Nesse sentido, o colecionismo científico/acadêmico se enriqueceu de premissas teóricas e procedimentos metodológicos a partir do paradigma da "história natural" que propiciou a constituição e autonomização do campo da antropologia social e da arqueologia.

Fabian compartilha da ideia que os estudos da cultura material foram essenciais para o avanço da antropologia cultural. No entanto, ele observou uma paralisação na maneira de colecionar presente nos museus, como se existisse um jeito de colecionar. O conhecimento estava disponível seguindo tendências que flutuavam entre os interesses científicos e estéticos.

É fato que o colecionismo de caráter científico tornou-se carregado de premissas teóricas, práticas e métodos compreendidos sob o paradigma da "história natural". Saber lidar com isso, é tão essencial quanto resolver os problemas que os museus etnográficos enfrentam (FABIAN, 2010). Disciplinas como a antropologia e a arqueologia - cada uma seguindo linhas próprias de pensamento - estão diretamente empenhadas na resolução dessa questão, como lidar com os objetos respeitando seus valores e sua simbologia.

1.4. A antropologia e a atribuição de significados

Segundo Gonçalves (1995) a relação entre antropologia e museus atravessou por um processo de afastamento e reaproximação. A formação da antropologia como disciplina está diretamente associada aos museus. Contudo, os antropólogos do século XIX não participavam de trabalhos de campo: eles identificavam, classificavam e estudavam materiais, geralmente etnográficos, trazidos por missionários, comerciantes viajantes que vinham trazendo seus relatos de viagem.

Dessa maneira, foram formadas coleções materiais trazidos em grandes quantidades e que enriqueceram o acervo dos museus ocidentais. Essas coleções serviram de base para teorias antropológicas que, ou eram evolucionistas ou difusionistas¹⁰. Ambas eram usadas para justificar a superioridade da sociedade aos quais os antropólogos estavam inseridos, como também serviram de modelo para grandes museus enciclopédicos do século XIX.

Em fins do século XIX, essas teorias passaram a ser fortemente contestadas. Com destaque para Franz Boas, que dentre suas críticas, o ponto chave era

¹⁰ Essas teorias marcaram o início dos estudos antropológicos acerca das diferenças culturais. O Evolucionismo é marcado pela teoria da seleção natural de Charles Darwin, na qual buscava-se explicar a variedade das espécies por meio da evolução. No entanto, esse pensamento estava imbuído por um pensamento etnocêntrico, cuja organização sócio-política-econômica europeia seria o nível mais alto de civilização. No Difusionismo, o desenvolvimento cultural estava baseado na troca, no contato entre grupos culturais diferentes, ao contrário do Evolucionismo, essa corrente quebra com o paradigma de linearidade cultural, na qual a cultura era uma teia de elementos vindos de outras culturas com outras origens e histórias.

“que esses antropólogos pensavam os objetos em função de seus macro-esquemas de evolução e difusão, esquecendo-se de se perguntarem pelas funções e significados dos traços culturais e dos objetos que identificavam e colecionavam no contexto específico da sociedade e da cultura onde foram produzidos e usados” (Gonçalves,1995, p.58).

A partir de então, a ciência antropológica se afastou dos museus e seu foco deslocou-se dos objetos para as relações sociais e seus significados, voltando-se ao âmbito acadêmico, nos novos departamentos de antropologia (SCWARCZ, 1998; GONÇALVES, 1995).

Mas esse afastamento não foi algo definitivo. A partir da década de 1980, os objetos materiais, compondo coleções, museus, arquivos e "patrimônios culturais" passaram a ser estrategicamente priorizados para estudos e reflexões a respeito das relações sociais e simbólicas existentes entre os agentes históricos da antropologia social ou cultural, que eram os viajantes, missionários, etnógrafos, antropólogos, nativos, museus, colecionadores, universidades, etc. Essa nova conjuntura favoreceu "a uma reaproximação entre antropólogos e museus, os quais passaram a ser considerados como objetos de pesquisa, descrição e análise" (GONÇALVES, 2007, p. 22). Nesse momento, Gonçalves (2007) chama a atenção para um trabalho de problematização sistemática das ações efetuadas por essas instituições enquanto mediadores políticos, sociais e simbólicos no processo de formação das representações de ideologias acerca de vários setores sociais.

No Brasil, a antropologia também se desenvolveu a partir de pesquisas e de relatos de viajantes, que desbravavam o território e, geralmente com forte conteúdo etnográfico. Esses viajantes, muitas vezes denominados de cronistas são referidos em escritos de muitos pesquisadores e intelectuais como Florestan Fernandes (1949), Estevão Pinto (1958), José Baptista Borges Pereira (1967) e Luís da Câmara Cascudo (1971), sendo a atenção deste último especialmente dedicada ao folclore brasileiro. Além desses, Curt Nimuendajú com seus vários trabalhos sobre diversos grupos indígenas também contribuiu de modo imensurável à constituição da antropologia brasileira.

No que tange a etnologia brasileira (MELATTI, 1983), aqui é compreendida como parte da Antropologia Cultural ou Social que envolve:

"os estudos em que o pesquisador entra em contato direto, face a face, com os membros da sociedade, ou segmento social estudado, contrastando-a com a Arqueologia, que abarca as pesquisas apoiadas em vestígios deixados por sociedades desaparecidas ou

por períodos passados de sociedades que continuam a existir" (MELATTI, 1983, p.32).

Estudos sobre mudança social, mudança cultural ou aculturação têm início nos anos trinta, mas sobre comunidades apenas nas décadas de 1940 e 1950, período em que contatos entre pesquisadores de instituições nacionais como, por exemplo, Comissão do Vale do São Francisco, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo e, internacionais como a Smithsonian Institution¹¹ investigaram sobre as comunidades do Vale do São Francisco. Mais tarde, os estudos de comunidade mudaram o foco da pesquisa, por darem menos atenção às investigações das totalidades socioculturais e mais a um determinado aspecto. Essa foi a razão para esse tipo de estudo ter deixado de ser denominado de "estudos de comunidade" passando a ser conhecidos como "estudos regionais" (MELATTI, 1983, p. 38).

A partir daí, pode-se inferir a pretensão de se delinear uma visão geral sobre a sociedade brasileira, por meio da reunião do maior número de dados espalhados pelas várias regiões do país. Além disso, essas pesquisas também buscavam analisar as mudanças culturais, a resistência da vida tradicional, a educação e os costumes, dentre outros aspectos.

Reafirmando que a relação entre antropologia e museus foi marcada por momentos de aproximação e distanciamento, Nélia Dias (2007) atesta que a disciplina antropológica desde o início do século XIX estava revestida por caráter problemático.

Muito se tem discutido a respeito dos museus etnográficos, por um lado, transparecerem uma crise nos países europeus por intermédio de sua renovação ou transformação. O foco dos debates a seu respeito tratam do que devem ser feitos com os museus de etnografia, qual sua função dentro do contexto conceitual antropológico na atualidade e qual seu papel como espaço de apresentação e representação de diferenças culturais em tempos de globalização.

Por outro lado, a ciência antropológica parece habitar uma atmosfera de constantes questionamentos em volta de seu objeto de estudo e de seus limites

¹¹ A Smithsonian Institution é fruto de uma vultosa propriedade deixada para os Estados Unidos por James Smithson (1765-1829), rico cientista britânico que viajou muito. Seu propósito era que se fundasse uma instituição voltada para o aumento e difusão do conhecimento. No entanto, somente seis anos após sua morte o presidente anunciou sua doação para o Congresso, e entre decorridas discussões por anos seguintes, apenas em 10 de agosto de 1846 o presidente do Congresso James K. Polk assinou uma lei que criou a Smithsonian Institution. Esta instituição é administrada por um Conselho de Regentes e um secretário. Desde sua fundação a Smithsonian Institution tornou-se um grande e complexo de pesquisa, com dezenove museus, nove centros de pesquisa e o Zoológico Nacional.

Na década de 1960, seguindo as tendências do desenvolvimento científico, Clifford Evans e Betty Meggers, arqueólogos da Smithsonian e interessados na pesquisa de sítios cerâmicos estudaram parte da América do Sul, sobretudo no Brasil onde percorreram a região amazônica e foram também ao Nordeste. No Rio Grande do Norte encontraram cerâmicas com traços similares aos achados na Amazônia.

disciplinares. Sob esta óptica, a relação entre antropologia e museus acaba por se delinear de maneira problemática e estimular o diálogo se configura como trabalho bastante árduo.

Na tentativa de entender as causas dessa crise, Dias indaga se a crise está vinculada ao museu, à antropologia ou a relação entre ambos. Nos museus etnográficos houve o questionamento acerca do conceito de objeto etnográfico que pisava numa linha tênue entre sua interpretação como objeto de arte e como objeto etnográfico.

O museu pensado como um ambiente de construção do conhecimento e seus objetos como testemunhos e agentes atuantes na produção do saber em termos conceituais, temáticos de pesquisa e como instrumentos metodológicos, contribuem para evidenciar problemas relacionados à existência de antigas civilizações e de povos primitivos.

A etnografia, dentre outras disciplinas, influenciou a prática museológica ao mesmo tempo em que foi modelada por sua prática antropológica. Entretanto, os contínuos conflitos suscitados sobre a inclusão dos objetos nos museus, ora definidos como objetos de arte ora como artefatos antropológicos levantou-se o pensamento se a antropologia necessariamente teria de estar atrelada ao museu.

Os museus etnográficos, devido à sua íntima ligação com a prática colonial, são confrontados com questões que lhe são específicas. O período pós-colonial provocou uma nova leitura sobre este tipo de museu, discutindo-se as formas de coleta e apropriação dos objetos com base nas relações coloniais. É quando a autoridade do antropólogo se pôs a prova no âmbito da instituição museal. Pois o que veio à tona foi a necessidade que os povos até então representados nos museus merecem uma voz não ouvida nos espaços expositivos. Dessa forma, criaram-se três pontos de discussão: "a autenticidade do objeto, a autoridade do discurso e a inalienabilidade das coleções" (DIAS, 2007, p.7).

Nélia Dias também aborda sobre o quanto a crise dos museus etnográficos está relacionada com a crise da antropologia, já que as contradições entre essas duas instâncias é algo decorrente de décadas passadas, detectadas desde 1950. Ao aprofundar nesta questão, foi diagnosticada outra crise que ficou bem clara na antropologia de origem britânica: a pesquisa da cultura material separou-se da antropologia social com a conseqüente divisão do trabalho entre os especialistas que estudavam os artefatos e os que pesquisavam a sociedade ou a cultura, ou seja, que explicavam os contextos socioculturais.

Ao focarem os estudos dos objetos materiais e à esfera funcional e simbólica, os antropólogos deixaram de lado abordagem estética desses objetos. Como

decorrência desse não acolhimento pela estética dos objetos materiais na década de 1950 em diante, fez com que os historiadores da arte tomem essa abordagem abandonada pelos antropólogos e estes, por sua vez, além de não trabalharem com a amplitude de uma abordagem funcional e estética acerca do objeto material, perderam a autoridade de estabelecer estilos e critérios sobre a estética do artefato.

Mas também, se a crise entre antropologia e museu fosse de uma decorrente insuficiência do museu em relação às expectativas da antropologia, no sentido de que o museu pudesse ter deixado de ser um espaço de formação de saberes e de já não corresponder com a função de ilustração e divulgação do saber.

No entanto, a antropologia conseguiu encontrar nos museus, sejam eles etnográficos ou não, "um futuro domínio de investigação aplicando conceitos (cultura), metodologia e instrumentos de análise" (DIAS, 2007, p.9). Estas instituições museais, pelas questões em que estão envolvidas, poderiam despertar maior interesse dos antropólogos. Seria bastante interessante, além de fundamental que os museus etnográficos pudessem expor a pluralidade de leituras que acercam um mesmo objeto ou de uma coleção, respeitando os períodos históricos e a quem pertencem culturalmente. Essa discussão é um terreno fértil e fundamental no campo museológico, pois estimularia reflexões e estudos comparativos sobre interpretações e direções dos museus de acordo com as mais diversas culturas.

Nesse sentido, observa-se que o desenvolvimento das discussões que envolvem museus e antropologia depende do amadurecimento do interesse de que se estreite essa relação como da própria disciplina antropológica.

A partir dos anos sessenta a Antropologia passou por transformações, sendo criados novos cursos de formação e aperfeiçoamento no campo, como o "Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social", instalado e ministrado no Museu Nacional sendo, dois anos mais tarde, denominado como "Curso de Especialização em Antropologia Cultural"¹²(MELATTI, 1983).

Modificando-se o veio das pesquisas, as linhas teóricas se transformaram, deixando-se de dar mais atenção às transformações culturais e voltando-se mais para os conflitos entre interesses, regras e valores sociais em confronto. Essas ações contribuíram bastante para que surgissem muitos especialistas, mestre e doutores, inclusive de alunos norte-americanos.

¹² Melatti acrescenta que houve um avanço da Antropologia Urbana a princípio se aprofundando em aspectos da migração rural-urbana, da vida nas favelas, da marginalidade, urbanização, participação social, posteriormente foi ampliando os estudos focando as classes médias, o comportamento variante, desenvolvimento e as instituições como um todo. A Antropologia da área médica também despertou o interesse dos pesquisadores.

Em 1970, esteve presente um esforço, que ainda se perpetua, de alguns etnólogos em cooperarem com os povos indígenas, "pelos quais se interessam academicamente, na obtenção de soluções para seus problemas mais urgentes, como demarcação de terras, assistência médica, instrução, administração direta pelos índios de sua produção para mercado e outros" (MELATTI, 1983, p.33).

1.5. A história da arqueologia e seus reflexos no desenvolvimento da pesquisa científica

A história da arqueologia também está conectada com a história das ideias e descobertas, de discussões teóricas, de leituras do passado. A história da arqueologia também é a história do progresso de procedimentos de pesquisa, métodos estes que permitem o desenvolvimento daquelas ideias e teorias e, dessa maneira, permitem adquirir dados que auxiliam a melhor conhecer e entender os tempos mais remotos da história da humanidade.

As interpretações que se fazem do passado configura-se como reflexo ou consequência de seu próprio tempo, pois os pensamentos e teorias estão sempre se transformando e avançando gradualmente à medida que o tempo transcorre e a arqueologia, estando atrelada a essas mudanças possui como sua característica a dinamicidade.

Assim como outras disciplinas, a arqueologia atravessou diversos períodos, e no seu caso, para uma melhor compreensão foram divididos quatro períodos: período especulativo (1492-1840), período descritivo-classificatório (1840-1914), períodos histórico-classificatório (1914-1960), período moderno (1960-2000) (ROBRANH-GONZÁLEZ, 1999).

O primeiro, definido como período especulativo, ainda muito longe da arqueologia se firmar como campo científico de pesquisa, mas desde a antiguidade que o homem em seu desenvolvimento humano já se interessava em coletar e colecionar peças antigas, gerando assim os primeiros museus (ROBRANH-GONZÁLEZ, 1999).

Durante a época do Renascimento (séculos XIV a XVII), surgiram os primeiros "gabinetes de curiosidades", onde em geral eram reunidos objetos geralmente exóticos, como ossadas de animais, vestígios geológicos, peças arqueológicas, dentre outros objetos que criavam coleções compreendidas como pertencente à história natural. Nessa fase o foco da atenção estava nos objetos europeus e asiáticos mais elaborados como artigos de civilizações gregas, romanas e etruscas, gerando

publicações sobre a gama de material que se reunia e por que (ROBRANH-GONZÁLEZ, 1999).

Os estudos e as publicações sobre os objetos centravam-se nas técnicas de fabricação e nos aspectos decorativos, o que produziu leituras de cenários clássicos. Alimentando as pesquisas, a expansão ultramarina europeia que avançou do século XVI ao XVIII, contribuiu em grande parte da característica especulativa, já que se tornaram conhecidos traços culturais exóticos em volta do mundo.

Os habitantes das Américas, em especial apresentavam características físicas, comportamentos e maneiras de viver bastante diferentes dos conhecidos até então. Cada descoberta criava um borbulhar imaginativo que estimulava discussões especulativas, sobretudo a respeito da identidade dos povos indígenas americanos. Até então se faziam deduções em cima do que encontravam, mas sem nenhuma sistematização.

A partir do século XIX, a abordagem sobre a antiguidade do homem americano começou a ganhar vulto, mas já seguia critérios, havia uma sistematização, o que dava início ao período "descritivo-classificatório". (ROBRANH-GONZÁLEZ, 1999, p.13)

Como pioneira das expedições arqueológicas a Royal Society de Londres encarregou mercadores de efetuarem investigações na Pérsia e no deserto da Síria, obtendo identificação e descrição de diversos monumentos que foram publicados pela Sociedade em 1695. Mas, segundo Robranh-González (1999), somente em 1770 foram publicadas as primeiras pesquisas de maneira sistemática em um jornal de tiragem anual denominado "Archaeologia", editado pela London Society of Antiquaries. Nessa fase surgiram grandes museus europeus como o British Museum, em Londres, o Louvre em Paris e o Altes Museum, em Berlim.

É interessante lembrar que no período compreendido entre o final do século XVIII e princípios do XIX a arqueologia sofreu influências do Iluminismo europeu, no sentido de que absorveu a filosofia de pensadores como Montesquieu, Voltaire e John Locke, marcada pela crença no progresso e na razão, assim como pelo estímulo à liberdade de pensamento. A arqueologia era um terreno promissor para dar suporte à concepção de progresso humano, e os objetos em pedra coletados de maneira dispersa faziam referência a uma fase do homem europeu anterior ao seu conhecimento do ferro. Nesse momento, mesmo que o contexto em que foram encontrados os artefatos fosse irrelevante, a atenção ainda estava no artefato, que era a principal fonte de informações capaz de fornecer condições para sistematizar o conhecimento acerca da antiguidade.

No Brasil, as primeiras descrições relativas à cultura material indígena encontram-se nos relatos do descobrimento, composto por cartas, diários de navegação, anotações particulares, escritos de jesuítas, dentre outros. Na perspectiva da época destacava o exotismo das populações indígenas, sobretudo o que estava vinculado com seus costumes e modos de viver.

Sendo assim, observa-se que o pensamento especulativo dessa época está relacionado à vários fatores como a insuficiência de informações arqueológicas, pois os dados retirados das primeiras escavações ou levantamentos não eram realizados com critérios capazes de elaborar hipóteses de pesquisa. Também contava com a inexistência de uma tradição de estudos, resultando em muitas publicações sobre arqueologia ainda sem sistematização e muito influenciada pela concepção teológica dos fenômenos naturais e culturais do passado. Ou seja, em uma arqueologia nascente a gama de dados era carente, o conhecimento cronológico era incipiente, não existiam técnicas de pesquisa em campo com mínimas informações conceituais.

Passado essa época, deu-se início ao período descritivo-classificatório, marcado por uma mudança de atitude em relação ao período anterior, pois diferente do período especulativo, aquele voltou sua atenção para a descrição dos materiais, principalmente obras arquitetônicas e monumentos com o objetivo de fazer da arqueologia uma disciplina sistematizada e científica. O descobrimento e as pesquisas passaram a correr com recursos governamentais, universidades, museus, sociedades científicas e assim, a arqueologia se tornou reconhecida como disciplina. (WILLEY e SABLOFF, 1993, p.38-39 apud ROBRANH-GONZÁLEZ, 1999).

O século XIX configurou uma nova e extensa fase de consolidação, quando foram inseridos diversas técnicas de pesquisa em campo e implementadas cronologias regionais. Auxiliando no desenvolvimento da arqueologia, a geologia, que também estava em pleno crescimento, promoveu as bases da escavação arqueológica, com o estudo da estratificação das rochas. Daí, surgiram aspectos para que análises pudessem ser realizadas e traçar parâmetros acerca da antiguidade humana, desde os tempos mais remotos até às épocas mais recentes.

Em 1859, Charles Darwin efetuou estudos tomando por objeto o desenvolvimento de animais e plantas desde sua origem. Esse pensamento evolutivo inspirou a arqueologia em buscar vestígios de acordo com essa ideia, ao mesmo tempo em que pelas variações se produziam tipologias. Como resultado disso, foi criado o Sistema das Três Idades, organizando as coleções entre Idade da Pedra (que ainda foi subdividida em Paleolítico e Neolítico), Idade do Bronze e Idade do Ferro. Assim, estabeleceu-se uma linha de desenvolvimento da pré-história da Europa. Por

meio da investigação sistemática havia também um maior controle da pesquisa desde a coleta ou da escavação.

As técnicas arqueológicas de escavação começaram a ser utilizadas agregando análises de antropologia física para entender o provável papel dos sítios arqueológicos. Como produto de estudos mais sistemáticos foram publicados pela Smithsonian Institution, em Washington, trabalhos científicos da arqueologia americana.

No Brasil, nessa fase destacam-se as viagens de naturalistas europeus que percorrendo o país por várias regiões, promoveram as primeiras descrições sistemáticas e específicas acerca das ocupações indígenas, por vezes integrando sítios arqueológicos. Os principais locais de pesquisa e escavação situavam-se na Amazônia, mas também foram encontrados sítios denominados sambaquis no litoral sul.

Em linhas gerais, esse período formou as bases da arqueologia sistemática, o que a tornou uma disciplina. Foi inaugurada a era das descrições e classificações ponderosas, do crescimento da tipologia, do mapeamento geográfico dos vestígios encontrados, assim como o aumento do número de trabalhos em campo. Em contato com universidades, a arqueologia passou a ser lecionada para a formação de novos profissionais e sua aliança com a antropologia foi crucial para que a arqueologia pudesse firmar bases conceituais.

No terceiro período, já no século XX, estava premente a necessidade de classificar o grande número de material coletado nas escavações, iniciando a conhecida como histórico-classificatório. Os trabalhos buscavam estabelecer esquemas cronológicos regionais e a descrição do crescimento cultural de cada região (ROBRANH-GONZÁLEZ, 1999).

Pesquisas nas áreas onde se localizavam as antigas civilizações, sobretudo da América do Norte e da Europa trouxeram grandes contribuições para o desenvolvimento da arqueologia enquanto disciplina.

A disseminação de estudos a partir da repartição vertical ou cronológica dos vestígios arqueológicos com base em cortes estratigráficos ganhou vulto com Gordon Childe¹³, que também realizou um enfoque horizontal no sentido de analisar a distribuição dos resquícios no espaço. Esses trabalhos contribuíram para a definição de áreas culturais, buscando com isso, entender a razão de como os fatos ocorreram no passado e suas mudanças provocadas culturalmente.

¹³ Gordon Childe foi um dos maiores pensadores da época com muitos trabalhos sobre a pré-história e a história europeias. Também se destacou por conduzir as pesquisas arqueológicas no sentido de dar mais atenção as análises da estratigrafia onde se encontram os vestígios e daí realizar parâmetros para uma cronologia.

Nos Estados Unidos antropólogos e arqueólogos se aproximaram, o que intensificou a necessidade de classificar as informações coletadas em campo, de maneira a agrupar os vestígios coletados em sequências cronológicas. Para ordenar os vestígios por meio da presença ou da sua ausência foi criado o método da seriação. Ainda na América do Norte a concepção de tipo obteve relevância, pois uma vez instituído poderia ser utilizado segundo ideias de "desenvolvimento" bem como apresentar encadeamento cronológico inserido num raciocínio circular (ORTON, 1995 apud ROBRANH-GONZÁLEZ, 1999).

De acordo como as hipóteses desta escola, os tipos de artefatos cerâmicos ou líticos possibilitaram a identificação das relações históricas entre outras culturas. Contudo, a categorização em tipos logo se apresentou insuficiente, considerando a imensa quantidade de variáveis que os materiais mostram. Adotou-se a concepção de "variedades" (KRIEGER, 1944 apud ROBRANH-GONZÁLEZ, 1999) ou de outras categorias como sequências, séries, sistemas ou modos (ROUSE 1960 apud ROBRANH-GONZÁLEZ, 1999).

A importância da descrição minuciosa desses tipos provocou a propagação de publicações voltadas à classificação. Nesse período observou-se a criação e o estabelecimento dos principais fundamentos para a análise das indústrias líticas e cerâmicas, em sua maioria ainda aplicados atualmente. Voltou-se a atenção para a análise de contextos arqueológicos a partir de dados históricos coletados. O avanço das pesquisas arqueológicas, em especial no que diz respeito às indústrias líticas e cerâmicas, permitiu o estabelecimento de relações com sítios ainda mais antigos que mostrassem semelhanças nos vestígios materiais.

O propósito da aplicação de certos métodos como o seriação, tipologia de artefatos, classificações culturais e perspectiva histórica residia na elaboração de sínteses regionais, que buscavam classificar os dados arqueológicos de uma certa área em uma perspectiva temporal e espacial. O que conferia aos arqueólogos uma maior confiança e menor generalidade em suas conclusões acerca dos quadros regionais, já que não precisavam contar mais com cronologias relativas como ocorria até em torno de 1950.

Os estudos arqueológicos sobre ecologia cultural estavam calcados basicamente no princípio de que os artefatos devem ser vistos como vestígios materiais da conduta social e cultural humano.

Na arqueologia, as pesquisas ecológicas culturais estavam principalmente apoiadas em três questões expostas a seguir:

- a) A ideia de que os artefatos devem ser entendidos como vestígios materiais do comportamento social e cultural e humano;

- b) O desenvolvimento de pesquisas de padrão de assentamento, apontando que o homem dispõe seus vestígios no ambiente considerando as propriedades físicas que o meio concede, mas também a existência de outros assentamentos humanos.

A relação entre cultura e ambiente, articulando o homem ao que o meio oferece como necessidade básica, no contexto físico, e conferindo uma função mais ativa das mudanças ambientais no desenvolvimento das sociedades, com base em uma visão holística (HELM, 1962; FOX, 1932; WEDEL, 1953; MEGGERS, 1954, 1957; MEGGERS e EVANS, 1957 apud ROBRANH-GONZÁLEZ, 1999).

O conceito de ecologia cultural teve sua melhor aplicação por Gordon Willey, quando pesquisava um período de 1.500 anos de ocupação pré-colombiana no Peru. Willey recorreu à investigação apurada, imagens aéreas, prospecções, coletas em superfície e escavações para classificar os inúmeros sítios localizados, construindo mapas de distribuição espacial dos sítios, para cada período determinado. Organizou um dos primeiros trabalhos padronizados de assentamento em arqueologia ventilando a relação entre as mudanças observadas no contexto arqueológico e as no ambiente físico (WILLEY, 1962 apud ROBRANH-GONZÁLEZ 1999).

Além disso, a arqueologia também avançou pelo desenvolvimento e colaboração de outras disciplinas como a química, a botânica, a biologia. Em 1949, Willard Libby, químico americano que descobriu a datação radiocarbônica, o que favoreceu aos arqueólogos na determinação da idade dos vestígios sem recorrer a complexas comparações interculturais ou seqüências cronológicas com base na tipologia dos artefatos como se realizava até então. A botânica e a biologia foram importantes no desenvolvimento de pesquisas ambientais e para alimentar a discussão acerca da agricultura.

As análises de materiais de acordo com métodos químicos, físicos e metalúrgicos conduziram a um maior domínio de processos de fabrico de artefatos, assim como, contribuiu na identificação das fontes de matéria-prima.

Sendo assim, com o avanço científico da arqueologia acompanhado e favorecido por outras disciplinas em desenvolvimento, a pesquisa sistemática arqueológica adquiriu novos olhares com mais precisão e técnica, na qual os sistemas cronológicos não são mais classificados como antes, de uma forma comparativa e incerta, havia técnicas e mais confiáveis para se estabelecer tais sistemas e, dessa forma a arqueologia inaugura uma nova fase: a Nova Arqueologia a partir de 1960.

Melatti (1983) traça um breve roteiro a respeito do histórico da arqueologia no Brasil. No período anterior a 1950 é marcada por trabalhos concentrados na coleta de

objetos arqueológicos em sítios pouco descritos e na descrição das coleções contidas nos museus. Pelo que se verificam em textos relativos à arqueologia nessa época, os trabalhos de pesquisa eram ainda muito incipientes, sem muita técnica para realização de datações e, dentre seus problemas estavam: definir a gênese natural ou artificial dos sambaquis; analisar a complexidade da cerâmica marajoara; correlacionar a cronologia dos vestígios humanos com a fauna do período pré-histórico em Lagoa Santa/MG, a propagação dos elementos culturais e sua correlação com migrações, e a eliminação de hipóteses incabíveis sobre a ocupação pré-colonial brasileira.

Nessa época, as instituições que eram referências nas pesquisas arqueológicas eram o Museu Nacional, no Rio de Janeiro; o Museu Paulista em, São Paulo e; o Emílio Goeldi, no Pará.

Após 1950, a arqueologia brasileira passa por forte mudança, influenciada principalmente pela iniciativa de alguns arqueólogos estrangeiros. Destacam-se os norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers, vindos da Smithsonian Institution, que começaram seus trabalhos na Amazônia, além dos franceses Joseph Emperaire e Annette Laming-Emperaire, que chegaram em 1955 para trabalhar em escavações no litoral meridional e, Wesley Hurt da Universidade de South Dakota que chegou com o objetivo de atuar em um projeto de pesquisa em Lagoa Santa, junto com arqueólogos do Museu Nacional, da Universidade do Paraná, e de outras instituições¹⁴ (MELLATI, 1983).

Esses arqueólogos estrangeiros inauguraram uma nova arqueologia no Brasil, quando esta tomou um novo impulso em contato com suas experiências e suas técnicas de trabalho, até então desconhecidas por aqui. É importante salientar que não apenas o contato, mas a permanência desses profissionais no país contribuiu para o aperfeiçoamento de profissionais em arqueologia, seja ministrando cursos de formação em técnicas arqueológicas ou mesmo, dando apoio para que os alunos daqui fizessem estágio no exterior.

Em 1951, a descoberta da técnica de datação por Carbono-14, posteriormente, da termoluminescência, dentre outras, tanto auxiliaram como agilizaram as pesquisas arqueológicas no Brasil, pois favoreceram na busca por ligações entre vestígios de sítios distintos, como ajudaram na ordenação cronológica dos vestígios de um mesmo sítio.

¹⁴ O MCC faz parte deste conjunto de instituições e anos mais tarde estes pesquisadores fariam parte de uma rede de contatos científicos e institucionais que o presente trabalho examinará a partir da leitura de correspondência encontrada na biblioteca do antigo Instituto de Antropologia.

Sem falar nas técnicas de escavação por cortes estratigráficos¹⁵, decapagem¹⁶, coleta de todo material para análise e classificação, tipologia, identificação de variações de determinada tecnologia no tempo e no espaço, com definições de tradições diversas, avaliações de aprimoramento ou decadência de certas culturas. (MELATTI, 1983).

É fato que muitas pesquisas arqueológicas foram realizadas no Brasil e que depois que arqueólogos estrangeiros chegaram aqui, esses trabalhos tomaram novos estímulos, conhecimentos e sistematização, o que proporcionou estudos distribuídos em vários pontos do território nacional. Entretanto, extensas áreas do país ainda ficaram sem a cobertura do trabalho desses profissionais.

Para tentar suprir esse hiato informacional foi criado em 1964,

"o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), que reunia onze universidades e museus brasileiros, sob o patrocínio do CNPq e da Smithsonian Institution, com a colaboração do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Seus trabalhos iniciaram no final de 1965 com um planejamento para cinco anos." (MELATTI, 1983, p.51)

Ao final, o PRONAPA visava obter

"conhecimento dos processos através dos quais grupos sucessivos de imigrantes pré-colombianos, com diferentes padrões de subsistência, se adaptaram à diversidade de situações ecológicas no Brasil, sendo condição para tanto estabelecer previamente um esquema cronológico fidedigno".(MELATTI, 1983, p.52)

Como fruto desse projeto, muitos arqueólogos seguindo a orientação de Meggers e Evans produziram um levantamento de vários sítios e, "uma catalogação de fases" (SIMÕES,1972 apud MELATTI, 1983, p. 52), o que cooperou para sistematizar o conhecimento arqueológico presente no Brasil.

Como consequência de todo esse intercâmbio e esforço em parceria dos pesquisadores nacionais com os estrangeiros, geraram-se muitas oportunidades de se desenvolverem mais projetos e mais trabalhos no país, apropriando essas influências externas em termos de conceitos, práticas, saberes e técnicas, munindo-se os arqueólogos brasileiros dos instrumentos adequados e os aplica de acordo com a

¹⁵ Cortes estratigráficos são cortes realizados no solo onde se revelam camadas (estratos) que se sobrepõem uns aos outros, esses cortes visam muitas vezes buscar e determinar processos e eventos que as formaram bem como as sucessões fossilíferas presentes nas rochas e sua correlação espacial.

¹⁶ Decapagem é a limpeza minuciosa e delicada de um objeto encontrado durante uma escavação. Nesse processo são tiradas fotos em vários ângulos a medida em que vai sendo revelado ou vai sendo desenhado numa escala, medindo altura, largura e profundidade.

realidade em questão. Conforme já foi mencionado anteriormente, os museus como centros de pesquisa, discussões e reflexões abrigaram o desenvolvimento de inúmeras pesquisas antropológicas e arqueológicas pelo país.

CAPÍTULO 2

APROPRIAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM BUSCA DA IDENTIDADE (NACIONAL)

2.1. O Museu: um espelho cultural

O museu é um instrumento social especial que serve ao mesmo tempo como local de desvelamento, de disputas simbólicas, de conservação de objetos, expressão de identidades, constituição e legitimação de patrimônios.

De acordo com o *International Council of Museums (ICOM)*¹⁷:

"Um museu é uma instituição sem fins lucrativos, permanente a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu ambiente para fins de educação, estudo e diversão."(Estatutos do ICOM, 2007).

Esse é um conceito de Museu instituído pelo ICOM. Entretanto, abarcando essa definição e a alargando, o Ministério da Cultura – IPHAN/Minc esmiúça mais e trata e especifica o Museu como:

(...) uma instituição com personalidade jurídica, com ou sem fins lucrativos, ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica própria, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I. o trabalho permanente com o patrimônio cultural, incluindo nessa designação o natural, tangível, intangível, digital, genético e paisagístico;

II. a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III. o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV. a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de manifestações e bens culturais e naturais;

V. a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais de modo a contribuir para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI. a constituição de espaços de relação e mediação cultural com orientações políticas, culturais e científicas diferenciadas entre si. (Princípios básicos da Museologia, 2006, p.8 e 9)

Embora o conceito do IPHAN seja mais específico e abrangente que o do ICOM, ele o contraria no que diz respeito à finalidade econômica. Pois, o ICOM

¹⁷ Pela definição dada pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus) pode-se entender em sua abrangência aos jardins botânicos, zoológicos, aquários, planetários, parques nacionais e outras instituições.

estabelece o Museu como instituição sem fins lucrativos, enquanto que o Ministério da Cultura entende que o museu pode sim ter finalidade econômica. Devido ao jogo de interesses que circunda a esfera patrimonial, esse paradoxo pode gerar conflitos que dificultem as práticas em prol do patrimônio, sobretudo o acesso social a ele¹⁸.

O conceito de museu é fruto de um processo de contínuas transformações. Sua gênese remonta à Grécia antiga, quando era considerado como "Templo das Musas". A partir de então, surge a palavra museu (do grego, *mouseion* e, do latim, *museum*) que, no período do Renascimento, também tinha o sentido de "gabinetes de letrados, homens de letras e ciências" de modo que desde seu nascimento o Museu tem como elementos latentes e marcantes a discussão, o conhecimento, a pesquisa, a exibição e a preservação.

No entanto, como lembra Tereza C. Scheiner, mesmo que atualmente o museu ocidental, como instituição permanente, contenha todos os atributos de preservação, conservação, estudo e divulgação, ele está atrelado "às formas políticas das sociedades e aos grupos hegemônicos de poder" (SCHEINER, 1999, p.134). Segundo a autora, esse pensamento vem perdurando na literatura especializada a partir hipotética origem da palavra *mouseion*, ou 'Templo das Musas'. Contudo, ela questiona que se o museu com um sentido de templo é um lugar sagrado de guarda da memória, onde as musas falavam, daí surgiria a ideia de que seria necessário a existência de um espaço próprio para guardar o sagrado, ou melhor, as musas?

O Museu em relação ao patrimônio, segundo Tereza C. Scheiner, envolve como fenômenos plurais, "processos continuados de experiências formando redes interacionais, que partem da multiplicidade e da contradição para articular as novas subjetividades individuais e coletivas que significam, hoje, a relação entre o humano e seus mundos"(SCHEINER, 2009, p.54 e 55).

Nessa perspectiva, a Museologia trata do patrimônio, musealizável ou musealizado, como algo que ainda pode ser concebido como ideia, evento ou manifestação. Essas variáveis somente podem ser aferidas se demonstrar que o fato social é, sobretudo, um processo afetivo (SCHEINER, 2009). Por sua vez, nesse processo deve estar implícito um sentimento de pertencimento para que então, haja um valor e, conseqüentemente um sentido para se pensar em preservação, conservação, pesquisa, dentre outras medidas que daí decorrem e, que se concretizam especialmente nos museus.

¹⁸ O que muitas vezes dificulta o acesso a determinados museus é a cobrança de taxas em valores que afastam as pessoas, sobretudo aquelas de baixa renda.

Na passagem dos séculos XIX e XX, como afirma Myrian Sepúlveda Santos, os museus estiveram expostos a muitas e grandes transformações. Formularam-se intensas críticas no que diz respeito ao seu papel, advindas dos mais diversos campos do saber. Foi um longo processo, para que o museu fosse considerado realmente um espaço ativo e gerador de narrativas culturais múltiplas (SANTOS, 2006). Aos poucos, o museu, que era um espaço reservado à conservação da cultura das elites e do discurso oficial, passou a abrir-se aos meios de comunicação de massa, a pesquisa e a sociedade como um todo.

No Brasil, o Museu Histórico Nacional (MHN) pode ser referido como um dos museus com organização direcionada para o desenvolvimento da cultura e da educação. Sua história data de 1922, já no fim do governo de Epitácio Pessoa, após cem anos da independência do Brasil.¹⁹ Santos (2006), expõe que a criação do Museu Histórico Nacional nasceu de um projeto que buscava estabelecer um novo conceito para a “nação”²⁰. Fruto de uma nova “ideologia nacional” ele acabava, todavia por materializar “um conjunto entrelaçado de processos e contradições sociais” (SANTOS, 2006, p.28). Através da exposição de coleções que ressaltavam as armas, os brasões, as carruagens, a indumentária da nobreza imperial, assim como seus objetos, deveria representar essa nova ideologia da nação brasileira.

A Nação se torna um objeto de desejo e, dessa maneira termina por ser experimentada através de sua ausência. De acordo com Gonçalves, essa ausência é consequência das intenções dos discursos nacionais que flutuam entre coerência e incoerência, desejo e objeto desejado, ambos compartilhando e fazendo parte desses discursos (GONÇALVES,1996).

Ainda no século XIX, em meio ao borbulhar de mudanças na proposta dos museus, foram criados museus etnográficos. Diferentes dos antigos *cabinets de curiosité*, cujas exposições de objetos estavam voltadas para o deleite público, aqueles museus estavam voltados à preservação, a coleção, exibição, pesquisa e interpretação de objetos materiais. De acordo com as palavras de Schwarcz “a curiosidade renascentista que havia marcado a exploração do Novo Mundo e do Oriente encontrava aconchego nesses estabelecimentos, que se firmavam enquanto lares institucionais de uma antropologia nascente” (SCHWARCZ, 2001, p.68).

¹⁹ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Aqui a autora traça um panorama histórico acerca do Museu Histórico Nacional.

²⁰ Passado o período do império, escravocrata, buscava-se apresentar a fase pujante, gloriosa e poderosa desta época. Nesse sentido, a nação é aqui entendida como a concretização de um estágio de “maturidade” brasileira e o Museu Histórico Nacional configura-se não apenas a como materialização, mas um resumo da nação brasileira através do poder simbolizado no acervo exposto.

No Brasil, como cópias de modelos estrangeiros, esses museus exerciam atividades dissociadas de outras instituições científicas do país, e não apenas o modelo, mas o próprio diálogo desses centros era principalmente com instituições americanas e europeias.

A temática dos museus e sua relação com a sociedade têm sido amplamente debatidas. Segundo José do Nascimento Júnior e Mario Chagas, criar e trabalhar com museus, a despeito de seu passado histórico implica um aprendizado, frequentemente revela novidades, encaminhamentos, desdobramentos e ressignificações²¹, que muitas vezes surpreendem. Esses autores ainda acrescentam que, só na década de 1960, os museus deixaram de ser vistos como guardiões de coleções estáticas e passaram a agir como um patrimônio cultural em processo (NASCIMENTO JÚNIOR e CHAGAS, 2006).

Sendo assim, esse processo é algo que está longe de chegar a um ideal, a ser concluído, sempre haverá um porvir inusitado e imprevisível.

No entanto, saber situar e reconhecer esse lugar²² de grande significado dos museus em tempos e espaços distintos pressupõe o reconhecimento de que eles são, ao mesmo tempo, casas de memória, lugares de representação social e espaços de mediação cultural.

Dessa forma, os museus configuram-se como mediadores de relações sociais, possuem um sentido que ultrapassa e norteia as funções de preservação, investigação e comunicação. Eles, constroem, disciplinam e organizam seus públicos. Além disso, detém o desafio de compromisso com a prática da cidadania e o desenvolvimento de valores de humanidade.

José do Nascimento e Mário Chagas afirmam que os museus são ferramentas de trabalho utilizáveis por vários grupos culturais, o que resulta em diversos museus e diferentes experiências museais. Esse aspecto foi observado mais nitidamente depois da década de 1970, quando os museus do Brasil e a própria museologia atravessaram um processo de amadurecimento. A qualidade de museu ganhou outros significados e a diversidade tipológica foi refeita e estendida. Desde então, os museus passaram a ser vistos como processos e práticas culturais de importância social. Foi quando ecomuseus, museus comunitários e museus de território, dentre outros, passaram a

²¹ As ressignificações aqui mencionadas dizem respeito que atualmente os museus não apenas possuem as classificações do século XVIII: museus de história, ciências e artes. Há também outras denominações como os museus comunitários, museus de território, museus regionais e ecomuseus.

²² Nessa passagem, José do Nascimento Júnior e Mario Chagas em Caderno de diretrizes museológicas, referem-se ao Museu de Arte Contemporânea de Niterói (RJ) e ao Museu Paraense Emílio Goeldi (PA).

atuar com a ideia de multiplicidade e deixaram a antiga visão de guardiões de coleções fixas (NASCIMENTO JÚNIOR e CHAGAS, 2006).

Gonçalves observou que ultimamente, os trabalhos de pesquisa referentes aos denominados "patrimônios culturais" tem aumentado consideravelmente, sobretudo no campo da antropologia. Boa parcela dessa produção literária acertadamente tem assinalado o papel identitário dos objetos materiais na representação social de identidades globais, como por exemplo, nações, grupos religiosos, étnicos, regiões, etc. E, que num primeiro momento esses trabalhos parecem merecer dar menos destaque a natureza física e a utilização social dos "objetos patrimonializados", se assim pode-se dizer, para representar certa "identidade" e "memória" (GONÇALVES 2007, p.28).

A antropologia, assim como a arqueologia encontraram terreno fértil para desenvolver suas pesquisas, sobretudo, nos museus universitários. Essas instituições foram tomando proporções maiores devido ao recebimento de uma demanda significativa de objetos e coleções que chegavam de lugares longínquos vindo de culturas e povos desconhecidos.

2.2. Os museus universitários e o desenvolvimento científico

Museus e universidades tiveram um vínculo histórico com a biblioteca de Alexandria, datada em torno de 280 a. C., cujas características se assemelham tanto museu como de universidade, pois se preconizava a preservação de objetos, a pesquisa e o ensino.

O primeiro museu universitário – propriamente dito - que se tem notícia é o Ashmolean Museum de Oxford, Inglaterra. No princípio, seu acervo contava com a coleção de John Tradescant doada por Elias Ashmole à universidade e seu intuito era incentivar a pesquisa dos alunos acadêmicos. Apenas em 1863 o Ashmolean foi aberto ao público geral.

A partir de doações de grandes coleções de particulares às universidades que se formaram os primeiros museus universitários. Mas a sua constituição de seu acervo também se fez pela compra, coleta e pesquisa de campo, bem como pela articulação dessas ações. (ALMEIDA, 2001 apud SANTOS, 2010).

A partir da segunda metade do século XVIII, esses museus foram tomando proporções cada vez maiores tanto em tamanho como em coleções, como resultado do interesse crescente por novos estudos e descobertas em lugares inexplorados que

foram sendo realizadas no decorrer dos anos. Esse esforço científico, que também tinha cunho político e econômico, motivou vários países a promoverem expedições, como foi o caso de Portugal, com as denominadas "Viagens Filosóficas" a Cabo Verde, Angola e Brasil, que enriqueceram o Museu de Coimbra e o Museu Real da Ajuda. Foi quando as coleções dos antigos "Gabinetes de Curiosidades" passaram a ser primordiais para a pesquisa de taxonomia e sistemática (BRAGANÇA GIL, 2003)

Pela natureza investigativa das ciências naturais, da antropologia e da arqueologia, a maior parte de suas peças é composta a partir da coleta e pesquisa de campo, que realizadas geralmente por professores, alunos e técnicos universitários acabaram por fomentar o desenvolvimento dessas ciências nos museus de maneira didática os tornando centros de pesquisa e divulgação científica.

Os museus universitários criados inicialmente pelas universidades e para as universidades, visualizavam uma importância bem maior e mais complexa do que apenas centros de estudo. Esses institutos se caracterizaram não somente por tutelar o patrimônio científico, mas por uma coleta destinada para outros fins além da pesquisa e, por uma divulgação que ultrapasse a esfera universitária (ALMEIDA, 2001).

No que tange ao Rio Grande do Norte, Santos (2010) realizou um levantamento de três museus universitários pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN):

O *Museu do Seridó* - situado em Caicó, foi fundado em 16 de abril de 1999, segundo a resolução 02/99 do Consuni. É um centro de preservação, conservação e propagação da história e memória da região seridoense e que tem por objetivo o ensino, a pesquisa e a extensão universitária baseados nas práticas da cultura regional como meio para o exercício da cidadania. Expondo o acervo pertencente à sua cultura, o Museu do Seridó faz uma leitura muito peculiar da sociedade da região em que está inserido, além de propor alternativas pedagógicas para a história regional.

O *Museu de Morfologia* - estabelecido no campus da UFRN, em Natal, configura a união do Museu do Mar Onofre Lopes com o Museu de Anatomia Humana e Anatomia Comparada. O intuito desse museu formado por laboratórios é produzir e divulgar estudos e divulgá-las na área das ciências morfológicas e afins. Segundo a pesquisa de Santos (2010), a resolução de N° 005/2007-CONSUNI, de 28 de setembro de 2007, abrange o Museu de Ciências Morfológicas na estrutura do Núcleo de Educação para a Ciência.

Por fim, o Museu Câmara Cascudo - localizado em Natal e objeto do presente trabalho será esmiuçado no decorrer da dissertação.

Ainda em relação aos museus e às coleções universitários, Fernando Bragança Gil²³, motivado pela constante discussão acerca dessa temática, aborda aspectos importantes tomando como principais exemplos, os museus de história natural, ciência, técnica e antropologia de Portugal. Embora pareça óbvio, as universidades usufruindo de sua autonomia e que tenha interesse de criar e condições de manter uma instituição museológica devem ter a plena liberdade de fazê-lo sem que haja iniciativa de qualquer Ministério.

Mas afinal, o que é um museu universitário? Segundo Almeida (2001), um museu universitário, concebido como aquele que está total ou parcialmente a cargo de uma universidade, são em sua maioria instituições federais, acompanhadas das estaduais, privadas e municipais. Sua constituição pode ser por aquisição, doação ou compra de objetos ou coleções de particulares, ou mesmo transferência de um museu já criado para a responsabilidade da universidade, por coleta e pesquisa de campo também, assim como a combinação dessas ações.

Contudo, como Marques e Silva (2011) abordam, há uma ausência de normatização, de padronização que dificulta traçar um perfil do que configura um museu universitário brasileiro, pois, de acordo com instituições cadastradas no CNM (Cadastro Nacional de Museus) verifica-se uma variedade de missões, formas, conteúdos, estruturas organizacionais e administrativas.

Dessa maneira, se faz necessário começar pelo entendimento do que diferencia os Museus Universitários das Coleções Universitárias. Marques e Silva (2001) consideram

"Museu Universitário aquela unidade vinculada à universidade que contempla todas as características definidas pelo International Council of Museums (2007). Já a Coleção Universitária seria uma unidade com ações mais restritas, que adquira, conserve, pesquise e não se preocupa em divulgar e/ou expor o patrimônio material e imaterial da humanidade em seu meio ambiente ou o faz de forma parcial. Normalmente é limitada a consulta de pesquisadores e não tem fins de lazer." (MARQUES E SILVA, 2011, p.67)

Ainda acrescentam que as coleções sustentadas com objetivos de pesquisa dos estudantes universitários são definidas como Coleções Didáticas.

²³ Professor universitário e ex-diretor do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa além de estudioso de aspectos teóricos da museologia.

Em relação à administração desses espaços se revela uma grande diferença. Os museus, normalmente, representados por um diretor têm suas decisões diretamente reportadas ao reitor, enquanto que as coleções têm à sua frente um representante do departamento, cujas decisões para alcançarem a reitoria passam por conselhos, chefias, congregações e pró-reitorias. Verifica-se então nesse último caso que os entraves burocráticos afetam a celeridade da dinâmica das decisões (MARQUES e SILVA, 2011).

Os museus universitários são importantes veículos de propagação da ciência, cultura e tecnologia por intermédio de ações e exposições. Ainda que seja muito proveitoso para a sociedade a disponibilidade à cultura, à ciência e à tecnologia, a comunidade universitária nem todas as vezes se empenha nesse sentido, ou mesmo há entraves burocráticos ou outras dificuldades que impedem esse acesso. Pois, embora seja comum que os museus universitários e as universidades, por estarem ligados, deem a impressão de terem propósitos semelhantes, na realidade, nem sempre isso ocorre.

Tão importante quanto definir o que é um museu universitário é determinar sua função. Almeida (2001) refere que nem sempre essa indefinição existiu. Segundo a autora no começo do século XIX, nos Estados Unidos, os papéis do museu universitário eram o ensino e a pesquisa. Em 1938 foi discutido que seria importante acrescentar aos museus das universidades públicas, atividades e exposições para além dos muros universitários, trabalhos de identificação de espécimes, visitas para grupos escolares, cursos de extensão e de formação de profissionais de museus. Esse argumento foi contestado no ano seguinte com a alegação de que os museus universitários não deveriam servir restritamente à comunidade universitária. Esse debate prossegue em inúmeras publicações (THOMÉ, 1988; MARTINS, 1988; SCHEINER, 1992; ALMEIDA, 2001; SANTOS, 2005, 2006; MARQUES E SILVA, 2011).

No final da década de 1980, aqui no Brasil houve discussões similares nesse sentido. Autores como José Wilibaldo Thomé²⁴ defendia que os museus universitários

²⁴ Possui graduação de Bacharel em História Natural pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS (1958), graduação de Licenciado em História Natural pela PUCRS (1958) e Doutorado em História Natural e Livre-Docência em Zoologia pela PUCRS (1974). Bolsista pesquisador do CNPq (1970-1972; 1980-1988; 1991-2007), do CAPES (1989-1990), da Alexander von Humboldt-Stiftung, Alemanha (1967-1968), do Deutscher Akademischer Austauschdienst-DAAD, Alemanha (1961-1962; 1973; 1982). Professor Titular de Zoologia da Faculdade de Biociências-FaBio, PUCRS (1959-2007) (aposentado). Diretor da FaBio, PUCRS (1990-1996). Diretor do Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais, Governo do Estado RS (1967-1972). Diretor-Presidente do CTA da FAPERGS (1972-1974). Diretor Superintendente da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul-FZBRS (1974-1979). Presidente da FZBRS (1979-1998). Conselheiro do Conselho Federal de Biologia (1983-1987). Presidente do Sindicato dos Biólogos do RS (1964-1966; 1970-1972); Conselheiro (1996-1999). Presidente da Sociedade Brasileira de Malacologia-SBMA (1977-1979; 1993-1995). Presidente da Sociedade Brasileira de

deveriam estar voltados para as suas coleções didáticas, de manipulação e toda a sua atividade para apoiar o ensino e a cultura da comunidade universitária. Em contraposição a esse pensamento Sheiner (1992) afirmou que os gestores desses espaços deveriam internalizar uma importância pública aos Museus, tanto em acesso como em serviço. Sendo assim, deveria haver um movimento para fora e não para dentro dos museus, concebendo estes como veículos de transposição do saber científico para o público, auxiliando-o a conhecer e aprender os procedimentos de pesquisa, bem como de divulgação dos resultados obtidos com a investigação científica (MARQUES E SILVA, 2011).

Nos anos seguintes essa linha segunda linha de pensamento foi ganhando mais espaço, no sentido de que o museu universitário cada vez mais tem a responsabilidade de ser e manter a interface entre a universidade e a sociedade, para que atuem como propagadores da cultura, da ciência e da tecnologia brasileira (MARQUES e SILVA, 2011 apud RIBEIRO e PÔSSAS, 2006). E para que isso seja efetivo, Santos acrescenta que é fundamental que se produzam ações coletivas nos museus fruto de uma proposta coletiva suscitada nos contatos e permutas entre os gestores responsáveis e deverá se perpassar aos departamentos, laboratórios, salas de aula e demais segmentos vinculados à administração universitária para que sejam acessíveis para outros grupos sociais, tendo em vista novas ideias e opções vindas de outras perspectivas e experiências (MARQUES e SILVA, 2011 apud SANTOS, 2006).

A partir dessas abordagens fica evidente que a forma como os dirigentes das universidades pensam e agem irão interferir diretamente na gerência dos museus, afetando, sobretudo, na sua postura diante da sociedade em relação a acessibilidade e divulgação do conhecimento.

São diversos os problemas enfrentados pelos museus universitários, e os mais comuns foram enumerados por Almeida (2001) e Lourenço (2006):

- 1- Dificuldades financeiras;
- 2- Falta de autonomia;
- 3- Conflitos de relacionamento nos departamentos, entre professores, alunos, funcionários e a comunidade universitária como local;
- 4- Disputas dos departamentos para a utilização do espaço;
- 5- Abandono das coleções;

Zoologia-SBZ (1980-1982); Conselheiro (1978-1980; 1982-1988; 2000-2006). Atuou no Magistério do Ensino Secundário e no Universitário, como Pesquisador Científico e Administrador de Entidades Científicas. Pesquisa principalmente em Sistemática, Taxonomia, Ecologia e Biodiversidade de Moluscos. Fonte: Currículo Plataforma Lattes, CNPq.

- 6- Falta de espaço para acondicionamento e exposição;
- 7- Ausência de profissionais especializados em trabalhos museológicos;
- 8- Gerência exercida por pessoas sem formação no campo da museologia;
- 9- Acúmulo de função por parte de seus gestores.

A exposição desses problemas caracterizaram dificuldades dos museus universitários como um todo. É verdade que cada museu universitário é criado por motivações políticas distintas, contudo, para que muitos problemas sejam superados é necessário que se "estabeleça uma política específica de museus, com normatizações para a criação de espaços deste tipo dentro da Universidade" (MARQUES e SILVA, 2011, p.70). E para isso, é imprescindível a definição clara da função dos museus, pois só assim, deixarão de ocupar um espaço secundário nas universidades e poderão estar mais próximo da sociedade, prestando um serviço que atenda às suas expectativas, tanto da comunidade local como da universitária.

Contudo, em especial aqui no Brasil, parte das dificuldades porque passaram e passam os museus universitários é consequência dos problemas que a própria universidade e o ensino superior atravessaram desde o início de sua implementação no país.

2.3. A história do ensino superior e seus reflexos sociais

A experiência de Anísio Teixeira²⁵ como educador, pensador e administrador, bem como as publicações nele inspiradas são fundamentais para se traçar um panorama geral da história da educação no Brasil. Sobretudo, acerca do ensino superior, sem esquecer as circunstâncias em que se desenvolveu, como se definiu e quais os reflexos se deram na educação brasileira.

A princípio é interessante abordar um pouco a respeito da história do ensino superior e da universidade em geral e no Brasil, à luz do olhar de Anísio Teixeira.

²⁵ Educado em colégios jesuítas da Bahia, sua formação básica foi predominantemente humanista clássica da tradição greco-latina, ministrado pela pedagogia escolástica dedutivista. Sua formação universitária realizou-se na década de 1920, quando se tornou bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro e cursou o Teachers College da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, recebendo o título de Master of Arts. Nessa ocasião foi aluno de John Dewey e William Kilpatrick, que o influenciaram em seu pensamento filosófico em educação. Deu início às suas atividades como educador em 1924, quando foi nomeado Inspetor Geral do Ensino da Bahia. Posteriormente foi Diretor de Educação e Saúde do Estado da Bahia (1924-29); Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, passando a Secretário de Educação e Cultura com a nova denominação do órgão na mesma época (1931-35); Consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) (1946-47); Secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia, após a decadência do Estado Novo (1947-51); Secretário Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) (1951-64); Diretor Geral do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) (1952-64); Reitor da Universidade de Brasília (UnB) (1963-64) e membro do Conselho Federal de Educação (1962-68).

A instituição universitária tem suas origens na Idade Média, pois foi a partir dos séculos XI e XII foi realizada uma "obra de unificação do pensamento ocidental" (TEIXEIRA, 1988, p.32). Seu aparecimento representou uma grande inovação. Quando o desenvolvimento intelectual da denominada cultura ocidental se sedimentou a Igreja promoveu os parâmetros adequados para a criação da universidade, que nesse tempo era uma corporação de professores e alunos cujo objetivo era descobrir a verdade e o conhecimento.

No século XIX, a universidade atravessa uma renovação inaugurada na Universidade de Humboldt, em Berlim, Alemanha. Aqui o seu renascimento foi marcado pela geração de um conhecimento novo, pois se via a necessidade de realizar a pesquisa científica com base nas experiências sociais passadas tendo em vista o futuro. Essa postura incentivou a Inglaterra e a Holanda a se associarem a essa renovação científica na qual se preconizava a busca da verdade, a formação profissional e a cultura geral (TEIXEIRA, 1988).

No Brasil a educação se originou com os jesuítas e o seu intuito *a priori* era estudar a cultura geral para depois passar para os cursos profissionais de Teologia e preparo dos membros da ordem, reproduzindo assim, o modelo da universidade medieval. Embora no período colonial, aqui no Brasil não tivesse universidade, a elite brasileira tinha acesso à de Coimbra, que era uma universidade propriamente medieval. Além disso, contava com o colégio dos jesuítas na Bahia, onde se ensinava a cultura latina e as literaturas clássicas. Nesse colégio se aplicava um ensino aristocrático, embebido da cultura que representava a universidade, que era a apreensão dos saberes passados, o rebuscamento humano vindo dessa cultura que surgiu na Grécia, em Roma e em outras fontes consideradas cultura a ser valorizada e seguida. Esse contato entre estudantes brasileiros e o ensino superior português visava também induzir a lealdade da Colônia para com a Coroa (TEIXEIRA, 1988).

Anísio Teixeira lembra que a ideia de instalação de universidade no Brasil sofreu resistência por muito tempo. Com a vinda "da família real são criadas as duas primeiras escolas de Medicina, vinte anos depois as faculdades de Direito, depois uma Faculdade de Minas e Mineralogia; a de Engenharia veio com a Academia Militar" (TEIXEIRA, 1988, p.90). Anísio Teixeira acrescenta que por todo o período monárquico foram apresentados em torno de 42 projetos, que começaram com José Bonifácio e foi até Rui Barbosa, e sempre o Governo e o Parlamento os vetaram.

Durante a República a resistência se perpetuou, incentivava a instalação de escolas agrícolas, liceus de Artes e Ofícios e, mais tarde, o ensino técnico-profissional, mas sem falar em ginásios ou escolas secundárias. A universidade se estabilizou

como preparadora profissional sem maiores atenções a outros aspectos culturais, por exemplo, o refinamento humano. Somente em 1934 foi fundada a primeira universidade em São Paulo e, no ano seguinte uma no Rio de Janeiro (TEIXEIRA, 1988).

Sedimentadas as escolas superiores no Brasil, mesmo sendo tipicamente profissionais, ainda exerciam o papel de ensinar a cultura geral, desinteressada, do passado e predominantemente europeia. De maneira que a elite ilustrada brasileira mais transpirava o passado e a cultura europeia do que a nossa própria cultura. E assim, no Brasil o sistema educacional de ensino universitário foi deliberadamente negligenciado e esquecido, diferentemente da Europa e Estados Unidos onde se criaram universidades e escolas superiores adequadas e preparadas para transmitir suas próprias culturas. As instituições universitárias constituíram-se como lugares de formulação de conhecimentos articulados a instâncias de ensino, ou seja, esses espaços que formulavam o conhecimento que iriam ensinar.

A cultura estrangeira no Brasil foi tão enraizada que ficou fácil essa classe erudita desconsiderar a cultura nacional, ser passivo às imposições que vinham de fora, inclusive, porque não, desconhecer, ajudar a dizimar e relegar ao esquecimento os primeiros habitantes dessas terras: os índios, transformados em intrusos em seu território. Se no Brasil não foi elaborada uma cultura própria, como os índios seriam reconhecidos como habitantes legítimos e sua cultura como brasileira? Isso era algo que nem se cogitava, posto que a colonização impusesse um sistema alienante.

Anísio Teixeira defendia que a educação implantasse uma cultura real na sociedade, através de instituições integradas ao solo brasileiro que transmitam a forma de pensar brasileira, que a ciência e a pesquisa legitimem o nacionalismo, a identidade. E completa: "o grande objetivo da educação é formar a consciência nacional. Sem uma cultura nacional não se poderá formar essa consciência."(TEIXEIRA, 1988, p.98) No Brasil o tipo de universidade implementada, não foi com esse propósito educacional e sim de transmitir ao brasileiro uma cultura universal.

A partir da década de 1920, começaram as críticas sociais referentes à situação do ensino superior no Brasil. Essas críticas emergiram do ensino médico, que ainda estava envolvido academicamente por uma cultura de pensamentos universais o que não se aplicava à realidade brasileira. Nesse sentido, era necessário um conhecimento mais direto e profundo da cultura brasileira para se compreender e solucionar os problemas da saúde no país. E assim, através da Medicina foi

introduzido na cultura brasileira o espírito científico moderno, marcado pelo método experimental.

Ainda de acordo com Teixeira, o ensino superior no país cresceu, na tentativa de acompanhar e atender novas aspirações sociais, de modo a apenas conceder um prestígio social. Era preciso mudar, e essa mudança sucedeu não pela ampliação das escolas já existentes, pois seria muito difícil alterar os métodos de ensino cultivados pelos antigos professores desde o século XIX. Esses professores não aceitariam que se multiplicassem o número de outros mestres dentro da mesma escola, pois implicaria na disseminação de novos valores que se chocariam com os vigentes. Dessa forma, o que aconteceu foi a proliferação de novas escolas (TEIXEIRA, 1988).

Sendo assim, as universidades brasileiras surgiram na década de 1930, mas sua constituição se deu a partir da reunião de um conglomerado de escolas isoladas sob uma autoridade comum, o reitor, que era um simples representante das escolas perante o Governo e a sociedade.

No entanto, para se entender as relações entre as universidades, o ensino superior e as mudanças sociais trata-se de analisar as forças contraditórias que se chocavam no processo de expansão das escolas superiores. As escolas antigas resistiam à mudança e os estudantes pressionavam para o alargamento das oportunidades do ensino superior. Mas ainda existiam outros esforços em reformar o ensino superior para melhor atender as reivindicações de um novo tipo de conhecimento essencial à modernização do país e a necessidade de diversificar o ensino para novas carreiras ajustáveis com as exigências de uma nova sociedade que se formava (TEIXEIRA, 1988).

Anísio Teixeira explica que para as forças reformuladoras do ensino ganhassem corpo foi necessário que viessem de dentro do sistema. Foi o que ocorreu com as escolas de Medicina, mesmo existindo dentro da universidade guardaram seu isolamento, uma vez que seu pensamento moderno, voltado para a realidade social ainda não estava incorporado na ideia de outras escolas superiores. Contudo tal modelo contribuiu para que outras escolas compartilhassem desses novos parâmetros, a respeito de sua organização interna, aplicação dos métodos, conteúdos e práticas de ensino.

A inspiração provocada pela Medicina influenciou diferentes escolas que encerravam propósitos de ampliação do ensino superior, que tentaram integrar esses esforços em escolas complexas e variadas além de criar um estudo desinteressado das mais diversas disciplinas do conhecimento humano, associando a cultura geral

com a especialização científica e literária dos estudos pós-graduados de pesquisa, sem deixar de lado a formação profissional.

Entretanto, essas iniciativas de certo modo se frustraram, o que gerou a perpetuação do isolamento entre as escolas. No caso das novas escolas de Filosofia, Ciências e Letras foram hostilizadas pelas antigas e, para se defenderem tiveram que dar maior atenção aos cursos de licenciatura para o magistério secundário, apenas subsidiariamente "se devotando à formação acadêmica dos especialistas em Letras, Ciências e Filosofia" (TEIXEIRA, 1988, p.120).

E assim, por muito tempo a "reforma" do ensino superior, significou a implantação de novas escolas de forma contínua, mas sem atingir as escolas que já vigoravam. Como se pôde verificar, não havia reforma, e sim a consolidação do que existia. Apenas houve uma expansão, o que não implica em reforma, mas em uma heterogeneidade, pois as escolas recentes não compartilhavam da filosofia das anteriores.

Entretanto, a partir da década de 1960 o panorama universitário brasileiro começa a mudar. Com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), criada em grande parte por influência do ideário defendido por Teixeira, passando o ensino superior, a ser concebido dentro de parâmetros jurídicos, em termos da formulação de princípios que orientassem a "liberdade" de ensino, de modo que as antigas resistências comesçassem a ser vencidas. Como consequência, borbulharam escolas e cursos por todo o Brasil, tanto público como privados.

A LDB favoreceu ao aparecimento de oportunidades de reforma ainda que bastante modestas, mas foi um início de inovações em implantação. Nessa época já podia ser observada a passagem de uma cultura literária para uma cultura científica, impulsionando transformações e injetando modernidade na criação do sistema de ensino superior.

Mais tarde, movimentos no Governo e na comunidade acadêmica aspiravam uma reformulação efetiva. O Golpe de 1964 e as reclamações da classe estudantil de professores progressistas mais afinados com a reformulação estrutural da universidade e da sociedade foram apropriados e alterados pelos técnicos do MEC e por consultores norte-americanos que contribuíram na reforma universitária do país. Posterior aos Acordos MEC/USAID²⁶, em 1965 e 1967 e, pelo Relatório Atcon²⁷ em

²⁶ USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - fundado em 1961 por John F. Kennedy criava programas de assistência ao desenvolvimento nas regiões autorizadas pelo Congresso Nacional.

²⁷ Referente aos estudos do Relatório do teórico norte-americano Rudolph Atcon, influenciaram fortemente na reformulação do ensino superior brasileiro.

1966, a influência norte-americana nas universidades brasileiras se faria mais acentuadamente (PAULA, 2009).

Na conjuntura em que se encontrava o ensino superior brasileiro, em especial as universidades, foi promulgada a lei de reestruturação das universidades, cujo intuito era firmar "postulados e princípios para essa reestruturação que merecem ser examinados, pois focalizam aspectos referentes ao isolamento, independência e duplicação, característicos da situação das escolas na estrutura anterior"(TEIXEIRA, 1988, p.140). Essa lei, junto com os Decretos-Leis nº 53/66 e o nº252/67, e a Lei Fundamental de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, passaram a reger a universidade brasileira.

No ano de 1968, no governo militar, foi instituída a Lei 5.540, envolvida em um processo de diversas injunções, foi responsável pela Reforma de 1968 e incorporou reivindicações de setores acadêmicos, sob influência de vários aspectos do pensamento universitário norte-americano que vinham sendo formulados anteriormente, dentre os principais pontos destacam-se:

- a) Relação linear entre educação e avanço econômico, e entre educação e mercado de trabalho;
- b) Incentivo aos convênios entre universidade e setor produtivo;
- c) O fim da cátedra e implementação do vestibular unificado, do primeiro ciclo geral, dos cursos de curta duração, do regime de créditos e matrícula por disciplinas,
- d) Instituição da carreira docente aberta e do regime de dedicação exclusiva;
- e) Ampliação do ensino superior, por meio do alargamento do número de vagas nas universidades públicas e da propagação de instituições privadas.

O objetivo de racionalizar o ensino superior foi o princípio básico da Reforma de 1968, a partir daí foram geradas novas diretrizes, fundamentadas e inspiradas no modelo norte-americano, no qual a universidade é concebida como uma empresa cuja produção é o processo educacional, que por sua vez, deve estar sintonizado com as necessidades do mercado (PAULA, 2009).

Considerando toda a história das universidades brasileiras, Anísio Teixeira identificou quatro funções fundamentais. A primeira é a formação profissional da universidade, normalmente com base intelectual, científica e técnica. A segunda seria a expansão da mente humana, pela iniciação do estudante na vida intelectual alargaria sua visão e imaginação. A terceira função é caracterizada por desenvolver o conhecimento humano por meio do fomento à pesquisa. A última é que a universidade

seja transmissora de uma cultura comum, ou seja, uma cultura nacional. Teixeira destaca que a universidade no Brasil não logrou êxito, pois de fato não expressa a cultura brasileira.

Portanto, não obstante as dificuldades de falta de continuidade administrativa decorrentes da instabilidade política, o ensino no Brasil contou com a atuação de Anísio Teixeira que marcou a educação seja em sua própria formação estudantil e acadêmica seja como educador e trabalhador para o avanço da educação no país.

Sintetizando suas reflexões fica claro o seu ponto de vista, sua postura na defesa da universidade como agente capaz de auxiliar na superação de distorções presentes nas atividades intelectuais e culturais do país, visando a socializar a cultura através do acesso dos meios de obtê-la. Enfim, a universidade passa a ser considerada fundamental para a formação da identidade de um povo e do caráter nacional.

No tocante a formação dessa identidade e desse caráter no Rio Grande do Norte encontra-se em parte manifestada em instituições de pesquisa como o Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o qual será exposto a seguir.

As determinações da LDB tiveram repercussões no sentido da criação de Institutos de Pesquisa em Universidades de diferentes Estados do Brasil. A criação de tais institutos em Universidades do Nordeste, em Estados como o Rio Grande do Norte e Ceará, que focalizaremos na sequência, pareceu visar favorecer a pesquisa universitária em uma região considerada desfavorecida, mas propícia à pesquisa sobre o conhecimento de particularidades locais, materializando projetos nacionalistas e regionalistas inseridos em um campo de relações científicas e políticas internacionais. Tais processos implicaram na criação de “museus regionais” em parte adequando às novas circunstâncias o modelo do Museu Paraense de Etnografia e História Natural criado no século precedente, em Belém.²⁸

²⁸ Ver em anexo uma descrição exploratória do Museu Arthur Ramos cujo exame seria interessante para uma futura comparação entre museus regionais no Brasil.

CAPÍTULO 3

O INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UFRN, UM ESPELHO DA IDENTIDADE POTIGUAR NA DÉCADA DE 1960

3.1. Breve histórico do Instituto de Antropologia (IA)

O Museu também faz parte do cenário das primeiras instituições culturais, de pesquisa científica e tecnológica do Rio Grande do Norte, sobretudo, no que tange às ciências naturais. Assim, foi criado primeiramente o Instituto de Antropologia (IA) da Universidade do Rio Grande do Norte (URN), por meio da Lei Estadual nº 2.694, de 22 de novembro de 1960, cujo objetivo era "promover e divulgar estudos sobre o homem em seus diversos aspectos físicos e culturais, inclusive tradição, hábitos e costumes, além de jazidas pré-históricas do território norterio-grandense"(1960). Além da pesquisa o IA disponibilizava cursos de extensão universitária em antropologia, arqueologia, etnologia e paleontologia.²⁹ A partir de então esse instituto passou a ser o primeiro órgão de pesquisa do Estado.

Em 1959, um ano antes da fundação do Instituto de Antropologia, Luis da Câmara Cascudo³⁰ publica no jornal "A República" uma nota referente ao encaminhamento por parte do então reitor Onofre Lopes ao Governador Dinarte Mariz um pequeno memorial que sugeria a criação do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. Nessa ocasião, Dinarte Mariz dirigiu à Assembleia Legislativa a mensagem de solicitação "e, graças a Deus, não haverá um só Deputado que não sinta orgulho de participar na criação de uma entidade que, de futuro, será um título de alta benemerência para quantos possibilitaram seu aparecimento e movimentação". (CASCUDO, 2005 apud SANTOS, 2010). Nessa nota foi possível perceber a expectativa e a confiança de Câmara Cascudo na instalação de um órgão de pesquisa no Estado potiguar, e o que isso poderia vir a representar para a sociedade em termos de desenvolvimento científico e social.

Inicialmente o IA não tinha local definitivo (SANTOS, 2010), mas segundo o Livro de Atas de 12 de maio de 1964, em sua sétima reunião da congregação de professores do IA da UFRN tomaram "conhecimento da doação de um terreno, feita pelo Dr. Varela Santiago, presidente da Sociedade de Assistência aos Filhos de

²⁹ www.mcc.ufrn.br/wordpress

³⁰ Nascido em Natal em 1898, sua juventude foi bastante privilegiada. Seus pais, Francisco Justino de Oliveira Cascudo e Ana Maria da Câmara Cascudo gozavam de segurança financeira, apreciavam a cultura e viviam numa chácara no Tirol, centro de Natal, onde frequentavam intelectuais e músicos que participavam de reuniões literárias, jantares e recitais. Cascudo estudou o ensino fundamental no colégio Atheneu, na mesma cidade. Mais tarde cursou Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, completando até o quarto ano da faculdade. Quando desistiu da Medicina, foi estudar Direito em Recife, se formando em 1928. Ainda em 1918 começou seus trabalhos como jornalista no jornal "A Imprensa" de propriedade de seu pai. Contudo, colaborou com todos os jornais da cidade e de outros lugares, esse início o marcou e inspirou a seguir carreira de antropólogo, etnógrafo, historiador, folclorista, advogado e jornalista. Enfim, Cascudo ficou conhecido como um grande intelectual norte-rio-grandense que se debruçou nos estudos da cultura brasileira. Também foi professor da UFRN, pesquisador das manifestações culturais brasileiras e primeiro diretor do Instituto de Antropologia.

Lázaro, onde será construída a nova sede do Instituto de Antropologia e seus laboratórios".

Contudo, a posse definitiva do terreno somente ocorreu em 2008 com uma ação de usucapião à Procuradoria Federal do Rio Grande do Norte, através da qual a UFRN conquistou a posse definitiva do bem (SANTOS, 2010).

A Universidade do Rio Grande do Norte³¹ tornou-se federal praticamente um mês após o estabelecimento do IA, na data de 18 de dezembro de 1960, com a Lei nº 3.849. A sigla URN então passou a ser denominada UFRN.



Figura 1: Fachada da Primeira Sede do Instituto de Antropologia. (Acervo do Arquivo do Museu Câmara Cascudo)

A Lei 2.694/60, mencionada anteriormente, ainda dispõe da estrutura inicial do IA, que se constituía da seguinte forma:

- 1- Seção de Administração
- 2- Seção de Antropologia física
- 3- Seção de Antropologia Cultural
- 4- Seção de Paleontologia
- 5- Museu
- 6- Biblioteca
- 7- Laboratório
- 8- Oficinas

Segundo a Ata de 19 de dezembro de 1961, ocorreu a reunião com o propósito de tratar de assuntos referentes ao início dos trabalhos do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte a serem desenvolvidos ano de 1962. O evento realizou-se na sede da Reitoria na qual participaram o Reitor, Onofre Lopes, Luis da

³¹ Segundo Santos (2004) a Universidade do Rio Grande do Norte foi criada em 25 de junho de 1958, através da Lei Estadual nº 2.307, pelo Governador Dinarte Mariz e depois federalizada pela Lei Federal nº 3.849, sancionada pelo Presidente da República, Juscelino Kubistchek de Oliveira.

Câmara Cascudo, José Nunes Cabral de Carvalho³², Monsenhor Nivaldo Monte³³ e Veríssimo de Melo³⁴, que também redigiu o documento. Na oportunidade, Câmara Cascudo foi nomeado pelo Reitor, o primeiro diretor do IA e, então declarou que a princípio o Instituto deveria conter três departamentos de atividades:

- Antropologia Física, de responsabilidade do professor José Nunes Cabral de Carvalho, se concentraria no estudo dos sambaquis;
- Etnografia Geral, sob o comando do professor Luis da Câmara Cascudo, realizaria estudos sobre as áreas de cultura do Estado;
 - Seção de Folclore, dirigido por Veríssimo de Melo;
- Genética, conduzido pelo professor Monsenhor Nivaldo Monte;

Nessa ocasião, exceto o Reitor, estava presente a primeira equipe do IA, que em seus anos iniciais de trabalho, se preocuparam em constituir as instalações, acomodações dos professores-pesquisadores; organizar os departamentos; coletar material em campo e formar os ambientes do IA³⁵.

³² Natural de Macaíba/RN, José Nunes Cabral de Carvalho nasceu em 1913. Dentre suas atividades profissionais estão: cirurgião-dentista, professor e pesquisador. Saiu de Natal para estudar no Rio de Janeiro, onde trabalhou primeiro como estivador no Porto (RJ). Depois atuou como servente no Instituto Anatômico da Faculdade Fluminense de Medicina, onde ingressou no curso de medicina, mas antes de terminar seguiu para o curso de odontologia, o qual concluiu em 1941.

Entrou para o Magistério Superior como monitor da Cadeira de Anatomia do Curso Odontológico da Faculdade Fluminense de Medicina de 1939 a 1941 e como assistente de 1942 a 1949. Desenvolveu pesquisas no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Retornou a Natal em 1958, para ministrar um curso de Atualização de Anatomia. Foi aprovado para a Cátedra da Cadeira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal/RN.

Instituiu a Cátedra de Anatomia, dotando-a de anfiteatro, museu, cubas para guardar cadáveres, área com mesas para pesquisas, salas de professores e secretaria. Posteriormente o professor Cabral foi para o Instituto de Antropologia, onde assumiu a direção do IA logo após Câmara Cascudo e lá ficou até sua morte, em 1979. Durante sua permanência formou professores, pesquisadores, capacitou o pessoal técnico-administrativo e projetou esta unidade internacionalmente por meio das suas atividades relacionadas com as ciências naturais e antropológicas. Ministrou vários cursos e conferências; publicou diversos artigos científicos; pertenceu a muitas entidades culturais e recebeu distintos prêmios e comendas.

³³ Nivaldo Monte nasceu em Natal em 1918, foi bispo católico brasileiro e arcebispo de Natal. Responsável pela construção da Catedral Metropolitana "Nossa Senhora da Apresentação". No Instituto de Antropologia foi responsável pelo departamento de Genética.

³⁴ Nascido em Natal em 1921, Veríssimo de Melo foi juiz, advogado, jornalista, professor de Etnografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de Natal e de Antropologia Cultural da UFRN. Interessou-se pelos estudos do folclore, publicando muitos trabalhos a respeito do tema. Além disso, foi membro do Conselho Estadual de Cultura e da Academia Norte-riograndense de Letras e Diretor do Museu Câmara Cascudo

³⁵ www.mcc.ufrn.br/wordpress



Figura 2: Fachada do prédio, enquanto Instituto de Antropologia. (Acervo do Arquivo do Museu Câmara Cascudo)

De acordo com o histórico disponível no site (www.mcc.ufrn.br/wordpress) do Museu Câmara Cascudo, no decorrer da década de 1960 os pesquisadores do IA percorreram o Estado pesquisando e coletando material correspondente as ciências naturais e da antropologia. O produto dessas pesquisas reuniu um acervo significativo para o que se imaginava constituir um museu universitário.

Em 1965 o IA foi nomeado Instituto de Antropologia Câmara Cascudo, em homenagem a um de seus fundadores e primeiro diretor, Luis da Câmara Cascudo³⁶, escritor, pesquisador e folclorista. E, em outubro 1973, estabelecido pelo CONSUNI (Conselho Universitário) o IA passou a ser Museu Câmara Cascudo, que pela sua resolução nº 81/73, tinha o dever de “manter o acervo constante do atual Instituto de Antropologia” (1973).

A partir da década de 1970, com a chegada de novos modelos científicos, surgem diversos centros de estudo, o que irá favorecer os museus nacionais e regionais. Esse contexto é interessante para se entender o desenvolvimento das pesquisas no antigo Instituto de Antropologia, o primeiro órgão de pesquisa da UFRN.

No decorrer da década de 1960 os pesquisadores do IA, inclusive alguns vindos do Museu Nacional e outros da Smithsonian Institution percorreram o Estado pesquisando e coletando material correspondente as ciências naturais e da antropologia. O produto dessas pesquisas reuniu um acervo significativo e coerente com um museu universitário.

³⁶ Em relação à Câmara Cascudo, chama a atenção a sua importância social em termos de referência na história do Rio Grande do Norte e sua curta temporada no MCC, que não completou um ano. De acordo com esse documento ele justificou sua renúncia alegando que não poderia acompanhar o ritmo dos trabalhos pois, "enquanto eu caminho de carro de boi, vocês voam de avião a jato" (CASCUDO, 1961).

Num período após o Estado Novo, as relações entre instituições culturais brasileiras e a Smithsonian Institution são interessantes, pois com os projetos nacionalistas e suas resistências à instalação de instituições de pesquisa americanas no Brasil, as relações internacionais serviram para criar modelos de pesquisas em áreas como antropologia e arqueologia (FAULHABER, 2011). No caso do IA/MCC, o contato com pesquisadores estrangeiros pôde tanto ter trazido um modelo de pesquisa como ter influenciado a formação do modelo de regionalismo típico do nordeste.

Nesse sentido, a maior parte das coleções do IA se integrou, como representantes de parte da história do Rio Grande do Norte, sob a ótica da antropologia e das ciências naturais, seus objetos não são comprovações de teorias antropológicas, mas sim para conhecimento, pesquisa e compreensão de suas funções e relações com a sociedade.

Isso é verificado em boa parte dos museus, inclusive no IA/MCC. Museu de Antropologia e Ciências Naturais, quando se refere a exposições permanentes, parecia que nada poderia ser modificado, como se a disposição dos objetos tivesse que ser imutável. Esse aspecto gerou, então, um paradoxo entre o desenvolvimento disciplinar e a exposição. Desejaria neste projeto entender os objetos que constituíram as coleções do IA/MCC, no sentido do que significavam para os pesquisadores que ali atuavam. Se aí há uma forma de conhecer a relação do homem com o meio em regiões como o Nordeste e a Amazônia.



Figura 3: Fachada do Museu Câmara Cascudo. (Acervo do Arquivo do Museu Câmara Cascudo)

As leis, resoluções, decisões e mudanças na estrutura interna como externa do Instituto de Antropologia demonstram o processo de amadurecimento do órgão. É perceptível a preocupação das pessoas envolvidas com o IA/MCC em desenvolver um

instituto de pesquisa científica que possuísse como foco o homem e o seu meio, e o que isso poderia proporcionar a uma sociedade como a “potiguar”. Todo o trabalho realizado foi de importância ímpar, pois proporcionou para esse corpo social oportunidades de conhecimento e autoconhecimento de forma sistematizada, que veremos mais detalhadamente com os quadros e as interpretações a seguir.

O IA/MCC desde o início buscou se relacionar com instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras, para demonstrar esses contatos foram ilustradas algumas tabelas para visualizar como se configuravam essas inter-relações:

Tabela 1: CORRESPONDÊNCIAS DO IA PARA INSTITUIÇÕES NACIONAIS

PROCEDÊNCIA	ANO	ASSUNTO
MUSEU NACIONAL	1962	Em 11 de junho, Luis da Câmara Cascudo, diretor do IA, envia circular ao diretor do Museu Nacional, comunicando que o Instituto de Antropologia do Rio Grande do Norte, está dividido em quatro departamentos: Etnografia brasileira e particularmente do Rio Grande do Norte, sob a responsabilidade de Câmara Cascudo; Antropologia Física, a cargo do prof. José Nunes Cabral de Carvalho; Genética, com Mons. Nivaldo Monte; Cultural Popular, com o prof. Veríssimo de Melo.
MUSEU EMÍLIO GOELDI		Em 27 de junho, Câmara Cascudo comunica ao Chefe da Divisão de Antropologia do Museu Emílio Goeldi, acusando recebimento e agradecendo a remessa da coleção das publicações da Divisão de Antropologia e de sua importância para a Biblioteca do Instituto de Antropologia.
MUSEU EMÍLIO GOELDI		Em 31 de julho, Veríssimo de Melo, diretor do depto. De Antropologia Cultural, solicita ao Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, Dr. Eduardo Galvão, algum material indígena, de dentro ou fora do desse museu, e ainda pede orientação se seria possível conseguir em outro Estado. Neste pedido ficou expressa a vontade de oferecer aos estudantes de Etnografia do Brasil, bem como do público em geral uma seção de objetos indígenas.
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO		Em 13 de agosto, José Nunes Cabral, diretor do Depto. De Antropologia, respondendo pela direção, e em razão da organização de uma biblioteca especializada no Instituto de Antropologia da URN, envia esse documento ao Diretor do instituto Nacional do Livro, Augusto Meyer, requerendo a remessa de livros ou publicações que possam interessar aos estudos de Antropologia Brasileira.
USP		Em 05 de setembro, José Nunes Cabral, diretor do Depto. de Antropologia, respondendo pela direção agradece ao Prof. Egon Schaden, da Cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade

		de São Paulo, pelo livro "AYVU ROPYTA", de León Cadogan, obra importante a compor a biblioteca do IA..
MUSEU PAULISTA	1964	José Nunes Cabral, diretor do IA, em 11 de maio, agradece ao Sr. Dr. Prof. Herbert Baldus, diretor do Museu Paulista por sua colaboração ao enviar sua obra em especial, "Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira", a ser parte integrante de um dos números dos Arquivos do I.A.. Também comunicou que em sua sede definitiva o I. A. terá uma sala denominada "Prof. Herbert Baldus", em reconhecimento de seus estudos científicos em etnologia brasileira.
CEPA/ PARANÁ		Em 01 de outubro José Nunes Cabral apresenta ao Sr. Dr. Prof. Igor Chmyz, o pesquisador auxiliar do I.A. da UFRN, Nássaro Antonio de Souza Nasser, que foi participar do Seminário de Ensino e Pesquisas em Jazidas Cerâmicas, aproveitando o ensejo para que o auxilie em sua permanência durante o Seminário.
CEPA/PARANÁ		Em 08 de setembro, Nássaro de Souza Nasser, pes. Aux. Do depto. De Arqueologia do IA, trata-se do trabalho do prof. Igor Chmyz ³⁷ , do CEPA - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná em conjunto com o prof. Oldemar Blasi, acerca da "Jazida Arqueológica de J. Lopes". Esse serviu de referência para os pesquisadores do I. A., uma vez que também pretendiam efetuar no RN escavações em jazidas, pois já haviam dois locais que confirmavam a sua presença.
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS	1965	Em 23 de março o prof. Veríssimo de Melo, diretor do Depto. de Antropologia Cultural, solicita ao Dir. do C. Bras. de Pesq. Educacionais, para transcrever no vol. 3 ^o dos "Arquivos do I.A. da UFRN" o artigo do prof. Leslie White denominado "O Conceito de Cultura", e, da importância para professores e estudantes de Antropologia Cultural que não puderam conhecê-lo.
MUSEU EMÍLIO GOELDI		Em 03 de agosto Veríssimo de Melo científica ao etnólogo Dr. Mário Simões ³⁸ sobre a publicação da tradução do estudo intitulado "Kulturwandel und Stammsüberleben am oberen Xingú, Zentralbrasilien", no n° 3 dos "Arquivos do Instituto de Antropologia da UFRN". Trata-se de um trabalho feito pelo Dr. Mário em colaboração com Eduardo Galvão, dois significativos nomes da etnologia brasileira.
MUSEU EMÍLIO GOELDI		O Seminário Nacional de Arqueologia foi realizado no Museu Paraense Emílio Goeldi e promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisas, Smithsonian Institution e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, coordenado por Clifford Evans e Betty Meggers. O IA foi representado por Nássaro de Souza Nasser, para divulgar trabalhos sobre a pré-história brasileira em revista do país e do estrangeiro ao final do evento.
UFSC	1969	Em 28 de setembro José Crispim, pesq. auxiliar do depto. de Arqueologia com a equipe do IA, trata com a equipe de arqueologia do Instituto de Antropologia da UFSC, das pesquisas sobre os dados geográficos, a fauna malacológica, e, as características da indústria e dos

³⁷ BLASI, Oldemar & CHMYZ, Igor. Jazida Arqueológica de J. Lopes (rio Ivaí,Paraná). **Boletim Paranaense de Geografia**, (8-9): 63-102, 1963.

³⁸ Mário F. Simões contribuiu para a organização de consolidação da arqueologia no Brasil com a implantação de vários projetos de levantamento arqueológico visando estudar a pré-história amazônica no qual se destacou o PRONAPA e o PRONAPABA.

		sepultamentos encontrados no Sambaqui da Enseada em São Francisco do Sul/SC.
--	--	--

Logo no primeiro ano de atividades do IA, foram realizados vários contatos tanto com instituições nacionais como estrangeiras. Em relações as nacionais, no primeiro ano Câmara Cascudo, na condição de diretor do IA, o apresentou ao Museu Nacional expondo como estaria disposto em sua estrutura organizacional e quem participaria. Ainda inicialmente, a maioria dos contatos com as instituições brasileiras como o Museu Emílio Goeldi, o Instituto Nacional do Livro e a USP, consistiam na solicitação de publicações e material para compor o IA.

Em 1964, o recebimento de publicações continua, mas o IA já manifesta a montagem de publicação própria, os 'Arquivos do IA'. Além disso, o diretor do IA, José Nunes Cabral, apresentou o pesquisador auxiliar, Nássaro Nasser ao Dr. Igor Chmyz para que o ajudasse no Seminário sobre jazidas cerâmicas em Santa Catarina, o que demonstra um contato não mais limitado às correspondências, mas um intercâmbio interpessoal.

No ano seguinte, se observa a atenção dada ao incremento dos 'Arquivos do IA', com artigos de cunho antropológico do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e do Museu Emílio Goeldi. Essa preocupação revela o enriquecimento científico do IA a partir dos contatos com outras instituições e assim, começa a gerar uma base em termos de publicações para os pesquisadores em formação melhorarem seus conhecimentos em antropologia.

Em 1969, a participação da equipe de arqueologia do IA junto com a equipe de arqueologia do Instituto de Antropologia da UFSC, no projeto Sambaqui da Enseada denuncia uma integração e uma expansão do IA cada vez maior com o passar dos anos. A troca de experiências e informações foi crucial para o desenvolvimento das pesquisas do IA, pois reuniu um importante volume de dados para auxiliar em trabalhos futuros.

Tabela 2: CORRESPONDÊNCIAS DO IA PARA INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

PAÍS/ORIGEM	ANO	ASSUNTO
RUMANIA, BUCARESTI		Em 11 de outubro, Veríssimo de Melo, diretor do depto. de Cultura popular, envia ao Diretor do Institut de Folclor, prof. M. Pop, agradecimentos pelo intercâmbio cultural e pela remessa dos livros "200 CİNTECE SI DOINE", "ANTOLOGIE FOLCLORICA DIN TINUTUL PADURENILOR", "CİNTECE POPULAR ROMINEȘTI", "CİNTECE POPULARE ROMINEȘTI", "152 CİNTECE SI JOCURI DIN NASAUD", "FOLCLOR MUZICAL BANATEAN", "170 MELODII POPULARE ROMINEȘTI DIN MARAMURES". Essas obras compuseram uma valiosa coleção acerca do folclore musical da Rumania e úteis aos

		trabalhos de confronto realizados em Natal (Brasil).
SUÉCIA, GOTEMBURGO	1962	Em 16 de outubro, o Diretor José Nunes Cabral de Carvalho acusa ao Sr. Prof. S. Henry Wassén, Chefe do Depto. de América do Museu Etnográfico de Gotemburgo, recebimento dos volumes 22, 23, 24 e 25 do ETNOLOGISKA STUDIER, editado pelo Museu Etnográfico de Gotemburgo e, fica expressa a vontade de estabelecer intercâmbio e colaboração entre ambas instituições.
HAWAI, HONOLULU		Em 16 de outubro, José Nunes Cabral comunica ao Presidente da Sociedade de Antropologia do Hawaii, do recebimento do jornal "NEWS FROM THE PACIFIC", vol. 12, nº3 (june 1961), e, como incentivo ao intercâmbio, manifesta o desejo em receber mais publicações especializadas e de remeter no ano seguinte as publicações do IA.
ARGENTINA, TUCUMÁN		Em 19 de outubro, José Nunes Cabral menciona ao Sr. Prof. Carlos Reyes M. Gajardo, do Instituto de Antropologia da Universidade de Tucumán, a respeito da preparação das atividades editoriais do I.A. da URGN para o ano seguinte e dos agradecimentos pelas publicações enviadas por aquela entidade para a biblioteca do I.A.
SUIÇA		Em 06 de dezembro, Veríssimo de Melo envia ofício ao Diretor da Societé Suisse des Americanistes, Gêneve, com agradecimentos pelo recebimento do nº 24 do "Bulletin" da referida entidade em setembro deste ano e, pelo grande valor que esta publicação teve devido as sugestões de novos trabalhos que seus colaboradores deixaram.
ÁFRICA, ANGOLA	1964	Em 02 de julho, o diretor de Antropologia Cultural, Veríssimo de Melo emite correspondência ao diretor do Museu de Angola acusando o recebimento de dois volumes do escritor Oscar Ribas, "UANGA" e "ILUNDO". No mesmo documento, fica expresso agradecimentos e o desejo de se continuar o intercâmbio de livros entre ambas instituições.
MÉXICO		Em 11 de setembro, José Nunes Cabral congratula o Sr. Dr. Prof. Juan Comas, diretor da seção de antropologia do Instituto de História da Universidade do México, o científica pela criação da seção de antropologia e apresentando o I.A. para estabelecer intercâmbios. Para começar as permutas de publicações, enviou o 1º vol. dos "Arquivos do I.A."
ESTADOS UNIDOS, FILADÉLFIA	1965	Em 04 de setembro, o vice-diretor Protásio P. de Melo comunica Dr. Abbott, especialista em malacologia, referindo-se à satisfação do prof. José Nunes Cabral em saber notícias a respeito dos moluscos enviados pelo Dr. Abbott, tanto dos próprios exemplares como dos documentos a respeito deles. Protásio de Melo também acrescenta da gradativa melhora do Depto. de Antropologia com os vários contatos estabelecidos com instituições de todo o mundo, assim como este que se constitui como uma boa referência, além das contribuições em conhecimento e material científico.
ESTADOS UNIDOS, CALIFÓRNIA		Em 09 de julho, Veríssimo de Melo externa à Sra. Fay M. Blake da <i>University Research Library</i> , Los Angeles, sobre a satisfação em manter intercâmbio com instituições de cultura dos EUA; o envio do vol. I, nº 2 dos "Arquivos do I.A. e, do desejo em receber em troca, livros e publicações dessa Universidade.
ESTADOS UNIDOS,		Correspondência enviada ao prof. Leslie White do Depto. de Antropologia em Ann Arbor em 23 de março por Veríssimo de Melo. Nesta estão expressos agradecimentos

MICHIGAN		pela autorização para divulgar o artigo "O Conceito de Cultura", na tradução que foi publicada na revista "Educação e Ciências Sociais", do RJ, dos trabalhos enviados. Do desejo de cooperação entre os dois institutos e da menção aos contatos do I.A. com a Academia de Ciências da Filadélfia e o Smithsonian Institution.
ESTADOS UNIDOS, WASHINGTON		Em 04 de fevereiro o prof Antônio Campos, chefe da divisão de Geologia e Paleontologia convida o Dr. Clayton, da Divisão de Paleontologia de Vertebrados do Smithsonian, para que viesse trabalhar no RN, juntamente com o Dr. Cabral e Antônio Campos numa área fossilífera, cujo foco do trabalho eram roedores. A carta ainda se refere a satisfação do autor em trabalhar com o Dr. Clayton na Smithsonian Institution (SI) e da expectativa de quão proveitoso esse contato, tanto para o I. A como para a SI.
ESTADOS UNIDOS, WASHINGTON		Em 04 de fevereiro, Antonio Campos, chefe da seção de Geologia e Paleontologia do IA, comunica ao Dr. Clayton E. Ray, da Divisão de Paleontologia de Vertebrados do Smithsonian, sobre o convite para que o Dr. Clayton viesse trabalhar no RN, juntamente com o Dr. Cabral e Antônio Campos numa área fossilífera, cujo foco do trabalho eram roedores. A carta ainda se refere a satisfação do autor em trabalhar com o Dr. Clayton no Smithsonian Institution (S. I.) e da expectativa de quão proveitoso esse contato, tanto para o I. A como para a S. I..
ESTADOS UNIDOS, WASHINGTON		Em 22 de setembro, o Diretor José Nunes Cabral deixa o prof. Clifford Evans, da Smithsonian Institution, ciente das pesquisas a serem efetuadas na área do Xingú, na Bahia, e do envio da equipe de Antropologia Cultural completa para pesquisar, sobretudo material cerâmico. Essa empreitada contaria, em parte, com recursos enviados pelo prof. Evans e o objetivo seria enriquecer o acervo de conhecimentos técnicos e práticos acerca da Antropologia cultural.
MÉXICO, NIÑOS HÉROES	1966	Em 16 de fevereiro, Veríssimo de Melo comunica ao Sr. Miguel León-Portilla, diretor do Instituto Indigenista Interamericano, da satisfação em o I. A. receber o n° 4, vol. XXV da revista "América Indígena", da importância dessa comunicação para estreitar os laços de amizade e manter o intercâmbio.
SUÍÇA, ZURICH	1971	Em 24 de agosto, o Vice-diretor, Protásio P. de Melo expressa a Siber Hegner & Co. LTD - Talstrasse, o interesse do Depto. de Antropologia Física em comprar um Antropômetro. Informados por meio do catálogo GPM de Instrumentos Antropológicos para Somatologia e Osteologia, foi observada a elaboração de artigos para fins antropológicos.

Em relação ao contato do IA com instituições estrangeiras, em seu primeiro ano de atividades, consistiu no recebimento de publicações. Dessa maneira, através do intercâmbio com diferentes nações o IA poderia adquirir além dos contatos, das permutas e do seu enriquecimento bibliográfico, obter referências para a execução de novos trabalhos e ser reconhecido fora do país.

Em 1964, os intercâmbios e as trocas de publicações foram se fortalecendo e se expandindo. No ano seguinte, destacou-se o número de contatos com instituições de diferentes Estados norte-americanos. A motivação em se manter intercâmbios,

estava presente em várias áreas de conhecimento do IA, além da antropologia, havia comunicações do setor de malacologia, paleontologia e arqueologia. Dessas permutas, o IA estabeleceu relações mais estreitas com a Smithsonian Institution, cuja interlocução foi bastante produtiva para o desenvolvimento científico da antropologia, da paleontologia e, sobretudo, da arqueologia do IA, para a qual se constituiu um divisor de águas.

No ano de 1966, segue o contato com o México, sempre alimentando a manutenção do intercâmbio e o estreitamento dos laços de amizade através das trocas de publicações.

Em 1971, o interesse em o depto. de Antropologia Física comprar um antropômetro fora do país, demonstra o incremento e o esforço em se investir em equipamentos para que os trabalhos de pesquisa fossem realizados contanto com recursos tecnológicos capazes se desenvolver os estudos de forma mais completa e complexa.

Tabela 3: SÍNTESE DAS PRINCIPAIS COMUNICAÇÕES DO IA COM AS INSTITUIÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

ANO	INST. NACIONAL	INST. ESTRANGEIRA
1962	Museu Nacional, Museu Emílio Goeldi, Inst. Nacional do Livro, USP	Rumania, Suécia, Hawai, Argentina, Suíça
1964	Museu paulista, UFSC	África, México
1965	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Museu Emílio Goeldi	EUA (Michigan, Washington, California, Filadélfia)
1966	-	México
1969	UFSC	-
1971	-	Suíça

Nos primeiros tempos do IA, seja em contato com Instituições nacionais ou estrangeiras, o período foi intenso, pois havia a necessidade de estabelecer relações importantes para sua estruturação, e caracterizado por contatos que consistiam na permuta de publicações, principalmente no recebimento dessas. Nos anos seguintes, as permutas e o fortalecimento do intercâmbio foram aumentando à medida que se faziam novas relações. Chamam à atenção as comunicações com os Estados Unidos, sobretudo com a Smithsonian Institution, que firmou um contato mais diversificado, pois não se restringiu a antropologia, suas relações se expandiram nos trabalhos paleontológicos e arqueológicos.

No período compreendido entre 1962 e 1971, as atividades desenvolvidas no IA seguiram em boa parte orientadas por instituições nacionais e estrangeiras a partir

da permuta de suas publicações. Como se pode inferir o IA, desde o início que se propôs trabalhar inserido no contexto das instituições de pesquisa do país como de fora.

Essas comunicações foram fundamentais para a formação do IA, como instituição de pesquisa, pois o IA e futuro MCC pôde se estruturar com base científica tendo por referência as instituições reconhecidas no campo das ciências em que o IA trabalhava, e isso o conferiu uma maior credibilidade e visibilidade.

A partir de outros documentos, se observará a dinâmica do IA em seus primeiros tempos:

3.2 . As pesquisas desenvolvidas no IA

Nos documentos relativos à constituição do Instituto de Antropologia encontramos relatórios, resoluções, portarias, correspondências, comunicados dentre outros que tratam das atividades desempenhadas pelo Instituto.

A princípio, para que o IA pudesse iniciar suas atividades foram emitidos alguns documentos que podem ser visualizados no quadro "Documentos Diversos". Como medidas de legitimação do IA foram criadas duas resoluções: a 60/61 e a N^o 21/62. Na Resolução N^o60/61, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, resolveu "autorizar o Reitor a instalar o Instituto de Antropologia da Universidade e a convocar o pessoal capacitado a dinamizar o mencionado Instituto, recrutando-o, de preferência, dentro do corpo docente da Universidade" (YOLANDA DANTAS, 1961). Esse evento constituiu-se como o início da concretização do Instituto de Antropologia.

No ano seguinte, com a Resolução N^o 21/62-U, o Conselho Universitário da UFRN aprovou o Programa do Curso de "Introdução à Antropologia Brasileira", estruturado pelo Instituto de Antropologia, visava selecionar pesquisadores especializados para trabalhos de campo e de laboratórios no setor de Antropologia. Dessa forma, se observa o avanço na busca pela melhora na qualidade dos trabalhos desenvolvidos no IA. Com esse programa, se confirmava que não seria suficiente somente o pessoal capacitado da resolução anterior, mas sim especializado, tendo em vista o vulto das atividades a serem desempenhadas. Sendo assim, o Instituto de Antropologia poderia ser reconhecido não apenas como instituição de mera pesquisa, mas, formadora e propagadora de saberes no campo antropológico.

Em 1963, com a PORTARIA Nº 02/63, o Diretor Geral do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, José Nunes Cabral de Carvalho, em gozo de suas atribuições, resolveu criar, como meio de reconhecimento e incentivo a "Medalha Cultural CÂMARA CASCUDO", cujo objetivo era "premiar cientistas, instituições congêneres ou pessoas que prestarem serviços relevantes do Instituto, através de cursos, conferências, doações ou outras contribuições julgadas valiosas para o desenvolvimento deste órgão da Universidade" (CARVALHO, 1963).

Tabela 4:DOCUMENTOS DIVERSOS

DOCUMENTO	ANO	ASSUNTO
RESOLUÇÃO Nº 60, de 13 de dezembro	1961	A secretária ad-hoc do Conselho Universitário, Yolanda Dantas trata da deliberação em autorizar o Reitor a instalar o Instituto de Antropologia da Universidade Federal e a convocar o pessoal habilitado para nele trabalhar, sendo de preferência do corpo docente da Universidade.
RESOLUÇÃO Nº 21/62-U, de 06 de novembro	1962	O Conselho Universitário da UFRN, no uso de suas atribuições resolve aprovar o plano de trabalho de 1963 e o Programa do Curso de "Introdução à Antropologia Brasileira", organizado pelo IA como o intuito de selecionar pesquisadores especializados para trabalhos de campo e de laboratório no setor de Antropologia.
PORTARIA Nº 02/63, de 31 de janeiro	1963	José Nunes Cabral, diretor do IA, externa sobre a criação da "Medalha Cultural Câmara Cascudo", com a finalidade de premiar cientistas, instituições congêneres ou pessoas que prestarem serviços relevantes ao instituto, por meio de cursos, conferências, doações ou outras contribuições consideradas valiosas para o desenvolvimento do IA.

No entanto, à medida que as pesquisas desenvolviam-se, recorrer às ciências auxiliares como a geologia, paleontologia, ecologia, malacologia dentre outras, tornou-se cada vez mais necessário. Além disso, como a criação da UFRN ainda era muito recente, não havia pessoal suficiente capacitado para atuar e assumir funções no IA, o que o fez então, formar o seu próprio pessoal para trabalhar no IA e que ficou integrado à instituição.

Como iniciativa primordial para resolver esse problema de pessoal, foi realizado um curso intensivo de 18 meses em tempo integral, de formação teórica e prática de pesquisadores auxiliares. Num segundo momento, foi efetivado o aperfeiçoamento, por meio de trabalhos de campo e laboratório, conferências, seminários e outras atividades. Numa terceira e última fase, com início previsto para o ano seguinte foram concedidas bolsas de estudo para os pesquisadores auxiliares, no Brasil e no exterior, visando complementar uma formação científica mais sólida.

No quadro "Relatórios do IA UFRN" apresenta-se tem uma ideia geral do período de 1962 a 1968. Sobre os trabalhos em Antropologia Cultural, centrado nos estudos sobre o folclore. A arqueologia intergrada nos programas de pesquisa do

PRONAPA, Ecologia Cultural e Arte Rupestre. A Antropologia Física se ocupava das investigações geo-paleontológicas da região fossilífera no município de São Rafael, o que rendeu bastante material para o IA. Como se observa, o esforço em se conhecer os aspectos físicos, culturais, geológicos, arqueológicos, antropológicos, dentre demais aspectos estava presente no esforço da equipe do IA.

Tabela 5: RELATÓRIOS DO I.A. UFRN

EMISSOR	ANO	ASSUNTO
Veríssimo de Melo, Diretor do depto. de Antropologia Cultural do I.A.	1962	Relatórios das atividades do setor de antropologia cultural do I.A. de 20 de janeiro Desenvolvimento dos trabalhos no setor de cultura popular centrado na coleta de material folclórico, por meio de gravação e registro de cantigas, e, na aquisição de peças para o Museu.
Nássaro de Souza Nasser, chefe do depto. de Arqueologia do I.A.	1965	Relatório do depto. de Arqueologia sobre as Atividades do depto. em três programas básicos de pesquisa: 1-Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA); 2- Estudos de Ecologia Cultural; 3- Arte Rupestre no Rio Grande do Norte.
José Nunes Cabral de Carvalho, diretor do I. A		De 02 de fevereiro, relativo ao plano de trabalho para a área fossilífera de Lajea Formosa, no município de São Rafael. Região já observada pela equipe do I.A. que constatou material paleontológico como sedimentológico, possivelmente pleistocênico em "tanques" fossilíferos. O interesse científico não se encerrava em vestígios fossilizados, mas também em ruínas pré-históricas, inscrições rupestres e material lítico encontrados no lugar.
Comunicado ao Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Onofre Lopes, em 31 de janeiro.	1967	Diretor do I. A, José Nunes Cabral de Carvalho, relata as principais atividades do Instituto de Antropologia "Câmara Cascudo", relativos ao ano anterior. Do Depto. de Antropologia Física as atividades apresentadas são as pesquisas geo-paleontológicas na área fossilífera da Fazenda Lajea Formosa, município de São Rafael. Com o acompanhamento dos conselheiros Rui Ribeiro Franco e Antônio Tavares de Bragança, do Conselho Nacional de Pesquisas, foram feitas escavações que produziram bastante material e, que foram depositados no IA..
Veríssimo de Melo, em 15 de julho	1968	Ao comunicado Sr. Diretor do I.A. José Nunes Cabral, relativo aos trabalhos de pesquisa desenvolvidos na nova sede do I.A., sobretudo, no que tange ao levantamento das inscrições rupestres do Estado. Mas também nos vários campos de estudo: Arqueologia - coleta de material nas áreas identificadas, migrações indígenas e tipologia de cerâmicas; Linguística, estabelecimento das áreas fundamentais das diferenciações fonéticas do RN.

O quadro "documentos sobre o Museu" revela que a formação do acervo do IA não se originava somente da pesquisa, também vinha de algumas doações de amigos do Museu. Como exemplo de doação, menciona-se o documento sobre à doação do Sr. Sebastião Marinho, de peças que configuram a incipiente indústria das rapaduras, como tachos, fornos, escumadeiras e demais objetos que preencheram a Sala da Bolandeira Cangula, representando a cultura açucareira no Rio Grande do Norte.

Dessa forma, observa-se que além de coleta fruto de pesquisas e de compras também pôde adquirir material através de doações.

Em suma, o IA/MCC se fez aberto ao diálogo que conduzia à propagação do conhecimento, à preservação dos patrimônios culturais e científicos, contando com o apoio de interesses solidários de outras instituições que também tenham essa postura. Para ilustrar esse espírito de preservação ao patrimônio cultural, ainda nesse quadro, atesta o envolvimento do IA, através de Veríssimo de Melo, com a Sociedade de Danças Antigas Araruna, com o intuito de solicitar ao Reitor da UFRN um novo vestuário para os bailarinos do Araruna. Essa atitude deixa implícita a importância antropológica em se preservar um antigo e tradicional grupo de dança pelo seu poder de representação simbólica da cultura “potiguar”.

Tabela 6:DOCUMENTOS SOBRE O MUSEU

OBS: o conteúdo desta pasta está entre as outras da década de 1960 e 1970, porém a maioria não contém datas nem autoria.

TÍTULOS	ASSUNTOS
Membros do Conselho Nacional de Pesquisa visitaram o I.A.	Inspeção dos visitantes relativo aos trabalhos realizados em campo no Estado do Rio Grande do Norte, com destaque para o que estava sendo efetuado em Olho d'água do Milho, (Mossoró) e nos tanques fossilíferos de São Rafael.
A Sociedade de Danças Antigas "Araruna" recebe valiosa doação da UFRN	Integrantes do quadro social do "Araruna", acompanhados do prof. Veríssimo de Melo foram ao Reitor Onofre Lopes para solicitar auxílio para aquisição de novo figurino destinado a catorze bailarinos da Sociedade.
Valiosa doação à Sala da Bolandeira do Instituto de Antropologia	Doação por parte do Sr. Sebastião M. de Carvalho ao I.A. de peças que constituem a primitiva indústria da rapadura, que no RN datam de 1703.
Arqueólogos americanos visitaram o Instituto de Antropologia	Chegada de Clifford Evans e Betty Meggers, do Smithsonian Institution, ao I.A. com o objetivo de acertar os detalhes do convênio entre as duas instituições.

Em dezembro 1961, reuniram-se na Reitoria o então Reitor Onofre Lopes, o patrono e primeiro diretor Luís da Câmara Cascudo, o professor (e posteriormente diretor) José Nunes Cabral e D. Nivaldo Monte, para estabelecer medidas adequadas com o objetivo de criar futuramente um museu universitário. Este, por sua vez, deveria projetar os aspectos mais relevantes do Estado, tanto na perspectiva antropológica, geológica, paleontológica e folclórica. Para tanto, foram ministrados cursos preparatórios por antropólogos, geólogos, paleontólogos dentre outros cientistas de importância dentro como fora do país para os jovens pesquisadores, mas também estava aberto para os natalenses em geral.

Os dois quadros seguintes demonstram sobre a determinação dos cursos a serem ministrados no IA e de sua importância para a formação científica da equipe do IA.

Tabela 7: OFÍCIO RECEBIDO EM 1963

Onofre Lopes, Reitor da URN	23 de agosto	Comunicando ao prof. Dr. José Nunes Cabral de Carvalho relativo à aprovação pelo Conselho Universitário por unanimidade, o curso de extensão universitária sobre "Arqueologia e Etnologia Brasileira" realizado no IA.
--------------------------------	--------------	--

Tabela 8: CORRESPONDÊNCIA GERAL EXPEDIDA EM 63/64/65/66

José Nunes Cabral de Carvalho	10 de junho	Explicita da fundação do I. A. da URN, em 19 de dezembro de 1961 e instalado a 18 de maio de 1962, e, das inscrições para o Curso de Introdução à Antropologia, por meio do edital de 19/11/62, com objetivo de preparar pesquisadores para seus vários setores. Nesse certame foram exigidos estágios e provas em: Antropologia física, Antropologia Cultural e Geologia e Paleontologia do Quaternário. A aula inaugural foi ministrada pelo Reitor da URN, Onofre Lopes.
Geólogo Carlos de Paula Couto³⁹	20 de maio	Resposta positiva ao convite do I.A. para ministrar um curso cujos temas seriam "Aspectos do Pleistoceno Sul-americano", "Paleontologia do Pleistoceno do Brasil" e "Explorações Paleontológicas no Pleistoceno do Nordeste", com duração de uma semana, em agosto ou setembro.

Como se pode inferir, os propósitos do instituto e sua postura diante da sociedade eram oferecer ao público opções um estímulo à pesquisa, se estruturar como alternativa didática, para ensino médio, superior e pós-graduação; pesquisar nas áreas de Ciências Naturais e Antropológicas, formar, treinar e atualizar mão de obra especializada e cultivar intercâmbios.

Sua metodologia consistia na montagem de exposições permanente, temporária e itinerante. Realizar palestras, seminários, cursos, além de ofertar estágios, promover acordos e convênios.

O borbulhar das pesquisas científicas no IA chamaram a atenção do Sr. Jarbas Passarinho⁴⁰, ministro de Estado da Educação e Cultura no período entre 1969 e 1974. Então, publicou uma nota elogiando o trabalho do professor José Nunes Cabral de Carvalho, junto com a colaboração do Reitor Onofre Lopes e dos professores Luís da Câmara Cascudo, D. Nivaldo Monte e Veríssimo de Melo.

³⁹ Pesquisador do Museu Nacional da UFRJ.

⁴⁰ Passarinho nasceu em Xapuri, no Acre e sempre pautou sua atuação pelo envolvimento em políticas regionais, radicando-se no Pará. Assumindo importante papel na política educacional da ditadura militar (1964-1985), Jarbas Passarinho defendia o projeto de nação, "Brasil potência", cuja ideia era disponibilizar um "mínimo de cultura" para todos, que poderia ser adquirida através do combate ao analfabetismo. Pois, diante do desenvolvimento urbano que se configurava, era necessário dar acesso às amplas camadas do povo brasileiro ao conhecimento. A partir de então, criou-se o ensino primário para adultos (Mobral), ampliou-se a escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, e, houve a reforma da universidade, no sentido de se propagar pensamentos anticomunistas. Com isso, as instituições científicas obtiveram recursos financeiros para desenvolver as ciências, por meio de equipamentos e recursos humanos.

Os destaques feitos pelo ministro justificaram-se devido a uma série de trabalhos de pesquisas em campo que trouxeram para o Museu em formação, peças significativas nas áreas de Paleontologia, Geologia, Indíologia, Arte Popular, Antropologia, Arqueologia e as Ciências Naturais como um todo. Dentre algumas peças citadas encontram-se animais pré-históricos da região, artesanato em couro e apetrechos de pesca. Importante lembrar que os trabalhos desenvolvidos não foram reconhecidos apenas no âmbito da UFRN e do Estado, mas, sobretudo, nacionalmente em união com o Conselho Nacional de Pesquisas, e internacionalmente, pela Smithsonian Institution e pela Academia de Ciências da Philadelphia.

Outro ponto de atenção dessa nota seria o IA já visto como um ponto turístico do Estado,

"recebendo a visita anualmente de milhares de interessados, além de estudantes e professores de todos os níveis do Estado e municípios limítrofes, o Instituto ampliou e equipou os seus laboratórios, surgindo novos setores de trabalho da maior importância, como o de Micro-Paleontologia,"(Relatórios do Instituto de Antropologia, s/d).

O crescimento das pesquisas em campo associado ao rico material coletado e a parceria com outras instituições, estimularam a vinda de visitantes de diversos ciclos (escolar, turístico, etc), bem como ampliação das instalações e o equipamento dos laboratórios. Foi um benefício geral. Dentre outras ciências desenvolvidas no IA a antropologia e a arqueologia são as que oferecem mais dados acerca da formação da identidade potiguar.

Em 1962, primeiro ano de exercício do IA, seus fundadores deram início às suas atividades de pesquisa, tanto nos trabalhos em campo como na busca por material para compor o acervo do IA, vindos da biblioteca da Universidade e de instituições como o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Além disso, do intercâmbio com o Adido Cultural do Consulado Americano, mais do que publicações, o IA adquiriu um canal para ter informações sobre as instituições de pesquisa americanas e se manter atualizado de suas atividades no campo da antropologia.

Tabela 9: OFÍCIOS EXPEDIDOS EM 1962

EMISSOR	DATA	ASSUNTO
Prof. Veríssimo de Melo, diretor do depto. de Cultura Popular	23 de maio	Ofício enviado a José Cavalcanti Mélo, Vice-Reitor em exercício solicitando transporte da Universidade para que os Srs. Professores Luis da Câmara Cascudo, José Nunes Cabral de Carvalho, Mons. Nivaldo Monte e o signatário deste pudessem realizar a viagem de pesquisa à Gruta do Ronca, situado no município de São Tomé.

Prof. Luis da Câmara Cascudo, diretor do IA.	04 de junho	Documento emitido ao Reitor da Universidade, Onofre Lopes solicitando providências necessárias junto à Biblioteca Central desta, para que sejam encaminhadas ao IA, obras, revistas e demais publicações de interesse antropológico ou de ciências afins com o intuito de compor a biblioteca deste instituto nascente em 18 de maio.
Prof. Luis da Câmara Cascudo	06 de junho	Na condição de diretor do IA, Cascudo solicita ao diretor do depto. de Estatística do Estado, Amauri Medeiros, colaboração deste departamento por meio da remessa de publicações especializadas, sobretudo do envio de mapas dos municípios do Estado.
Prof. Luis da Câmara Cascudo	13 de julho	Ofício endereçado ao Reitor da URN, Onofre Lopes, comunicando das providências do IA em adquirir material destinado ao Museu, "o qual promete ser uma mostra dos elementos mais característicos das atividades do Homem nortério-grandense. Para tanto, o trabalho consistiu na obtenção de peças etnográficas e objetos de arte popular, sendo uma parte adquirida logo, por doação e coleta, e outra mediante compra.
Prof. José Nunes Cabral de Carvalho, diretor do depto. de Antropologia, respondendo pela direção do IA..	13 de agosto	Enviada ao Adido Cultural do Consulado Americano, no Recife, Sr. Douglas A. Elleby, referente a acusação de recebimento do volume "NOVA HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS", de William Miller. No mesmo documento solicita a cooperação desse Consulado no que diz respeito à atualizar o IA nos conhecimentos em torno do que se realiza nos EUA no campo das pesquisas e estudos de Antropologia.
Prof. José Nunes Cabral de Carvalho, diretor do IA. em exercício.	09 de outubro	Acusa recebimento e agradecimentos ao Sr. Prof. Dr. Manoel Diégues Junior, Diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) pelos três primeiros números do Boletim do CLAPCS, contendo livros como: "Problemas de Urbanização na América Latina, de W.Bazzanella; e "Estratificación y Movilidad Sociales em Chile", de A. Ruiz Urbina, Alejandro Zorbas e Luis Donoso Varela. Aproveitando para reafirmar estreita colaboração entre as duas entidades, visando sempre o desenvolvimento dos estudos antropológicos no Brasil.

No decorrer dos anos de 1964 e 1965 os investimentos rumo a crescimento do IA prosseguiram, como ilustrado nos dois quadros abaixo:

Tabela 10: OFÍCIOS EXPEDIDOS EM 1964

1964		
José Nunes Cabral, diretor do I.A.	13 de agosto	Trata-se da chegada do professor da Universidade de São Paulo, Egon Schaden no I.A., para ministrar o curso: Aculturação Indígena, Métodos e Técnicas de Pesquisa no Instituto de Antropologia da UFRN.
Elizabeth Mafra Cabral	01 de agosto	Relativo ao pagamento dos trabalhos de campo realizados no RN: coleta de material folclórico e levantamento de inscrições rupestres.
Nássaro de Sousa Nasser	01 de agosto	Relativo ao pagamento dos trabalhos de campo realizados no RN: coleta de material folclórico e levantamento de inscrições rupestres.
José Nunes Cabral de Carvalho	23 de novembro	Prestação de contas enviada ao Reitor da UFRN, Onofre Lopes da Silva, relativo às despesas decorridas com a assistência prestada aos arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers, durante sua estadia em Natal em visita ao Instituto de Antropologia pela Smithsonian Institution.
Onofre Lopes	30 de setembro	Ao Sr. Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro autorizando o

da Silva, Reitor da URN		despachante Sr. José da Rocha a desembaraçar e receber uma caixa enviada de Lisboa em 05 de setembro, contendo máscaras de madeira ofertadas pela Companhia de Diamantes de Angola (Museu do Dundo) ao I.A.. Evocando o inciso 19, art.11, do Decreto-Lei 300/1958 para requerer isenção de todos os tributos.
----------------------------	--	--

Curso, trabalho realizado em arqueologia, prestação de contas e recebimento de material estrangeiro para o IA, fizeram parte das suas ocorrências neste ano.

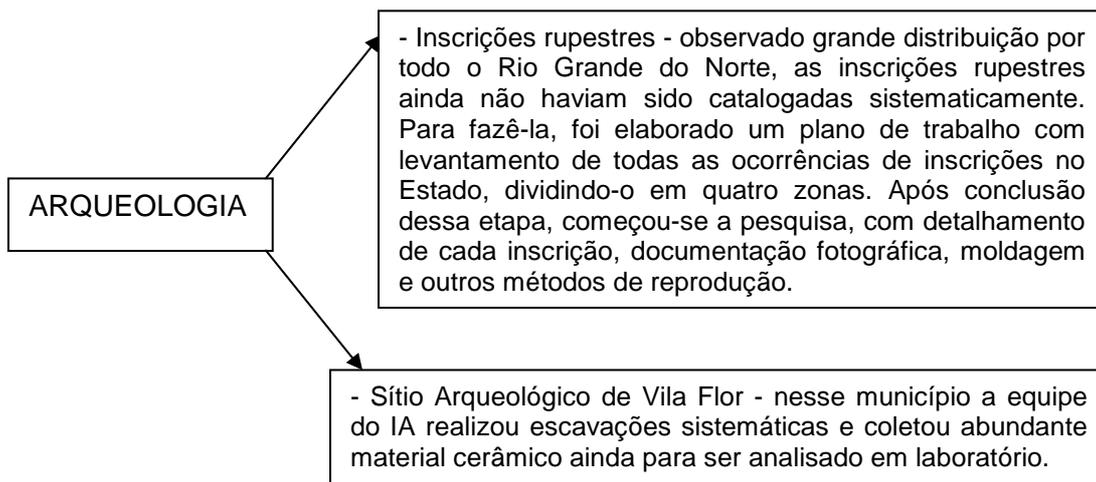
Nos documentos referentes ao ano de 1965 há um intitulado "Instituto de Antropologia Câmara Cascudo - uma síntese", reúne informações no sentido de promover uma ideia geral da origem, objetivos, atividades de pesquisa desenvolvidas e problemas enfrentados. Sendo assim, o referido instituto foi criado com o intuito de "estudar o homem e a cultura norte-rio-grandenses, dentro de uma metodologia antropológica, tanto física como cultural, obedecendo, por conseguinte a critérios cronológicos e espaciais"(1965).

Tabela 11: CORRESPONDÊNCIAS DE 1965 (OFÍCIOS)

José Cabral Nunes de Carvalho	15 de setembro	de	Referente ao envio de documentos ao Reitor Onofre Lopes acerca de comprovantes de pagamento das despesas realizadas com o desembaraço alfandegário de quatro caixotes de livros científicos doados ao IA pela Smithsonian Institution.
José Cabral Nunes de Carvalho	01 de novembro	de	Comunica ao prof. Luis da Câmara Cascudo da realização da pesquisa paleontológica no Lajedo da Escada, distrito de Baraúna, Mossoró e, de seus positivos resultados exemplificando dentre muitas outras descobertas a de um fóssil de Lestodon, carapaça de um gliptodonte e morcegos fósseis.
José Cabral Nunes de Carvalho	17 de novembro	de	Endereçada ao Vice Reitor da UFRN, Aldo Fernandes Raposo Melo para comunicar da viagem do pesquisador auxiliar Nássaro Antônio de Souza Nasser a Salvador para realizar os trabalhos de pesquisa arqueológica em campo e nos laboratórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia, no serviço do Prof. Valentim Calderón.
José Cabral Nunes de Carvalho	21 de novembro	de	Notícias do Prof. Calderón em relação ao encerramento da primeira etapa da pesquisa de campo sobre arqueologia no Rio São Francisco, que contou com a elogiosa participação do pesquisador Nássaro Antônio de Souza Nasser.

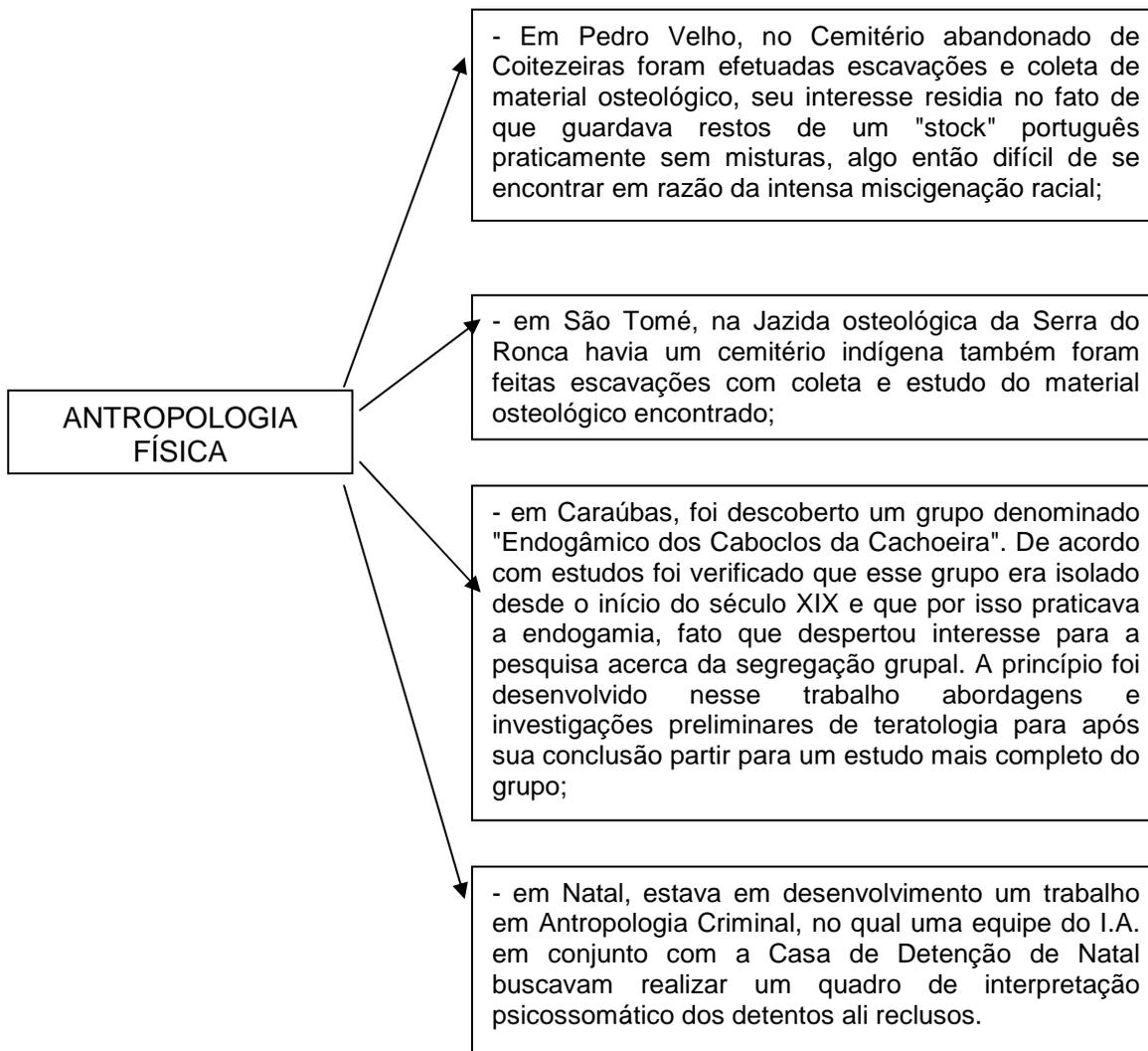
É dada atenção às descobertas nas pesquisas paleontológicas e arqueológicas pelo Rio Grande do Norte. Nesse contexto, Nássaro de Souza Nasser amplia seus conhecimentos em arqueologia ao participar de trabalhos de campo e nos laboratórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia.

No programa de pesquisa do IA havia a previsão de se fazer nos três primeiros anos, um levantamento geral sobre a problemática nos mais diversos campos de pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte, ainda intocados do ponto de vista da investigação científica. Para ilustrar serão demonstrados alguns quadros com os campos de pesquisa e suas respectivas atividades:

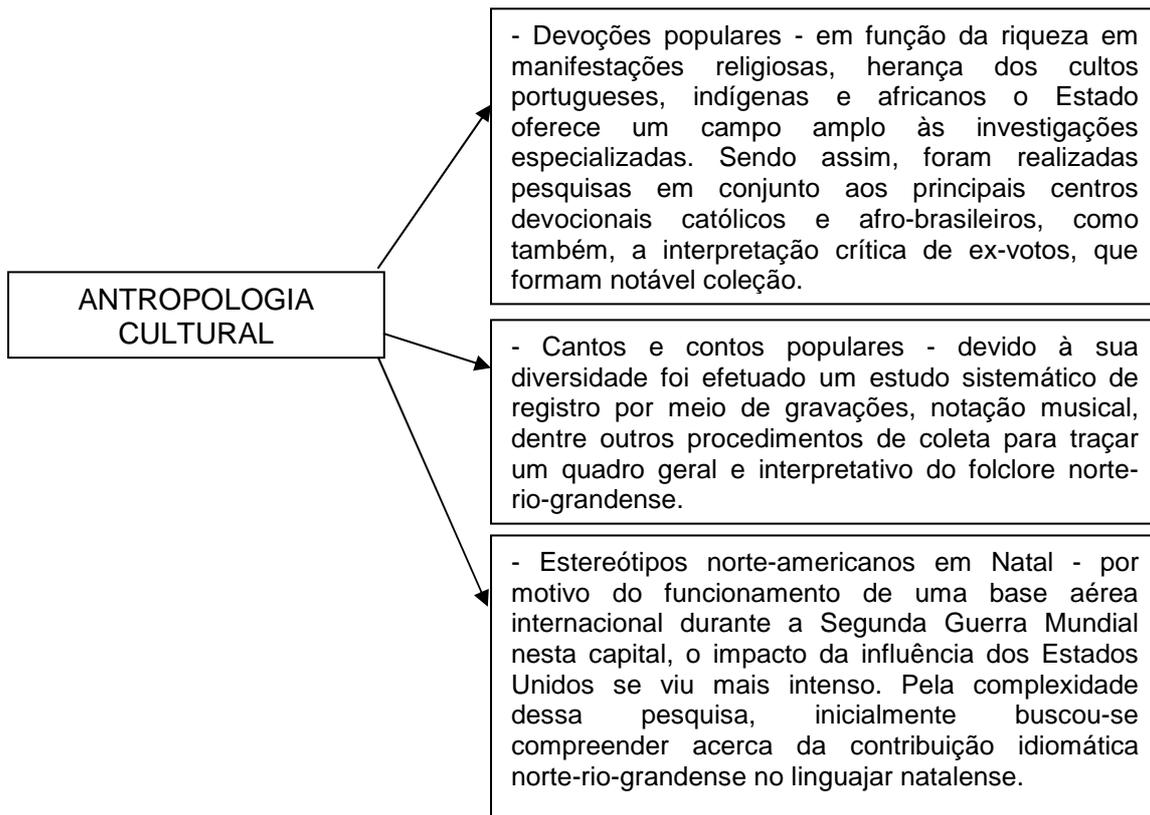


Em relação aos trabalhos arqueológicos do IA, embora se coletasse material lítico, estavam centrados na investigação das inscrições rupestres, e do material cerâmico, pois ambos foram encontrados distribuídos abundantemente por grande parte do Rio Grande do Norte. A cultura material extraída desses estudos reuniu um conjunto significativo de informações capazes de identificar etnias pré-históricas, da qual poderia se inferir não apenas dados sobre a ocupação mais remota do Estado, mas, principalmente suas características e traços culturais.

No setor expositivo do MCC havia material lítico, cerâmico e representações de inscrições rupestres, mas no período em que essas peças foram coletadas e expostas, o estudo ainda não apresentava um discurso claro que demonstrasse os aspectos identitários culturais dos grupos aos quais os materiais pertenceram.

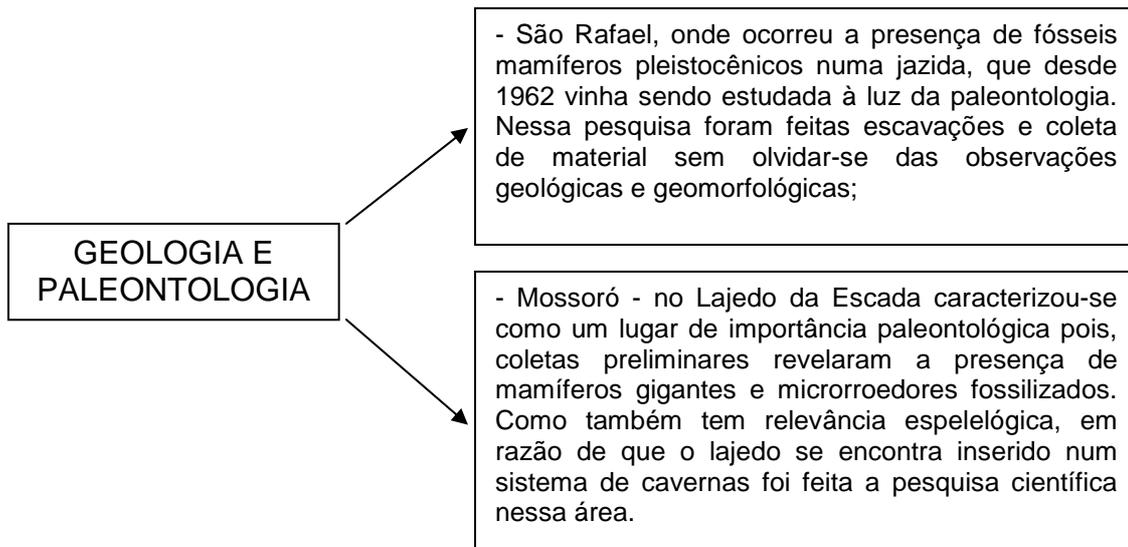


Como pode ser observado a equipe de Antropologia Física do IA estava empenhada em realizar diversas pesquisas em municípios de diferentes regiões do Rio Grande do Norte. Na busca pelo conhecimento da história do homem "potiguar" e suas relações como o meio, esses estudos se deram de maneira diversificada. Tentou-se investigar não apenas os aspectos físicos, mas também sociais e psicossociais, para abarcar o maior número de informações sobre seu objeto e poder traçar um perfil a respeito. Com esses trabalhos sistematizados foi dado um grande passo no sentido do entendimento e definição da identidade regional.



No setor de Antropologia Cultural, as pesquisas permearam o tangível e o intangível. Enquanto ao tangível, a coleta e o estudo dos materiais devocionais resultaram num importante acervo de peças de origem católica e outro de procedência afro-brasileira, ambos tiveram seu espaço na exposição do MCC. No que se refere ao patrimônio intangível, os trabalhos voltaram-se para o folclore do Estado “potiguar”, pois sua atenção estava focada nos cantos e contos populares. O impacto que a cultura norte-americana provocou em Natal período da Segunda Guerra Mundial, também mereceu destaque.

As investigações nesse setor tentaram englobar aspectos que influenciaram e imprimiram marcas na cultura potiguar, sobretudo do natalense. O patrimônio cultural do Estado, assim como de outros lugares, é composto por várias representações e absorve aspectos das mais diversas culturas, entretanto, a forma como o corpo social se apropria de todo o universo de influências culturais externas que irá constituir a singularidade do grupo.



Os departamentos de Geologia e Paleontologia trabalharam em conjunto em algumas pesquisas e em diferentes municípios do Estado potiguar. As investigações realizadas dessa maneira favoreceram ambas por provavelmente utilizarem o mesmo projeto, pois onde se coletavam materiais fósseis também haviam aspectos geológicos e geomorfológicos a serem observados. A relevância material e científica levou a construir uma sala reproduzindo o ambiente encontrado em São Rafael, inclusive com uma réplica de um tanqueossilífero. Essa reprodução foi um mecanismo para se preservar na memória o que iria desaparecer em função da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que atualmente abastece a região.

Parte do sistema de cavernas do Lajedo da Escada, em Mossoró, foi reproduzido no MCC, com alguns animais empalhados e representações de fósseis do período pleistocênico. Sua reprodução foi efetuada tanto para conhecimento público como para preservação da memória, haja vista o processo de degradação.

Tabela 12: CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA 64/67

EMISSOR	ANO	ASSUNTO
Veríssimo de Melo, prof. Dir. do Depto. de Antropologia Cultural do IA.	1965	Em 19 de março comunica à Srta. Vera Dagny sobre a possibilidade em conseguir o vol. do Inst. Histórico e geográfico do RN que publicou o trabalho do Sr. Pedro Carrilho de Andrade, sobre Índios do Brasil, para ajudar em sua tese. E, da expressão positiva do diretor do I.A. em conhecer e manter um intercâmbio com o Frobenius-Institut. Envio de separatas de trabalhos sobre índios brasileiros, publicados nos "Arquivos do I.A."
		Ao Mestre Paulo de Carvalho Neto, antropólogo sergipano, em 28 de março, acusa recebimento do "Dicionário do Folclore Equatoriano" e, procura saber se Paulo de Carvalho recebeu o nº 2 dos "Arquivos do I.A. e pede impressões e críticas.
		Em 06 de abril entrega ao Dir. do IA, José Nunes Cabral, o relatório referente às pesquisas arqueológicas no município de Vila Flor/RN,

		realizadas pelos pesquisadores auxiliares Nássaro Nasser e Elizabeth Mafra Cabral, que enriqueceram os estudos da cerâmica indígena norte-rio-grandense.
	1966	Comunicado ao diretor do IA. José Nunes Cabral de Carvalho, Relativo à proposição ao diretor do IA "Câmara Cascudo" da URN, à criação de um Setor de Estudo e Pesquisa de Comunidades, dentro desse departamento. O I. A. estava integrado ao CRUTAC, um programa de desenvolvimento de comunidades, que contava com a participação da UFRN. Também estava expressa a necessidade de recursos humanos. Voluntários e alunos contribuíram com tarefas como o levantamento da bibliografia acerca das comunidades existentes no IA; tradução de textos relevantes para o estudo da Antropologia Social Aplicada; estabelecer intercâmbio com todos os organismos nacionais e internacionais que efetuam projetos de desenvolvimento de comunidades, por meio de livros e publicações; participação em cursos relativos à temática e realização de trabalhos de pesquisa
Diretor do IA José Nunes Cabral	1967	Comunicado ao exmo. Reitor da UFRN Onofre Lopes sobre: SETOR DE MALACOLOGIA - intercâmbio de material malacológico com instituições e colecionadores norte-americanos e europeus, como a Academia de Ciências Naturais da Filadélfia e o Museu de Berlim, com a qual estudou em conjunto sobre a ecologia e os hábitos de <i>Xangus Laevigatus</i> , bem como observações acerca da área de incidência do <i>Australorbis glabratus</i> , hospedeiro do Schistosoma no RN. DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA CULTURAL - pesquisa de levantamento inicial dos problemas básicos das diversas comunidades do estado, em colaboração com elementos da Escola de Serviço Social, e da Escola de Sociologia da Fundação José Augusto. Estudos centrados na situação educacional da área e das possibilidades econômicas da área em realização. Levantamento de bibliografia específica sobre Antropologia Social Aplicada no Brasil (trabalhos sobre desenvolvimento de comunidades). Intercâmbio de livros e estudos com instituições brasileiras e como o Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais e, estrangeiras como o Serviço de Antropologia da Universidade do México. SEÇÃO DE ARQUEOLOGIA - com a significativa colaboração dos arqueólogos Clifford Evans e Betty J. Meggers e, do arqueólogo Valentim Calderón, este setor desenvolveu intensa atividade, trabalhando na coleta de cerâmica arqueológica no município de Serra de São Bento/RN, onde também foram encontrados restos de enterramento indígena. Estudo e documentação do acervo arqueológico do Museu Municipal de Mossoró. Estágio de campo e laboratório do pesquisador Nássaro A. de Souza Nasser no Depto. de Arqueologia e Etnologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia sob a orientação do prof. Calderón.

Mais uma vez, como se pode observar, os intercâmbios entre pesquisadores e instituições de pesquisa são as marcas do IA, seja na simples permuta de publicações seja na comunicação ao Reitor, Onofre Lopes, a respeito do que estava sendo desenvolvido na área de malacologia, antropologia cultural e arqueologia.

No departamento de malacologia estavam pesquisando sobre a distribuição e relações ecológicas da espécie *Xancus laevigatus* e da família *Strombida*.

Contudo, para que a realização de muitas dessas pesquisas fosse possível, contaram com a cooperação internacional de instituições como o Smithsonian Institution e The Academy of Natural Sciences of Philadelphia. Em relação à primeira

instituição, representada pelo casal norte-americano Clifford Evans e Betty Meggers, foi estabelecido um programa de colaboração científica com o IA no campo da arqueologia e da paleontologia. No que tange a arqueologia, a equipe do IA participou de projetos de estudo acerca das grandes bacias fluviais sul-americanas, responsabilizando-se na região norte-rio-grandense.

A Smithsonian Institution ainda contribuiu com a doação de coleções de periódicos sobre Geologia, Paleontologia e Arqueologia à biblioteca do IA.

A Academy of Natural Sciences of Philadelphia, representada por George e Mary Kline, manteve contato de colaboração com o Departamento de Malacologia do IA. Nesse sentido, fizeram coletas de moluscos por todo o litoral norte-rio-grandense.

A apresentação desses quadros mostra uma visão panorâmica das atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Instituto de Antropologia, bem como seus contatos com outras instituições dentro e fora do Brasil. A partir de então, serão feitas algumas análises acerca desses documentos, como também esmiuçá-los um pouco mais com outras informações neles contidas. Da pasta que compõe os relatórios do Instituto de Antropologia encontramos relatórios e outros documentos que tratam das atividades desempenhadas Instituto de Antropologia.

3.3 . A antropologia no IA

No que tange a ciência antropológica, relatórios e correspondências da década de 1960 e início de 1970, esclarecem melhor como esta se desenvolveu no IA. Na pasta "Correspondência Expedida 64/67", ilustram o andamento das atividades de pesquisa no campo.

Uma correspondência de março de 1965, do prof. Veríssimo de Melo endereçada ao Sr. Dr. Prof. Leslie A. White do Depto. de Antropologia de Ann Arbor, Michigan, Estados Unidos; expressa agradecimentos do prof. Veríssimo pela autorização para divulgar no IA o significativo artigo "O Conceito de Cultura", a princípio traduzido e publicado na revista "Educação e Ciências Sociais", do Rio de Janeiro. Nosso professor também menciona sobre a publicação do 3^o número dos "Arquivos do I. A., em fins do referido ano e que o enviará ao prof. Leslie White juntamente com separatas de seu trabalho. Além disso, reforça a estima que o seu *Department of Antropology* aumente suas relações com o IA, assim como este cultivava com a Academia de Ciências da Filadélfia, o Smithsonian Institution e outras instituições.

No mesmo mês, Veríssimo de Melo enviou a Paulo de Carvalho Neto⁴¹ em 28 de março, a respeito do recebimento do "Dicionário do Folclore Equatoriano", seus agradecimentos e impressões, ao mesmo tempo em que o prof. Veríssimo o interroga sobre o recebimento do nº 2 dos "Arquivos do IA". Na mesma oportunidade ele comenta sobre andamento adiantado da construção do Instituto em sede própria e o convida para que quando vier ao Brasil possa fazer uma visita, com a possibilidade de fazer uma conferência e até mesmo um curso, dependendo do seu tempo de permanência.

Em julho, temos uma correspondência do prof. Veríssimo destinada a Sra. Fay M. Blake, da *University Research Library*, Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos. Nessa o conteúdo reitera a satisfação na manutenção de intercâmbio com instituições de cultura do EUA, sobretudo pela troca de livros e publicações.

Em 03 de agosto, o prof. Veríssimo envia ao professor Dr. Mário F. Simões, do Museu Goeldi, situado em Belém do Pará, uma correspondência relativa à publicação da tradução do estudo intitulado "Kulturwandel und Stammsuberleben am oberen Xingú, Zentralbrasilien", no nº 3 dos "Arquivos do Instituto de Antropologia da URN". Trata-se de um trabalho feito pelo Dr. Mário Simões em colaboração com Eduardo Galvão, dois significativos nomes da etnologia brasileira, que atuavam na época no Museu Goeldi.

Na data de 22 de setembro, o diretor do IA da URN, prof. José Nunes Cabral remete ao prof. Clifford Evans, da Smithsonian Institution, Washington, uma correspondência que trata das pesquisas a serem efetuadas na área do Xingú, na Bahia, e, do envio da equipe completa de Antropologia Cultural para pesquisar, principalmente, material cerâmico. Essa empreitada contaria, em parte, com recursos enviados pelo prof. Evans e o objetivo seria enriquecer o acervo de conhecimentos técnicos e práticos acerca da antropologia cultural.

Do ano de 1966 foram identificadas algumas correspondências interessantes em termos de atividades de pesquisa no campo da antropologia. Dentre uma delas encontramos uma datada em 16 de fevereiro, do prof. Veríssimo de Melo enviada ao Sr. Miguel León-Portilla, diretor do Instituto Indigenista Interamericano, situado em Niños Héroes, México. Esta correspondência trata da satisfação em o IA. receber o nº

⁴¹ Escritor e antropólogo sergipano, Paulo de Carvalho Neto entre os anos de 1945 a 1946 se matricula no curso de Direito, mas sai por se ver atraído pelo curso de Filosofia, o qual conclui e conhece o seu professor e antropólogo Artur Ramos, que também o inspira a fazer Antropologia. Como antropólogo foi professor na Casa do Estudante. Nesse período, além das aulas fazia medições antropométricas com imigrantes por ser antropólogo físico. Em razão da procura de um antropólogo brasileiro para trabalhar no Paraguai se apresenta no Itamarati com seus títulos. No Paraguai fundou o Centro de Estudos Antropológicos e teve tempo para escrever seus primeiros livros de folclore. Passou pelo Equador como Adido Cultural e no Chile implementou o Centro de Estudos Brasileiros (SANTOS, 2003).

4, vol. XXV da revista "América Indígena", da importância dessa comunicação para estreitar os laços de amizade e manter o intercâmbio.

Em 12 de julho, o diretor do Depto. Antropologia Cultural, prof. Veríssimo de Melo propõe ao diretor do IA "Câmara Cascudo" da URN, a criação de um Setor de Estudo e Pesquisa de Comunidades, dentro desse departamento. O IA estava integrado ao CRUTAC, um programa para desenvolvimento de comunidades, que contava com a participação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tratava-se "de uma experiência pioneira no Estado, para cujo êxito a contribuição do antropólogo é fundamental, como sabemos pela participação desses técnicos em inúmeros projetos semelhantes no México, Peru, Bolívia e tantos outros países." (CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA 64/67).

Nessa correspondência também estavam expressas a necessidade de recursos humanos e, conseqüentemente, as razões para a criação desse setor de estudo e pesquisas de comunidades para o desenvolvimento do trabalho. Voluntários e alunos contribuíram com tarefas como o levantamento da bibliografia acerca das comunidades existentes no IA; tradução de textos relevantes para o estudo da Antropologia Social Aplicada; estabelecer intercâmbio com todos os organismos nacionais e internacionais que efetuam projetos de desenvolvimento de comunidades, por meio de livros e publicações; participação em cursos relativos à temática e realização de trabalhos de pesquisa.

Em 24 de outubro, o diretor do IA da URN (Universidade do Rio Grande do Norte), José Nunes Cabral, solicitou ao Reitor Onofre Lopes um parecer favorável ao que o diretor do Depto. de Antropologia Cultural, prof. Veríssimo de Melo tinha como pretensão: "fotografar e fazer slides dos interiores das principais residências de Natal que guardem objetos de arte." (MELO, 1966) O objetivo seria guardar uma visão desse acervo para o futuro, já prevendo o seu desaparecimento, seja pela falta da devida preservação ou pelo interesse de comerciantes do sul do país por adquirir essas obras.

Outra carta da mesma data e também endereçada ao Reitor, o prof. Veríssimo de Melo, especifica melhor quais as principais residências, que seriam fotografadas: do prof. Luís da Câmara Cascudo, do prof. Oswaldo de Souza, do pintor Iaponi Araújo, Deputado José Pinto e do pintor Carlos José. Além disso, o professor ressalta a não disponibilidade de recursos para a obtenção de peças destinadas ao Museu, cujo acervo, até então, está composto por doações e coleta de material efetuada no interior do Estado.

Na pasta denominada "Documentos Diversos", também estão concentrados comunicados e correspondências da década de 1960 que tratam das atividades praticadas no campo da antropologia.

Nessa pasta, encontramos documentos da data de setembro de 1965, quando o prof. Protásio de Melo envia uma correspondência ao Dr. Abbott da Philadelphia, USA. Nessa, o conteúdo refere-se à satisfação do prof. José Nunes Cabral em saber notícias a respeito dos moluscos enviados pelo Dr. Abbott, tanto dos próprios exemplares como dos documentos a respeito deles.

Protásio de Melo também acrescentou à gradativa melhora do Depto. de Antropologia vários contatos estabelecidos com instituições de todo o mundo, em razão das trocas de experiências constituíram significativas contribuições em conhecimento e material científico.

De 31 de janeiro de 1967, o diretor do IA, José Nunes Cabral de Carvalho enviou um comunicado ao Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nesse documento relata as principais atividades do Instituto de Antropologia "Câmara Cascudo", referentes ao ano anterior.

Primeiramente, se referiu ao Depto. de Antropologia Física, na qual as atividades apresentadas são as pesquisas geo-paleontológicas na área fossilífera da Fazenda Lajea Formosa, município de São Rafael/RN. Com o acompanhamento dos conselheiros Rui Ribeiro Franco e Antônio Tavares de Bragança, do Conselho Nacional de Pesquisas, foram feitas escavações que produziram grande quantidade de materiais e que foram depositados no IA.

Em seguida, a participação do IA no II Simpósio de Geologia do Nordeste, em Recife, com o patrocínio do Núcleo Pernambucano da Sociedade Brasileira de Geologia, por intermédio da equipe da Seção de Geologia do Quaternário, foi discutido sobre a Geologia da Faixa Litorânea Oriental do Rio Grande do Norte.

Por fim, no decorrer do segundo semestre, foram efetuadas pesquisas a respeito da malacofauna dos recifes de Tibau, município de Touros/RN, cujos primeiros resultados encontram-se nos "Arquivos do IA" E, por todo o ano, foram realizadas pesquisas acerca da sedimentologia das formações terrígenas do Estado, na região entre Natal e Macaíba.

Em relação ao Departamento de Antropologia Cultural, na pasta "Documentos Diversos", relata sua participação em três trabalhos de campo para o CRUTAC. Um deles foi o "levantamento inicial dos problemas básicos de diversas comunidades (...) em colaboração com elementos da Escola de Serviço Social, e da Escola de

Sociologia da Fundação José Augusto/RN" (DOCUMENTOS DIVERSOS). A segunda foi uma pesquisa a respeito da situação educacional da região, e, a terceira, uma pesquisa relativa ao potencial econômico regional.

O referido departamento também realizou um levantamento bibliográfico específico voltada para a Antropologia Social Aplicada ao Brasil, trabalhos referentes ao desenvolvimento de comunidades, e, seguiu com comunicação e intercâmbio de livros e estudos com instituições brasileiras e estrangeiras.

Na pasta contendo os "Relatórios das UFRN", menciona a respeito das viagens à Belém do Pará e Manaus para visitar o Museu Goeldi e o Museu Etnológico das Salesianas, cujo objetivo era adquirir material para o setor de Indíologia do IA. Segundo prof. Veríssimo de Melo, diretor do Depto. de Antropologia Cultural do IA, esse feito foi muito importante não apenas pelas aquisições, mas pelos contatos com os cientistas do Museu Goeldi (Seção Relatório das Atividades do setor de Antropologia Cultural do IA durante o ano de 1962).

De acordo com os documentos expostos, as atividades antropológicas do IA foram intensas e apoiadas em contatos com instituições nacionais e estrangeiras, das quais recebiam publicações, participavam de projetos, realizavam contratos para realizar trabalhos de pesquisa, em campo e em laboratório, conseguiam que pesquisadores viessem ministrar cursos, palestras e seminários. Com essas interlocuções também enviavam pesquisadores do IA para se especializarem cada vez mais na antropologia em instituições de referência na área.

Como parte dos estudos em Antropologia Cultural do IA, por fornecer dados importantes acerca da identidade cultural, a etnografia indígena no Rio Grande do Norte mereceu atenção dos pesquisadores, embora imbuídos por um pensamento diferente do atual, mas, foi um começo.

3.4 . Etnografia Indígena no Rio Grande do Norte

A imagem do índio, em especial do índio do Nordeste, foi sendo apagada e/ou distorcida no decorrer dos tempos, decorrentes de conflitos conduzidas por grupos dominantes que, para atender interesses próprios subjugaram grupos indígenas e produziam seu "desaparecimento".

A partir do século XVI, o avanço das ocupações territoriais pelos colonizadores motivados por uma política de crescimento e fortalecimento do mercado europeu

desencadeou fortes embates entre estes e os antigos habitantes, os índios. Sendo assim, a terra era a questão subjacente.

Em relação ao Rio Grande do Norte, inserido no contexto geral dos levantes ocorridos no Nordeste, destaca-se a Guerra do Açu, denominada de Guerra dos Bárbaros, ocorreu no sertão do oeste potiguar, no período compreendido entre meados do século XVII e princípios do século XVIII.

Tendo sempre como motivo as disputas territoriais, no transcorrer dos séculos XVIII e XIX, outros movimentos nativistas surgiram, como a Confederação dos Tamoios, a Guerra dos Guarani e a Cabanagem.

Como consequência das invasões às terras indígenas houve o ajuntamento desses povos em aldeias que mais tarde se tornaram em vilas de índios. Em 1850, foi instituída a Lei nº 601, que estabelecia a aquisição de terras por compra, o que provocou muitas expulsões, dispersões e migrações indígenas, agravando mais ainda a situação das comunidades locais (RIBEIRO, 1993 apud GUERRA, 2011). Esta legislação veio para favorecer a minoria latifundiária que precisava de mão de obra abundante e barata a partir dessa massa que foi expelida (ANDRADE, 1990 apud GUERRA, 2011).

Câmara Cascudo (1955), influenciado pelos registros dos censos oficiais do século XIX que foram excluindo os indígenas, dando lugar à denominação de "caboclo" e depois "pardos", aludiu que os índios potiguares tiveram um "desaparecimento misterioso", o que favoreceu a tomada de terras pelos colonizadores.

Esse relativo desaparecimento foi uma ideia compartilhada e perpetuada sem contestação no Rio Grande do Norte no decorrer do século XX. Como se tudo o que houve no passado em relação aos levantes e perdas territoriais dos índios resultassem em seu mais completo extermínio, sem possibilidades de sobrevivência, adaptação, ou reconstrução desses povos.

A partir dessa conjuntura, em seu trabalho de compreensão acerca dos grupos indígenas potiguares, Guerra (2011)⁴² pesquisou a respeito dos Mendonça⁴³ como objeto de caso visando constatar se há índios no Estado, para então buscar entender como sua identidade foi construída, como ela se manifesta e qual a sua postura diante das interações sociais, seja no âmbito local como no global. Dessa maneira, a sua

⁴² Jussara Galhardo Aguirres Guerra, mestra em Antropologia pela UFPE, especialista em Administração Universitária e Antropologia Urbana pela UFRN e funcionária pública federal do Museu Câmara Cascudo.

⁴³ Grupo familiar indígena "composto por mais de mil e quinhentas pessoas, que vivem em diferentes localidades". Há no Amarelão o Assentamento Santa Terezinha (AST), o Serrote de São Bento - áreas rurais, e Amarelão Novo, em Natal, capital do Rio Grande do Norte.

atenção se volta para os aspectos constitutivos da organização social do grupo que podem aclarar a respeito da identidade coletiva e qual a perspectiva do que seja "Mendonça".

Em seus estudos, Guerra pode comprovar as consequências de um passado de violência e opressão que esse povo atravessou. A princípio não é comum o termo "índio" para determinar a alteridade, eles optam por denominações como "caboco" ou "caboco brabo", especialmente no que se referem aos seus antepassados.

Confrontando dados históricos com as informações coletadas dos Mendonça verifica-se uma trajetória iniciada na primeira metade do século XIX, quando começaram as primeiras migrações, seguiram pelo século XX até os dias de hoje. Integrados num contexto geral pelo qual atravessou os grupos indígenas potiguares, estas pessoas foram destinadas a um "extermínio" não contestado, a historiografia por muito tempo não rebateu os dados oficiais, o que não apenas afetou o conhecimento acerca da história dos grupos indígenas como a sua própria identidade.

No início do século XX, o que pôde ser evidenciado inicialmente foi uma ausência de tradição na geração de trabalhos acadêmicos e teóricos a respeito da história indígena do Rio Grande do Norte. Baseada em uma historiografia pouco sistematizada, a crítica que se difundiu por décadas pelas instituições de cultura e ensino do Estado, contribuiu para relegar as culturas indígenas ao distanciamento e ao esquecimento.

Assim como Guerra levantou, os primeiros estudos tidos como "antropológicos" do Estado apresentavam uma abordagem regional das tradições e práticas de segmentos da sociedade, de maneira superficial e, portanto, sem o rigor antropológico. Os primeiros registros acerca da história potiguar foram escritos e publicados pela elite política local que integrava o grupo de pesquisadores o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), cujos estudos focavam em valores tradicionais e aspectos desenvolvimentistas da política local e regional (GUERRA, 2011).

Guerra (2011) seguindo com sua análise bibliográfica produzida pelos pesquisadores potiguares observou uma supressão gradativa sobre certos contingentes populacionais, principalmente os grupos indígenas, que foram sistematicamente classificados em categorias genéricas como "mestiços", "caboclos", ou mesmo "desaparecidos", de acordo com o que geralmente se preconizava e expandia no país.

Ao que parece já no final da década de 1970, ainda não havia estudos direcionados para a questão étnica no Estado. O que havia no antigo Instituto de

Antropologia, atual Museu Câmara Cascudo, de certa maneira, era um compartilhamento de informações que vinham dos dados oficiais. A partir da década de 1980 historiadores como Olavo Medeiros Filho, que pesquisava no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), começou a refletir sobre essa questão⁴⁴.

Sendo assim, os valores simbólicos e as representações sociais das comunidades diferenciadas ficam possibilitados de aspirarem formas peculiares de sobrevivência preenchidas de valor político e identitário, legitimando-se perante à sociedade, num sentido amplo, como atores políticos. Isso fez com que a alteridade dos índios potiguares aparecesse depois de séculos marginalizada, proibida e ocultada a princípio pelos colonizadores.

Em relação a essa temática, Luís da Câmara Cascudo produziu pesquisas importantes sobre a história do Rio Grande do Norte, baseado em registros etnocentricamente criados e considerados oficiais, admitia a presença indígena no interior do Estado como algo suprimido. Ainda em seus escritos Cascudo faz referência a um "sumiço misterioso" dos índios potiguares e de seu fim inevitável, uma vez que não havia mais solução nem lugar para eles, estariam forçados a uma sobrevivência na condição de "mestiços" ou "caboclos", o que não só maculava a genuinidade indígena, mas o extinguiu como povo.

No entanto, Cascudo⁴⁵ em uma obra dedicada a um político proprietário de muitas terras na região do Mato Grande, denominado João Câmara, faz referências a presença da comunidade dos Mendonça⁴⁶ definidos como "mestiços de Tupi, fugidos de aldeamentos que haviam se tornado vilas" (CASCUDO, 1991 apud GUERRA, 2011, p.37), vindo a se estabelecer num lugar conhecido como Amarelão.

⁴⁴ No Rio Grande do Norte, a partir de 1980, pesquisadores como Olavo Medeiros Filho realizou estudos sobre a história indígena no período colonial, abordando primeiramente sobre os índios da região do Açú e Seridó. Desse trabalho resultou: *Índios do Açú e Seridó* (1984). Na década de 2000, Fátima Martins Lopes (UFPE/UFRN) de maneira crítica e contextualizada aborda a história dos índios do Estado baseada nas missões jesuíticas e mais tarde, nas vilas de índios. Então foi publicado "Índios, colonos, e missionários na Capitania do Rio Grande" (2003), tema de sua dissertação de mestrado.

⁴⁵ Segundo Gouveia (1983) Cascudo foi influenciado por Sívio Romero, Euclides da Cunha e pela Escola Funcionalista de Viena (padre Schimidt). Suas obras mais conhecidas são: *História do Rio Grande do Norte* (1955); *Geografia o Brasil holandês* (1956); *Nomes da terra* (1968); *Ensaio de etnografia brasileira* (1971).

⁴⁶ De acordo com os estudos de Guerra (2011), haviam grupos indígenas na região serrana do Brejo paraibano, prováveis antecessores dos Mendonça. No século XIX, houve uniões entre ocupantes regionais e indígenas, uma dessas uniões foi com um Mendonça, sua história aponta para os antigos tapuia, e assim o grupo ficou conhecido como Mendonça, quem se relacionasse com esse grupo também recebia essa alcunha. Mas ainda há referências de que essa família foi constituída por dois casais migrantes. Um oriundo do Brejo de Bananeiras (PB) - os Barbosa - e outro casal de São Gonçalo - os Mendonça - prevalecendo, esse último para representar o grupo familiar como um todo. Mas ainda há outra versão de que os Mendonça vieram dos Conrado, seus antecessores da Serra de Araruna (Agreste Paraibano) durante a segunda metade do século XIX.

"além da compilação de acervo referente à cultura material indígena amazônica, aproximando-se de uma tendência enciclopédica e classificatória, numa abordagem cultural do exótico e de culto ao passado, reforçando o ponto de vista que sustenta a cultura em sua forma estática, fragmentada, descontextualizada e vulnerável ao desaparecimento"(GUERRA, 2011, p.47).

Atualmente o MCC trabalha em uma nova perspectiva, acompanhando as tendências vigentes, que o índio é ator da nossa e da própria história, seu entendimento é exercido por meio da promoção e organização de eventos culturais como mostras fotográficas, palestras, seminários e, da integração oficial do MCC ao Grupo de Estudos da Questão Indígena no Rio Grande do Norte - Grupo Paraupaba, fomentando as pesquisas acadêmicas e as discussões desenvolvidas nas comunidades indígenas de João Câmara, Canguaretama e Açu (GUERRA, 2011).

Contudo, toda a renovação pela qual o MCC atravessou e ainda segue nesse processo, o que é algo bastante positivo, não apagou o que se preconizava anteriormente e se refletia nas suas exposições, onde havia salas e peças pertencentes a um rico acervo. Entretanto, por estar permeada por uma visão etnocêntrica, o que se via em relação à etnografia indígena eram 'vestígios materiais de um povo extinto que habitou o Estado potiguar' em comparação à cultura material indígena amazônica. Nas outras exposições também ficava explícito suas desconexões e marcas de uma cultura estática e descontextualizada.

Esse "apagamento indígena" não ocorreu somente no Rio Grande do Norte, em outros estados essa situação também ocorreu por motivos similares, por exemplo, no Ceará. Durante o século XIX e XX foi atribuída uma extinção das populações indígenas, para atestar isso, na segunda metade do século XIX a Assembleia Provincial elaborou um documento proclamando que não havia mais índios no Ceará ou que eles estavam dispersos ou confundidos em meio a população civilizada (GOMES, 2009). Estes foram silenciados por muito tempo, vindo a adquirir alguma voz a partir da década de 1980 quando foi sendo minimizada sua marginalidade e reaparecem como agentes históricos.

Os colonizadores visando tomar as terras indígenas desencadearam um massacre cultural em todos os sentidos, o que provoca ainda muitas incertezas a respeito de sua identidade. Dessa maneira, a historiografia por muito tempo "apagou" o índio como ser existente, quando lembrados, eram os povos vencidos pelo colonizador.

Compete indagar em que medida o Museu tem o poder de reescrever a história indígena, uma vez que de fato o que se observa é a constante reedição da visão da história baseada na apologia do colonizador português e de brasileiros da elite

econômica e política, sempre vistos como heróis vencedores. Em versão que se propagou por muito tempo, e ainda se difunde nos museus históricos que surgiram para legitimar a perspectiva positivista do herói. Dessa maneira, o índio aparece como figura coadjuvante, exótica e primitiva da nação brasileira, além dessa distorção ainda há a sua associação a imagem idealizada do índio amazônico, que não corresponde à realidade étnica do Nordeste a não ser para aniquilar sua presença (GOMES, 2009).

Nesse sentido, como Oliveira (2009) explica a negação do índio como agente no contexto histórico do Ceará e do Brasil em geral, tem a imagem melhorada a partir de sua miscigenação com o homem branco. No pensamento do colonizador essa "melhoria" era atribuída ao seu contato com o índio porque foi a oportunidade que esse teve com a "civilização" podendo minimizar assim, seu estado "selvagem", "primitivo".

Gomes faz referência à uma classificação tipológica das instituições museológicas proposta por Regina Abreu (2007), bastante pertinente para se compreender como essas entidades se comportaram em determinadas épocas em relação à representatividade indígena. A divisão se faz da seguinte maneira:

- "antropologias reflexivas e museus de ciência";
- "antropologias da ação e museus como instrumentos de políticas públicas" e;
- "antropologias nativas e museus como estratégia de movimentos sociais"

(ABREU, 2007 apud GOMES, 2009, p.32).

No que se refere a primeira classificação remete ao final do século XVIII e princípios do XIX, na qual os museus eram lugares de pesquisa e onde havia coleção de artefatos de uma "cultura primitiva" em vias de desaparecimento. Nesse período, a antropologia dava seus primeiros passos como campo do conhecimento e encontrava nessas peças as provas contundentes que materializavam a presença de uma cultura não reconhecida como tal.

A classificação "antropologias da ação e museus como instrumentos de políticas públicas" já leva para a segunda metade do século XX, com o avanço das Ciências Humanas e Sociais, os estudiosos passam a fazer uma nova leitura acerca das questões e problemas confrontados pelos grupos indígenas no Brasil. É quando a antropologia cultural começa a valorizar os fatores simbólicos da cultura.

A última classificação já alcança a década de 1980, quando as vozes dos povos indígenas conquistam uma oportunidade de serem representados segundo sua própria visão. Eles começam a ser grupos culturais e políticos que existiram e ainda

existem no cenário brasileiro, com sua cultura e fazendo parte da cultura e identidade nacional.

Então surge uma nova questão, que é determinar quais os aspectos que são relevantes como referenciais para a (re)construção da identidade indígena, e conseqüentemente do Brasil, que devem ser contemplados sem olvidar da relação que há entre história, cultura e etnicidade. Uma dança, uma prática, um costume, uma habilidade, enfim, vários fatores devem ser ponderados para entender primeiramente o que diferencia os povos indígenas diante de outros grupos.

3.5 . A arqueologia no IA

No que tange à arqueologia, as atividades foram intensas graças à significativa colaboração dos arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers, bem como do arqueólogo brasileiro Valentin Calderón. Por responsabilidade deste último que o pesquisador Nássaro Antônio de Souza Nasser efetuou estágio de campo e laboratório no Departamento de Arqueologia e Etnologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia.

Também foram realizadas coletas de cerâmica arqueológica pelo Rio Grande do Norte, na cidade de São Bento, local onde foram achados vestígios de enterramento indígena e, na região do Baixo Cunhaú-Curimataú, no município de Canguaretama, foi feito estudo arqueológico e ecológico.

Nesse conjunto de atividades, o IA integrou-se a participação no Simpósio "Programa Coordenado de Investigações Arqueológicas no Brasil", inserido no XXXVII Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido em Mar del Plata, Argentina, com apresentação de trabalhos realizados no IA.

Além disso, houve viagem de fiscalização de sítios arqueológicos no município de Apodi/RN, por requerimento da Fundação para o Desenvolvimento do Vale do Apodi.

Enquanto o prof. Nássaro Nasser esteve sob a direção desse departamento, três programas básicos foram desenvolvidos. Destaca-se como o primeiro o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), financiado pela Smithsonian Institution até 1971, que visava a criar uma cronologia relativa para a ocupação pré-europeia do Brasil e levantamento básico de filiações culturais entre sítios e regiões, ambos como elementos básicos para a reconstrução do desenvolvimento cultural e difusão dos grupos pré-históricos.

O segundo programa envolve os Estudos de Ecologia Cultural, cujo objetivo seria estudar a inter-relação entre as culturas pré-históricas e o meio ambiente. Nesse sentido, buscava-se verificar se havia alguma relação entre a situação mesolítica e o nível de adaptação de cada grupo indígena, se essa situação marca como fator estimulador ou inibidor do processo cultural.

O último programa está ligado a Arte Rupestre no Rio Grande do Norte. Seu propósito era o levantamento dos sítios com arte rupestre e a partir de então, estudos para definir quem a desenvolveu, em que período e por qual razão. Esse programa contava com parte do financiamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Na pasta "Correspondência Expedida para o Exterior", há comunicações importantes em relação ao desenvolvimento de trabalhos no campo arqueológico, como por exemplo, na data de 08 de setembro de 1964, Nássaro Antônio de Souza Nasser, pesquisador auxiliar, expediu ao prof. Igor Chmyz do CEPA - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, uma correspondência referente ao trabalho do prof. Igor Chmyz em conjunto com o prof. Oldemar Blasi, acerca da "Jazida Arqueológica de J. Lopes". Esse serviu de referência para os pesquisadores do IA, uma vez que também pretendiam efetuar no Rio Grande do Norte escavações em jazidas, pois já havia dois locais que confirmavam a sua presença.

Na mesma pasta, há outra que se refere a realização no Museu Goeldi, em Belém, do II Seminário do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisas, Smithsonian Institution e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse evento foi coordenado pelos professores Clifford Evans e Betty Meggers, da Smithsonian Institution; o Instituto da Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte se fez representar pelo pesquisador Nássaro Antônio de Souza Nasser.

No decorrer do evento, arqueólogos de todas as partes do Brasil fizeram apresentações de seus trabalhos desenvolvidos em suas respectivas regiões, atingindo importantes conclusões sobre o panorama da pré-história brasileira.

Oportunamente foi divulgado em revistas científicas do país e estrangeiro o resultado do II Seminário do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.

Nessa ocasião os pesquisadores da Smithsonian Institution, Clifford Evans e Betty Meggers, além de participarem do Seminário, visitaram as instalações do IA, ficaram bem impressionados com o trabalho e acertaram os procedimentos para o

convênio entre o IA e a Smithsonian Institution. (Seção Pesquisador do IA participa de Seminário Nacional de Arqueologia).

Nas "Correspondências expedidas entre 64/67", destaca-se um relatório sobre a pesquisa no Sítio de Cerâmica Arqueológica em Vila Flor, município do Rio Grande do Norte.

Como parte de um plano inicial de pesquisas sistemáticas em sítios cerâmicos em todo o Rio Grande do Norte, visava-se traçar "rotas migratórias e inferir sobre o modo de vida e situação social dos nossos aborígenes, partindo de trabalhos de escavações arqueológicas na cidade de Vila Flor" (CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA 64/67).

Dentre as principais razões para que as pesquisas partissem desse município estão: a descoberta de uma igaçaba de tipologia bem distinta de outros achados cerâmicos no Estado, seja Tupi-Guarani ou Cariri; a presença de referência a respeito de um grupo indígena que "primitivamente ocupou aquele sítio e cuja descrição coloca-os como bons ceramistas e hábeis canoeiros; os Paiaguás ou Paiaíás de família linguística não identificada"(CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA 64/67,1964).

Outra importante razão foram os pareceres dos professores Clifford Evans e Betty Meggers, da Smithsonian Institution; e do professor Mário Ferreira Simões do Museu Goeldi, no que diz respeito à forte similaridade na decoração dos cacos achados com os exemplares encontrados na Ilha de Joanes, em Marajó. O que poderia significar um ramo que tenha se desmembrado daquele grupo que emigrou para o Nordeste. Além disso, o fato de que os cacos achados localizarem-se no centro da cidade, lugar próprio de edificações públicas que prejudicariam em definitivo os trabalhos nesse local.

Os trabalhos consistiram em levantamento e prospecção de toda área circunvizinha, escavações sistemáticas na área para coleta de material e, se possível, coletar vestígios ósseos para pesquisas realizadas pelo Depto. de Antropologia Física, dos antigos grupos humanos que ocuparam essa área.

Esse trabalho foi assinado por Nássaro de Souza Nasser e Elizabeth Mafra Cabral em 04 de dezembro de 1964.

Em conversa com os primeiros pesquisadores do Instituto de Antropologia, Nássaro de Souza Nasser e sua esposa Elizabeth Mafra Cabral, inicialmente pesquisadores auxiliares, foi possível obter outra noção do que ocorria dentro dos muros do IA, aspectos expostos a seguir que não estavam nos documentos. Assim, fornecem informações para o entendimento sobre o IA e as pesquisas arqueológicas.

No que tange às atividades do IA, Nássaro Nasser relatou que começaram em 1962 e que no ano seguinte houve uma seleção para que a instituição contasse com mínimo de pessoal qualificado já que na época a universidade ainda era muito incipiente em termos de pesquisa. O IA foi o órgão que começou a fazer pesquisas sociais, socioculturais, sociológicas, geológicas, etc. Após a seleção, fizeram cursos de Antropologia Cultural com Veríssimo de Melo; Antropologia Física com José Nunes Cabral de Carvalho; Geologia e Paleontologia com Antônio Campos e aos poucos foram surgindo novos cursos.

Em relação ao desenvolvimento dos estudos em geral Nássaro relembra que trabalharam em projetos de paleontologia, geologia e arqueologia. Nesse último inclusive lembrou que tinham a intenção de realizar um levantamento de todas as inscrições rupestres do Rio Grande do Norte, mas só haviam conseguido concretizar uma parte do município de Apodi. Mossoró, a região serrana do Estado e a região Seridó ficaram faltando, segundo o pesquisador esta última era a área mais rica em inscrições, entretanto, eles não tiveram mais recursos para retornar e concluir o trabalho.

Como parte dos procedimentos, Nássaro conta que quando localizavam os sítios, que já naquele tempo estavam se deteriorando, fotografavam, mediam, determinavam a localização, denominavam o sítio e colocavam avisos de "não destrua", pois tinham importância e para alertar as pessoas, embora a maioria delas não tivesse noção do que significava. O resultado dessa pesquisa mereceu uma pequena publicação nos "Arquivos do IA", mas ele não lembrava o número.

Sobre as impressões que Nássaro teve sobre as atividades de pesquisa e de sua transição para o Museu Câmara Cascudo, expôs que o Instituto era bastante ativo e quando começaram as primeiras instalações de um museu, este era muito incipiente, na verdade não havia espaço para tanto, tinha, como ele mesmo falou "poucas apresentações de materiais para visitantes". Quando construído o prédio atual ressaltou que se não fosse pelo grande esforço de José Nunes Cabral o museu não existiria.

Como consta nos documentos, Câmara Cascudo permaneceu o primeiro ano do IA, como diretor e nos anos seguintes ele não tem mais participação significativa na entidade. De acordo com Nássaro, o que ocorreu foi um choque de egos entre Câmara Cascudo e José Nunes Cabral de Carvalho, que assumiu a direção logo após Cascudo. Esse choque, ao que parece, consistia em propósitos diferentes. Da parte de José Nunes Cabral o objetivo era que o IA realizasse cursos, preparasse pessoas para a pesquisa e Cascudo não estava interessado nisso, seu intuito era um instituto

de antropologia composto por pesquisadores formados, os que já estavam desde a fundação, para lá realizarem pesquisas junto com os auxiliares, e não para efetivar cursos. Por essa razão, Cascudo e José Nunes se afastaram por um tempo voltando a se aproximar depois, e, com a amizade restaurada José Nunes Cabral sugeriu que se pusesse o nome de Câmara Cascudo no museu.

Em termos de pesquisas arqueológicas no IA, Nássaro reconheceu como mais relevante a colaboração do IPHAN e o convênio com a Smithsonian Institution quando participaram do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), que iniciou por volta de 1964 e seguiu até 1971.

A cooperação dessas duas entidades, sobretudo, da Smithsonian Institution com a chegada do casal de arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers, foi decisiva para o desenvolvimento da Arqueologia no Rio Grande do Norte. Inaugurou-se uma nova era de intensas atividades com muitas viagens, pesquisa, coleta de material e aprendizado de novas técnicas de pesquisa arqueológica. Pode-se dizer que foi então que chegou a arqueologia, pois anteriormente à incipiência impedia que fosse considerada como tal. Inclusive os arqueólogos norte-americanos propuseram e financiaram os estudos de Nássaro Nasser em arqueologia na Bahia e no Museu Goeldi, já que não era arqueólogo. A partir de então o pesquisador começou a mergulhar nesta ciência. Nássaro Nasser lembra quando foram efetuar as primeiras "pesquisas arqueológicas" sobre as inscrições rupestres, eram leigos, como pronunciou: "Nós fomos chegados assim e jogados no campo, vamos fazer isso aqui, vão embora, vão com Deus! Já com eles, fizemos um treinamento antes para poder iniciar um trabalho de campo." Isso mostra a diferença grande e positiva da vinda dos pesquisadores norte-americanos.

Então, o primeiro trabalho realizou-se em Vila Flor, onde foram feitas escavações, depois seguiram para Guaraíras, município de Arês, onde também desenvolveram escavações. Nesta segunda região ele salienta que foram encontradas tradições bastante interessantes de cerâmica indígena, o que constituía uma área muito rica em material arqueológico, mas ainda pouco explorada.

Com Protásio de Melo de Melo, Elizabeth Mafra Cabral menciona um trabalho de cunho antropológico, cujo tema abordava sobre medicina popular no Rio Grande do Norte. A pesquisadora consultou o calendário das feiras no Estado e foi visitando todas elas, indo nas barracas fazendo uma seleção das ervas e perguntando sobre o emprego de cada uma. Como caso comparativo essa pesquisa se estendeu ao Estado da Bahia, onde algumas feiras foram visitadas. Elizabeth concluiu que foi um ótimo

trabalho, mas não chegou a ser publicado devido a alguns problemas de reconhecimento.⁴⁷

Além dos documentos, a arqueologia no IA também pode ser entendida a partir da visão de Nássaro Nasser. Com esses suportes é possível perceber que assim como na antropologia, os intercâmbios foram fundamentais no desenvolvimento da ciência. A participação do IA no PRONAPA, no projeto de Ecologia Cultural, e no programa de pesquisas sobre Arte Rupestre, foram os maiores trabalhos que a arqueologia no IA desempenhou. Pois, envolvidos em projetos nacionais em que o Rio Grande do Norte estivesse incluído, a riqueza em conhecimentos e a amplitude de visão teriam proporções bem mais avantajadas. E compreender o próprio Estado a partir de uma leitura do nacional torna-se possível extrair e identificar aspectos regionais com mais coerência e coesão.

Após essa leitura pelos documentos, é possível visualizar que as vontades e os esforços, traduzidos em trabalho, pesquisa, intercâmbio e produção científica, foram de extrema importância para o desenvolvimento científico do Rio Grande do Norte, pois o IA e posteriormente o MCC, se tornou referência nesse sentido e a partir de então, pôde ser uma fonte de saberes sistematizados onde o corpo social iria recorrer para conhecer sua história, identidade e suas relações com o ambiente.

3.6. Diálogos: antropologia, arqueologia e suas interlocuções com a identidade

Na antropologia uma questão presente é se existem identidade ou identidades. De acordo com Maalouf (2003), cada indivíduo tem uma identidade formada por várias afiliações e pertencas, o que ocorre em todas as sociedades é uma diversidade de identidades (homem, mulher, jovem, idoso, negro, branco, dentre outros aspectos) que podem ser considerados como identidades coletivas. E são essas identidades coletivas que proporcionam uma gama de fatores a ser considerados nas relações sociais com o patrimônio e a memória social.

A identidade se constitui como um processo de identificações relacionais que operam por contraste, historicamente constituídas e que atribuem sentido ao grupo social. Em outras palavras, o grupo social compartilha de um pertencimento, de sentir

⁴⁷ De acordo com a pesquisadora Elizabeth Mafra Cabral quando ela e outro pesquisador, conhecido por Raimundo, terminaram a pesquisa na Bahia, ela logo retornou e ele ficou organizando o material para entregar ao museu para publicação, mas o que aconteceu foi que riscaram o nome de Elizabeth do trabalho. Nesse caso, o pesquisador Raimundo não deixou que publicasse essa pesquisa sem que constasse o nome de Elizabeth M. Cabral.

integrado em algo que os identifica (religião, etnia, cultura, etc.), e isso se reproduz no transcurso do tempo. Como fruto das trocas reais e simbólicas que os indivíduos experimentam cotidianamente emergem as identidades. Lembrando que sua construção se faz no movimento das relações humanas, se modifica a medida que essas relações adquirem novos atributos, se reinventam, se renegociam, se reconstróem, enfim, obedecem seu caráter transitório no decorrer do tempo (RODRIGUES, 2004).

No que tange ao patrimônio cultural⁴⁸, a antropologia reconhece diversas relações com a identidade. Como construção coletiva, esta se institui como a materialização da identidade cultural. O patrimônio testemunha a identidade histórica e as experiências vividas por um grupo social. Dessa maneira, o patrimônio contribui para a manutenção e preservação da identidade de uma região ou mesmo de uma nação, daí a concepção de identidade regional e identidade nacional. Pois,

"é a herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras. É o conjunto de símbolos sacralizados, no sentido religioso e ideológico, que um grupo, normalmente a elite, política, científica, econômica e religiosa, decide preservar como patrimônio coletivo" (RODRIGUES, 2004, p.4).

A antropologia busca compreender como se constitui e se transmite o conhecimento estudando períodos que vão desde princípio da jornada humana na terra até a atualidade e nas mais distintas partes do mundo. Logicamente considerando o caráter mutável desse saber, ou seja, da memória social, com suas alterações, aperfeiçoamentos, e porque não, sua extinção acerca de determinados, aspectos, práticas e pensamentos.

Assim como o patrimônio, a memória social, além de mutável é seletiva, porque nem tudo o que fica marcado como relevante para um grupo em uma determinada época, necessariamente o será para gerações futuras.

Segundo Halbwachs (1992) relação que a memória coletiva tem com a identidade é que aquela está na base da sua formação. A identidade atesta todo o esforço que um grupo realiza para construir a memória, pois reforça o sentimento de

⁴⁸ Sendo o patrimônio cultural concebido como o conjunto de bens materiais e imateriais que são entendidos como de interesse coletivo, suficientes relevantes para que perpetuem no tempo. O patrimônio reporta ao passado, como uma manifestação, um testemunho, uma convocação do passado. Sendo assim, tem a prerrogativa de (re)memorar os eventos mais significativos, daí sua ligação com a memória social, que por sua vez, legitima as lembranças de um grupo, que para tanto, recorre ao patrimônio (Martins, 2011).

pertença identitária, o que de certo modo assegura a união e a perpetuação histórica do grupo (HALBWACHS, 1992 apud RODRIGUES, 2004).

Enfim, a antropologia vem expondo que as sociedades possuem inúmeras e diversas formas de identidade cultural no tempo e no espaço. Esse patrimônio cultural constituinte pode ser tangível, como os artefatos; e, intangível, como as ideias e os ritos, mas, ambos são preservados na memória coletiva.

No tocante a arqueologia, a identidade é tema investigado e discutido desde o início do século XX. Na Europa, esse conceito era a princípio utilizado para identificar etnias pré-históricas, revelando uma influência da antropologia (CASTRO, 2008). Nesse período, os arqueólogos interpretavam culturas como indivíduos que nasciam se tornavam em outras culturas ou morriam, não havia o foco no indivíduo. Tal perspectiva fomentou vários estudos sobre cultura material encontrada nos sítios com certos grupos étnicos e, estimulou pesquisas posteriores acerca das identidades étnicas.

No entanto, foram reveladas algumas limitações nas investigações sobre as identidades étnicas pré-históricas. Uma está relacionada com o autorreconhecimento e outra se mostra na criação de categorias *a posteriori* por parte dos estudiosos (CASTRO, 2008). Como os pesquisadores estão integrados em um tempo e um espaço deslocados da(s) cultura(s) estudada(s), suas teorias, hipóteses e suposições sobre as evidências encontradas logicamente estão permeados pelos pensamentos e concepções vigentes à sua época.

Após a Segunda Guerra Mundial, os objetos adquiriram maior importância no contexto arqueológico. No caso dos sepultamentos os objetos serviam para deduzir a respeito da posição social dos mortos, a classificação iria depender da qualidade conferida ao objeto.

A partir da década de 1980, se preconizava a dinamicidade das relações humanas e isso se refletia na produção dos objetos e, conseqüentemente alterando a identidade individual como a coletiva. Sendo assim, a arqueologia se viu motivada a entender mais a respeito das identidades do passado.

Os materiais arqueológicos podem fundamentar a superioridade ou inferioridade étnica de um povo, assim como para restaurar uma nação, relacionando-a com o passado.

Recentemente a arqueologia tem se interessado mais pelas abordagens que envolvem a construção da identidade, e, como os grupos humanos se apropriam da realidade. De acordo com Hernando, a identidade é concebida como "mecanismo pelo

qual os seres humanos fazem uma ideia da realidade e de sua posição, de modo que possam sobreviver com as condições materiais de que dispõem" (HERNANDO, 2002 apud CASTRO, 2008, p.179). Sendo assim, a identidade está nos aspectos cognitivos relacionais e não na cultura material. Os grupos identificam e reconhecem os seus pertencentes por semelhanças comportamentais, refere-se então, às identidades coletivas⁴⁹.

A identidade também pode ser entendida a partir das características biológicas, do contexto social, da idade, do sexo, do idioma, dentre outras. Contudo, ao se mudar o fato gerador da identidade, esta se modifica (VALERA, 2002 apud CASTRO, 2008). A identidade será marcada segundo o que for desencadeado ou selecionado ou como fato gerador, uma vez que se constitui em um processo de construção social.

As identidades pré-históricas são reconhecidas como coletivas e afastadas no tempo. Também são apreendidas do exterior e por terceiros. O que faz dessa construção frágil, pois além de ser embasada na cultura material e distante no tempo, os terceiros não fizeram parte da vivência do grupo. De toda maneira, é caminho possível que os arqueólogos possuem para alcançar as identidades coletivas.

Como ficou implícita nas linhas anteriores, a arqueologia enxerga o grupo. Não importa o tipo de sítio que se encontre o que há ali, pertence a um grupo. É verdade que se consideram status, religião, rituais, dentre outros aspectos sociais que fragmentam em grupos, não em indivíduos.

Outro fator importante da arqueologia pré-colonial⁵⁰ a construção da identidade coletiva a partir da leitura da regularidade identificada em objetos, monumentos e paisagens (JORGE, 2002 apud CASTRO, 2008). Através desse contato com o tangível os arqueólogos podem trazer à tona identidades escondidas em antigos rituais, práticas, gestos e comportamentos, acessados por meio de métodos específicos⁵¹ e do recurso de outras ciências como a geologia, a antropologia e a biologia.

No Brasil, a produção de trabalhos arqueológicos a respeito das identidades ainda é pequena, mas há alguns voltados para os grafismos rupestres e para a

⁴⁹ As identidades coletivas podem ser concebidas como todos os esforços que um grupo realiza do decorrer do tempo para dar a cada indivíduo do grupo um sentimento de coesão, coerência e perenidade (POLLAC, 1992).

⁵⁰ A arqueologia pré-histórica remete ao período anterior a escrita. Entretanto, como a escrita surgiu em lugares diferentes e em épocas distintas, muitas vezes se aplica o termo arqueologia pré-colonial. No Brasil, a arqueologia dividiu em pré-colonial o período dos primeiros grupos humanos que não dominavam a escrita convencional e o colonial a partir do "descobrimento" do país pelos portugueses, ou seja, de 1500, pois nessa época começaram a surgir os primeiros documentos escritos em terras brasileiras.

⁵¹ Os métodos específicos utilizados em arqueologia são diversos, mas dentre eles estão a datação relativa, a datação absoluta, amostragem, aerofotografia, coleta, decapagem, escavação, prospecção e sondagem.

cerâmica colonial e pré-colonial. Esses trabalhos consistem primeiramente em identificar e fazer um levantamento de traços semelhantes e característicos que possam determinar como pertencente a um grupo, para depois realizar uma pesquisa mais apurada.

No Instituto de Antropologia da UFRN, a antropologia e a arqueologia foram dois caminhos complementares entre si que serviram para fornecer um entendimento geral acerca da identidade regional e norte-rio-grandense. Em relação à antropologia, buscou-se conhecer a história do Rio Grande do Norte, seus eventos e personagens mais relevantes para identificar quais os aspectos que seriam mais significativos para a memória coletiva e que poderiam ser reconhecidos como identidade. A partir desse conhecimento, os trabalhos antropológicos em conjunto com instituições estrangeiras, sobretudo, norte-americanas, tiveram suporte teórico e prático para realizá-lo. Entretanto, ainda que concebidos como povos vencidos e coadjuvantes históricos, os índios, ou melhor, seus objetos receberam atenção da antropologia. O IA/MCC efetuou estudos sobre etnografia indígena a partir de artefatos indígenas encontrados no Estado, principalmente cerâmicos. Inclusive no curso de Antropologia cultural foi solicitado ao Museu Goeldi que cedesse algumas peças de etnografia indígena para que os alunos pudessem enriquecer seus saberes conhecendo e comparando com artefatos de outras regiões.

De um período mais recente a antropologia no IA/MCC, fez um levantamento das manifestações folclóricas, e alguns estudos de comunidades, para compreender os hábitos e costumes característicos do natalense e do norte-riograndense em geral. Dentre outros trabalhos antropológicos que o IA realizou e que já foram expostos anteriormente, o que marcou a antropologia no Rio Grande do Norte em seus primeiros anos foi a busca pelo entendimento, pelo estudo e exposição do que havia encontrado no Estado.

Contudo, devido à sua incipiência na década de 1960, não tinha uma reflexão mais acurada dos aspectos identitários, mas a base dessa reflexão estava em seu objetivo que, como já dito antes, era promover e propagar os estudos do homem em seus mais variados fatores físicos e culturais, incluindo hábitos, tradição e costumes. Ou seja, a consciência de que havia um patrimônio cultural a ser preservado já estava presente. No entanto, não estava sistematizado o suficiente para que se possa caracterizar e associar a gama de relações, objetos, símbolos e mudanças que envolvem os grupos humanos, no caso a sociedade potiguar, com suas nuances e especificidades para definir completamente a identidade regional.

No que se refere à arqueologia no IA, a identidade potiguar teve o início de sua construção a partir do passado. Acompanhando uma tendência geral pela interpretação dos registros arqueológicos, esta tomou corpo a partir da década de 1960, com o PRONAPA, financiado pela Smithsonian Institution, cujo intuito era criar uma cronologia relativa para a ocupação pré-europeia no Brasil e realizar um levantamento básico de filiações culturais, o que se torna fundamental para a compreensão do desenvolvimento cultural e da propagação dos grupos pré-históricos.

Os estudos referentes aos grafismos rupestres também fizeram parte desse contexto. No Rio Grande do Norte foi feito um levantamento dos sítios rupestres e buscou-se identificar quem a desenvolveu, por que e quais as analogias poderiam ser pertinentes.

Além dos sítios rupestres, nos sítios cerâmicos foram feitos levantamentos em todo o Estado, visando traçar rotas migratórias e inferir acerca dos modos de vida e condição de sociabilidade dos aborígenes potiguares. Como já mencionado, essas pesquisas começaram a partir de escavações no município de Vila Flor. A descoberta de uma igaçaba nesse lugar chamou a atenção dos pesquisadores por pertencer a uma tradição distinta de outras no Estado. Suas características pareciam pertencer a outro grupo indígena que estivesse ocupado aquela área anteriormente.

Ainda sobre os sítios cerâmicos, os arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers e o arqueólogo do Museu Goeldi, Mário F. Simões, identificaram grandes similaridades na decoração dos cacos cerâmicos potiguares com os cacos encontrados na Ilha de Joanes, em Marajó. Por isso, eles elaboraram pareceres inferindo que algum grupo desta ilha pudesse ter se deslocado e migrado para o Nordeste.

Estudos de Ecologia Cultural também contribuíram para o conhecimento sobre as culturas pré-históricas, pois se preocupavam com as relações existentes entre essas e fatores inibidores do desenvolvimento cultural.

Portanto, como é possível perceber a antropologia e a arqueologia trabalhadas no IA, foram essenciais para a construção da identidade regional, pois elas reuniram os primeiros pilares desse edifício em constante mudança, por meio de pesquisa e material pertencentes a grupos originados de diferentes tempos e espaços, o IA tornou-se um lugar de representações simbólicas, de memórias e identidades que posteriormente veio a ser o Museu Câmara Cascudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto de Antropologia, órgão vinculado à Universidade do Rio Grande do Norte (e que logo se federalizou), foi criado com o intuito de promover e difundir pesquisas sobre o homem em seus mais variados aspectos físicos e culturais, incluindo tradição, hábitos, além das jazidas pré-históricas da região norte-rio-grandense. Dedicado à antropologia e às ciências naturais o IA tornou-se referência no estudo dessas áreas. Além disso, esteve voltado para a arqueologia, a etnologia, a paleontologia dentre outras ciências que tiveram espaço no instituto. O IA preocupado em atingir seus objetivos contou com os esforços de pesquisadores que realizaram diversos estudos pelo Estado "potiguar", estabeleceram intercâmbios com outras instituições, inclusive estrangeiras, e coletaram significativa quantidade de material que constituiu um grande acervo. Tudo isso conspirou para que o IA se tornasse o Museu Câmara Cascudo (MCC), pois este não teve apenas o dever de manter o acervo de coleções do antigo Instituto, mas de se constituir como espaço além das pesquisas, de preservação e representação do patrimônio cultural no Rio Grande do Norte.

O patrimônio cultural faz parte da vivência social enquanto memória social. É verdade que nem tudo será patrimônio porque a memória coletiva não é capaz de abarcar tudo como significativo para a cultura. A perda faz parte da seleção do que se legitima como patrimônio cultural. Isso varia ao sabor das exigências dos que determinam as escolhas dos atores sociais.

Nesse movimento, os objetos, os monumentos e as paisagens que materializam o patrimônio vão adquirindo novos sentidos, segundo o que representam para a sociedade ao qual estão inseridos.

Dessa forma, o patrimônio cultural se constitui como o que identifica uma nação, uma região. Em outras palavras, a identidade nacional representada pelo patrimônio legitima a narrativa acerca da nacionalidade, o que não implica em unanimidade. No tocante ao Brasil, considerando suas dimensões continentais e heterogeneidade cultural, a identidade regional minimiza as diferenças por meio de aspectos típicos e comuns.

Assim como em outros lugares de memória, no IA/MCC as disputas por legitimidade do patrimônio cultural, no caso norte-rio-grandense, ficou implícita uma imposição do poder. Esta prescrição evidenciou-se quando José Nunes Cabral de Carvalho e Luis da Câmara Cascudo discutiram a respeito dos destinos do IA/MCC. Enquanto um tinha o objetivo de desenvolver um centro de pesquisa e formar

pesquisadores o outro visualizava um museu como ponto de encontro de pesquisadores já conceituados para expor suas idéias, não necessariamente o desenvolvimento da ciência.

Nessa conjuntura, o Museu se configura como um 'palco' onde todas as tensões, intenções, disputas, apropriações, ressignificações e demais aspectos atuam e a legitimação da identidade se faz através dos objetos. Contudo, essa(s) identidade(s) pode(m) ser trabalhada(s) sob diversas perspectivas. Em relação à antropologia e a arqueologia, os objetos guardados e/ou exibidos no Museu tornam-se parte da sua produção do conhecimento, favorecendo dessa maneira, os seus respectivos desenvolvimentos. A produção, o desenvolvimento científico e a seleção patrimonial receberam influência externa, haja vista que a maioria das técnicas aplicadas à pesquisa veio de fora, como foi identificada na passagem dos arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers.

O crescimento da antropologia no IA/MCC foi marcada pelo intercâmbio entre pesquisadores de outras instituições nacionais e estrangeiras. Essa interlocução se dava na forma de permutas de materiais, participação em cursos, palestras seminários e outros eventos, na vinda de profissionais de referência no campo, bem como na ida de pesquisadores para se aperfeiçoarem fora do IA/MCC. O contato entre profissionais de dentro e fora do país foi fundamental para essa instituição não apenas para o seu desenvolvimento como ciência, mas também para se estabelecer critérios de reconhecimento e identificação do que seria relevante em termos de patrimônio e identidade cultural. Com a participação nos estudos de comunidades, que posteriormente passaram a ser denominados de estudos regionais, buscou-se apontar problemas sociais e propor soluções nas áreas em questão. Para realizar esse trabalho foi aberto o convite a pessoas da cidade se interessassem em ajudar no programa e para conhecer um pouco mais sobre o seu patrimônio.

As pesquisas antropológicas também envolviam investigações sobre geopaleontologia, malacofauna, sedimentologia das formações terrígenas do Estado dentre outras alimentadas pelo esforço dos pesquisadores que resultou em publicações para estudo, conhecimento e troca de material com as outras instituições em contato.

A arqueologia tem seus estudos focados nos vestígios deixados por grupos humanos desaparecidos ou que ainda existem, mas suas características culturais não mais a identificam em função do descompasso temporal. Seu desenvolvimento, se deu a partir de 1950, com a chegada de arqueólogos norte-americanos como Clifford Evans e Betty Meggers, financiados pela Smithsonian Institution. No Brasil, estes

pesquisadores participaram do PRONAPA, ministraram cursos, difundiram experiências, técnicas de trabalho e promoveram o estudo de alunos no exterior. A arqueologia brasileira deu um grande passo, pois dispunha de recursos, apoio técnico e científico para estudar os vestígios deixados pelos grupos pré-históricos.

A arqueologia do IA/MCC absorveu bastante a influência desses pesquisadores, na qual foi inaugurada uma nova fase da disciplina, passou da incipiência para o exercício da pesquisa sistematizada. Isso pôde ser verificado tanto nos documentos como no relato do pesquisador Nássaro Nasser, presença ativa nos primeiros passos do IA/MCC. O incentivo à pesquisa e à participação de programas como o PRONAPA, os Estudos sobre Ecologia Cultural e sobre a Arte Rupestre no Rio Grande do Norte abriram um leque de conhecimentos sem precedentes cuja coleta de dados forneceu material precioso de pesquisa. O envolvimento com programas de diferentes esferas regionais contribuiu para que a arqueologia no Rio Grande do Norte torna-se conhecida além das fronteiras do Estado.

Inseridas na conjuntura da época a antropologia e a arqueologia foram bastante significativas para o desenvolvimento científico no Rio Grande do Norte, pois até então não havia outro pólo de pesquisa sistematizada no Estado. Ao mesmo tempo, se configuraram como caminhos para se buscar e entender os aspectos do patrimônio cultural “potiguar”. A instituição se manteve aberta para receber quem tivesse interesse em conhecer um pouco da história, do patrimônio cultural, da identidade do Estado e, principalmente, estudar o patrimônio disponibilizado no IA/MCC.

Dialogando com a identidade, a antropologia e a arqueologia trabalharam de forma complementar. Em relação à antropologia promoveu-se um conhecimento inédito da história norte-rio-grandense em seus mais variados aspectos, seus eventos e personagens mais relevantes no sentido de identificar o que seria significativo para a memória coletiva. Em parceria com outros pesquisadores e instituições nacionais e estrangeiras, o IA/MCC conseguiu suporte teórico e prático para realizar seus trabalhos e desenvolver a pesquisa científica.

No entanto, mesmo não havendo uma reflexão mais acurada a respeito dos aspectos identitários, foi plantada uma base para essa reflexão a partir do que se buscava desde o início, que era propagar os estudos sobre o homem em seus mais variados fatores físicos e culturais, abarcando seus hábitos, tradições e costumes. Dessa forma, ainda que não ocorrendo a devida sistematização de conhecimentos para definir o que caracteriza a identidade “potiguar”, partia da expectativa que existia um patrimônio cultural a ser preservado.

Quanto à arqueologia no IAN/MCC, sua relação com a identidade acompanhou uma tendência de interpretar os registros arqueológicos que se intensificou a partir da década de 1960, com a participação no PRONAPA, financiado pela Smithsonian Institution, cujo propósito era montar uma cronologia relativa para a ocupação pré-europeia no Brasil e realizar um levantamento básico das filiações culturais, algo fundamental para o entendimento do desenvolvimento cultural e difusão dos grupos pré-históricos.

Inseridos no contexto das pesquisas arqueológicas sobre o Rio Grande do Norte estavam estudos referentes aos grafismos rupestres. Nesses estudos foram feitos levantamentos dos sítios rupestres e procurou-se identificar quem os criou, por que e quais as analogias poderiam ser pertinentes. Além dos grafismos rupestres, os sítios cerâmicos também mereceram atenção com o intuito de traçar rotas migratórias e inferir acerca dos modos de vida e condição de sociabilidade dos indígenas “potiguares”.

Essas disciplinas estabelecidas nos museus universitários não cresceram descontextualizadas do que ocorria no ensino superior e nas universidades. Os museus universitários como instituições vinculadas às universidades têm a função de desenvolver a pesquisa, difundir a cultura, a ciência e a tecnologia para a comunidade universitária como para o público em geral. Mas em decorrência de problemas que as universidades e o ensino superior enfrentaram no transcurso de sua história, as instituições museológicas sentiram seus efeitos.

O ensino superior e as universidades no Brasil estavam imbuídos de uma antiga visão europeia e aristocrática, que valorizava uma cultura externa e universal. Essa postura permeou a forma como os museus, sobretudo, universitários representavam o patrimônio. Isso fica evidente, em relação às exposições etnográficas. Como até a década de 1970, o índio não era considerado com integrante do povo brasileiro, pelo menos como agente histórico e de direitos, não tinham espaço na perspectiva museológica. Os seus objetos expostos marcavam a presença de um povo vencido ou mesmo extinto. Ou seja, o que havia nas exposições museológicas era o reflexo de um pensamento que se instalou nas elites desde as primeiras instituições de ensino superior, e se propagou por muito tempo fazendo com que a história brasileira fosse deturpada, pois o ensino era distante da realidade, não condizia com a identidade nacional. Analisando as lacunas da formação cultural brasileira Anísio Teixeira preconizava que a universidade deveria ser transmissora de uma cultura comum, isto é, nacional.

Como parte desse contexto e embebido por essas influências, nasceu na década de 1960, o Instituto de Antropologia da UFRN, hoje Museu Câmara Cascudo. Como berço do desenvolvimento das primeiras pesquisas no campo da antropologia e da arqueologia no Rio Grande do Norte, o IA/MCC foi referência nesse sentido. Na busca por entender e identificar o homem em suas características regionais essas ciências levaram em conta os mais variados aspectos, pois se propuseram a trabalhá-los a partir de muitas pesquisas e contatos com outras instituições, nacionais e estrangeiras. Nesse momento, os museus brasileiros e a própria museologia passavam por um processo de amadurecimento. Permeado por influências internas como externas o IA/MCC avançava em suas pesquisas e como instituição.

O fato de o IA/MCC ter nascido num período de reestruturação da política educacional no Brasil, e de ter participado de uma rede internacional de pesquisas que buscava conhecer o país a partir de aspectos que identificassem cada região, influenciou a maneira como essa instituição conduziu suas pesquisas e estabeleceu o que se constituiria como patrimônio cultural. Ou seja: o pensamento e as práticas presentes no IA estavam permeadas por visões externas. E assim pergunta-se: A identidade “potiguar” representada no IA/MCC se constituiu segundo a visão de que atores?

Foi detectada uma clivagem de interesses: de um lado a elite intelectual com ranço patrimonialista, representado por Câmara Cascudo e de outro, uma intelectualidade voltada para o desenvolvimento da pesquisa, representado por José Nunes Cabral de Carvalho integrado a visões externas como dos pesquisadores norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers. Os dois primeiros diretores do IA/MCC criaram um ambiente de disputa que refletiram na representatividade e apropriação da identidade “potiguar”, cuja leitura remete à marca desses campos em conflito. O espaço de manifestações, tradições, práticas e memórias, tão caro a Cascudo foi focalizado por técnicas científicas introduzidas por pesquisadores de outras instituições, inclusive internacionais.

O MCC completou 50 anos de sua criação em 2010. Atualmente a instituição está em plena fase de revisão de conceitos, estrutura e práticas. É interessante interpretá-lo a partir de sua gênese, buscando compreender como este museu se formou tomando como objeto o homem em seu meio. O IA/MCC constituiu este objeto como patrimônio cultural o que fez parte da memória e o que representou como identidade regional, refletido na maneira como se articulou com os objetos da cultura material.

As informações disponíveis possibilitaram visualizar e se debruçar um pouco sobre o IA/MCC. De acordo com o que foi levantado, essa instituição de fato era uma referência em termos de ensino e pesquisa no Rio Grande do Norte, pois a partir dela seria possível conhecer e apropriar aspectos identitários da região. A antropologia e a arqueologia reuniram e sistematizaram uma gama de informações e materiais de significado singular e sem precedentes na história “potiguar”. Seu acervo pode minimizar lacunas da sua própria história, como do Estado. É fato que sua riqueza patrimonial ainda passa despercebida por muitos, mas aos poucos, aquilo que foi idealizado por alguns que alimentavam o desejo de entender o homem em seu espaço, começa a ganhar corpo, acompanhar as mudanças sociais e buscar a atender suas necessidades.

Com esse trabalho espera-se ter contribuído para compreensão do IA/MCC como um espaço que estabelece relações permanentes com o patrimônio, que se envolve num processo contínuo de vivências gerando redes interacionais, que partem da multiplicidade e da contradição, para articular as novas subjetividades individuais e coletivas que perpassam as relações que os homens estabelecem com seus mundos.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. *Museus e coleções universitários: Por que Museus de arte na universidade de São Paulo?* Tese Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARBALHO, Claudionor Barroso. *Conheça o que é Museu*. Natal, 2001. RN/UF/BCZM.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 1968. Disponível em: <http://antropologia-online.blogspot.com.br/2007/10/jean-baudrillard.html> Acesso em 18 de outubro de 2012.

BOLETIM DE ANTROPOLOGIA. Vol.3, Imprensa Universitária do Ceará. 1959.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 15ª ed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. 2008

CARVALHO, Rosane M. R. de. **As transformações da relação museu e público: as influências das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual**. Rio de Janeiro, – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. 300 f. (Doutorado em Ciência da Informação). Disponível em: http://teses.ufrj.br/ECO_D/RosaneMariaRochaDeCarvalho.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2010.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional; MEC, [1955]; 1995.

CASTRO, Viviane Maria Cavalcante de. *O uso do conceito de identidade na Arqueologia*. 2008. Disponível em: <http://www.ufpe.br/cliuarq/images/documentos/V23N1-2008/2008v1n23a9.pdf> Acesso em 29 de novembro de 2012.

CHAGAS, Mário e NASCIMENTO JUNIOR, José do. *Museus e política: apontamentos de uma cartografia*. In: CADERNO de diretrizes museológicas I. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2ª Edição.

CAZELLI, Sibeles; JR., Francisco Creso J. Franco. **Ciência, cultura, museus, jovens e escolas: quais as relações?** Tese de doutorado apresentada a PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. 2005. Disponível em: www.biblioteca-acaeducativa.org.br/dspace/handle/123456789/1977. Acesso em 16 de agosto de 2010.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Liberdade / Unesp, 2006.

Definições de Museu. Disponível em: www.icom.museum. Acesso em 10 de agosto de 2010.

DIAS, Nélia S.. Antropologia e museus: que tipo de diálogo. In *Museus, coleções e patrimônios*, ed. Regina Abreu, Mário Chagas e Myriam Sepúlveda, 126 - 137. . Rio de Janeiro: Garamond Universitaria. 2007.

FABIAN, Johannes. *Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar*. *Mana* [online]. 2010, vol. 16, n.1, pp 59-73. ISSN 0104-9313. doi: 10.1590/S0104-931320100003.

FALCÃO, Andrea. *Museu e Escola: educação formal e não-formal*. 2009. Disponível em: www.tvbrasil.org.br/fotos/series Acesso em 30 de agosto de 2010.

FARIAS, Sandra Martins. *Museu Nacional de Arqueologia, Antropologia e História do Peru - Memória e narrativa de uma Identidade*. 2011. Disponível em: http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/11_6_2011_11_21_8.pdf Acesso em março de 2012.

FAULHABER, Priscila “Olhares histórico-comparativos sobre dois institutos de pesquisa na Amazônia (Brasil e Colômbia)” *Cadernos de História da Ciência* – Instituto Butantan – vol. IV (2) jul-dez 2008, pag. 10-34(acesso eletrônico: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/chci/v4n2/a02v4n2.pdf> Acesso em novembro de 2011.

FAULHABER, Priscila. **O Instituto de Antropologia Social (EUA, Brasil e México):Um artefato da resposta antropológica ao “esforço de guerra”**. *MANA*, 2011. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132011000100002 Acesso em 12 de dezembro de 2011.

FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. *Jarbas Passarinho, ideologia tecnocrática e ditadura militar*. Revista HISTEDBR On-line, n.23, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/23/art01_23.pdf. Acesso em 27 de maio de 2012.

GIL, Fernando Bragança. *Museus Universitários: sua especificidade no âmbito da museologia*. Coleções de Ciências Físicas e Tecnológicas em Museus Universitários. 2003. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7644.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2012.

GOMES, Alexandre Oliveira. *Museus e Memória Indígena no Ceará: uma proposta em construção*. Fortaleza: SECULT, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. *O templo e o fórum: reflexões sobre museus e antropologia*. In: **A invenção do patrimônio** (org. Chuva, M.), MinC/IPHAN, pp. 55-66, 1995.

GONÇALVES, J. R. S.. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro:Editora UFRJ; IPHAN,1996.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. *Identidade indígena no Rio Grande do Norte: caminhos e descaminhos dos Mendonça do Amarelão*. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

LODY, Raul. *Coleção Arthur Ramos*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore; Fortaleza; Universidade Federal do Ceará, 1987.

MAALOUF, Amin (2003). *In the Name of Identity*. London, Penguin Books.

MAIRESSE, François. *La Notation de Public*. In: **Symposium Museology and Audience / Museología y el público de museos**. ICOM/ ICOFOM. ICOFOM STUDY SERIES – ISS 27. Munich, Germany : Museums-Pädagogisches Zentrum, 2005. p. 7-25.

MARQUES, Roberta Smania; SILVA, Rejâne Maria Lira da. **O Reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST - vol.4, nº1, 2011. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>

Museu Câmara Cascudo. Disponível em: www.mcc.ufrn.br/wordpress. Acesso em 17 de agosto de 2010.

MELATTI, Júlio Cezar. *A Antropologia no Brasil: um roteiro*. 1983. Disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-roteir.htm> Acesso em: 25 de abril de 2012.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. *Juntar, separar, mostrar*. Memória e escrita da História no Museu do Ceará(1932-1976). Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Culturado Estado, 2009 (Coleção Outras Histórias, v. 52).

OLIVEIRA, Márcia Pereira de. *O Acervo Museológico da Casa de José de Alencar*. 2009. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=26969. Acesso em 17 de dezembro de 2012.

Princípios básicos da museologia. Evanise Pascoa Costa. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus / Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

ROBRANH-GONZÁLEZ, Erika Marion. *Arqueologia em perspectiva: 150 ano de prática e reflexão no estudo de nosso passado*. Revista USP, São Paulo, n. 44, p. 10-31, dezembro/fevereiro 1999-2000.

RODRIGUES, Donizete. *Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica*. 2004. Disponível em: www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues. Acesso em 29 de novembro de 2012.

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia aplicada em Museus*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

SANTOS, Andrea. *Museus brasileiros e política cultural*. Rev. bras. Ci. Soc. vol.19 n.55. São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php> Acesso em 17 de agosto de 2012. ANO

SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A construção do Museu Câmara Cascudo*. Monografia de pós-graduação em História do Rio Grande do Norte - Universidade Potiguar (UnP). Natal, 2010.

SANTOS, Jorge Pás dos. Relato da fundação e expansão da Cidade do Natal. 2.Ed. Ampliada. Natal, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SANTOS, Osmário. *Paulo de Carvalho Neto*. 2003. Disponível em: http://usuarioweb.infonet.com.br/~osmario/igc_conteudo.asp?codigo=6531&catalogo=5&inicio=24. Acesso em 02 de dezembro de 2012.

SCHEINER, Tereza C. M. *Museologia ou Patrimoniologia: reflexões*. In: *Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas/ MAST*. (Orgs: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia de N. M. Loureiro). Rio de Janeiro: MAST Colóquia, 2009.

SCHEINER, Tereza. **Museos y museología: el otro lado del espejo**. In: **XIV ENCUENTRO ANUAL DEL ICOFOM LAM "MUSEOLOGÍA Y PATRIMONIO. INTERPRETACIÓN Y COMUNICACIÓN EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE**. Lima, Perú, 2005. ICOM/ICOFOM. Tradução da autora.

SCHEINER, Tereza. C. M. As Bases Ontológicas do Museu e da Museologia. *In: Anais do VIII Encontro Regional do ICOFOM LAM*,1999, Coro, Venezuela. Rio de Janeiro: Tacnet Cultural Ltda. / ICOFOM, p.133-164, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os museus etnográficos brasileiros: Polvo e povo, molusco também é gente. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, p.67-98, 2001.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PARA O EXTERIOR (pasta)

- . Nássaro Antônio de Souza Nasser, Pes. Aux. Do Depto de Antropologia Cultura da URN expede ao prof. Igor Chmyz do CEPAL. 1964, 08 de setembro
- . O prof. Antônio Campos e Silva, chefe da seção de Geologia e Paleontologia envia uma carta ao Dr. Clayton E. Ray. 1965, 04 de fevereiro.
- . O vice-diretor do Instituto de Antropologia, Protásio Pinheiro de Melo, enviou para a Siber Hegner & Co. LTD - Talstrasse, em Zurich, Suíça. 1971, 24 de agosto

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA 64/67 (pasta)

- . Correspondência que Veríssimo de Melo enviou a Paulo de Carvalho Neto. 1965, em 28 de março.
- . Correspondência do prof. Veríssimo destinada a Sra. Fay M. Blake, da *University Research Library*, Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos. 1965, 09 de julho.
- . O prof. Veríssimo envia ao Dr. Mário F. Simões do Museu Goeldi. 1965, em 03 de agosto.
- . O diretor do I. A. da URN, prof. José Nunes Cabral remete ao prof. Clifford Evans, do Smithsonian Institution, Washington. 1965, 22 de setembro.
- . Relatório da seção de Arqueologia.
- . Do prof. Veríssimo de Melo enviada ao Sr. Miguel León-Portilla, diretor do Instituto Indigenista Interamericano, situado em Niños Héroes, México. 1966, 16 de fevereiro.
- . O diretor do Depto. Antropologia Cultural, prof. Veríssimo de Melo propõe ao diretor do I. A. "Câmara Cascudo" da URN. 1966, 12 de julho.
- . José Nunes Cabral ao diretor do I. A. da URN (Universidade do Rio Grande do Norte), ao Reitor Onofre Lopes. 1966, 24 de outubro.

DOCUMENTOS SOBRE O MUSEU (pasta):

- A Sociedade de Danças Antigas "ARARUNA" recebe valiosa doação da Universidade
- Valiosa doação à sala da Bolandeira Cangula do Instituto de Antropologia
- Pesquisador do I.A. participa de Seminário Nacional de Arqueologia
- Museu Câmara Cascudo - Criado em 22 de novembro de 1960
- Nota elogiosa do Ministro Jarbas Passarinho

DOCUMENTOS DIVERSOS (pasta)

. Correspondência do prof. Protásio de Melo envia ao Dr. Abbott da Philadelphia, USA. 1965, 04 de setembro.

. Comunicado do diretor do I. A, José Nunes Cabral de Carvalho envia ao Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Onofre Lopes 1967. 31 de janeiro de 1967.

FOLDER do Museu Câmara Cascudo. 2010.

Lei 2.694 de 22 de novembro de 1960. Disponível em: <http://www.mcc.ufrn.br/wordpress/wp-content/uploads/2009/05/lei2694> Acesso em: 18 de setembro de 2011.

LIVRO DE ATAS do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1961.

PORTARIA Nº 02/63, de 31 de janeiro de 1963. Pasta Documentos Diversos.

RESOLUÇÃO Nº 60, de 13 de dezembro de 1961. Pasta Documentos Diversos.

RESOLUÇÃO Nº 21/62-U, de 06 de novembro de 1962. Pasta Documentos Diversos.

RESOLUÇÃO nº 81/73 – CONSUNI, de 04 de outubro de 1973. Disponível em: <http://www.mcc.ufrn.br/wordpress/wp-content/uploads/2009/05/consuni>. Acesso em 18 de setembro de 2011.

RELATÓRIOS DO I.A. UFRN (pasta):

- Relatório das atividades do setor de Antropologia Cultural do I.A. durante o ano de 1962

ANEXO

ANEXO

Um contraponto: Instituto de Antropologia da UFC/ Museu Arthur Ramos

Para ampliar a compreensão acerca do desenvolvimento das pesquisas antropológicas em parte do Nordeste no mesmo período que o IA, tomou-se uma entidade que surgiu no final da década de 1950, o Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, atualmente Museu Arthur Ramos, como um caso semelhante⁵². Ainda que não caiba aqui uma análise exaustiva, apontamos pontos relevantes para uma comparação posterior.

A história do Ceará em termos de estudos científicos começou no século XIX e foi marcada por uma tradição interessada em ciências como a História, a Sociologia, a Política e a Antropologia. Contudo, por muito tempo esses estudos foram conduzidos por pesquisadores preocupados com as questões sociais de diferentes áreas do saber, mas ainda não havia uma sistematização.

Com a criação da Universidade Federal do Ceará, em 1955 essa trajetória começa a mudar de direção. Dentre outros aspectos, são fundados espaços institucionais, reunindo estudiosos com pensamentos intelectuais semelhantes que, gradualmente foram norteando seus objetivos acadêmicos, dando-lhes tratamento teórico-metodológico com atenção para áreas específicas do conhecimento. Nessa conjuntura do desenvolvimento científico, em 1958 foi fundado o Instituto de Antropologia sob a direção o engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho, um pesquisador cearense que dedicou parte de sua vida a realizar e publicar trabalhos de cunho antropológico.

Em 1959, Thomas Pompeu Sobrinho publica no Boletim de Antropologia a pesquisa "Valorização do Nordeste - um plano de estudo Sócio-Cultural da Área Nordestina" (POMPEU SOBRINHO, 1959). Esse trabalho tinha teor educacional, pelo desenvolvimento da pesquisa e econômica, pois visava ajudar as populações rurais nordestinas buscando meios para uma recuperação econômica. Nesse sentido, o apoio antropológico se fazia essencial para melhor ciência das necessidades dessa população.

Essa temática acerca das condições de vida das populações nordestinas já constituía um problema de mais de meio século na esfera federal, contudo, nunca foi uma prioridade a ser solucionada. No entanto, cinquenta anos depois surgiu a

⁵² Além da bibliografia citada no presente item, consultar também: vieira, Maria Josiane. "Coleção Arthur Ramos como discurso: Itinerários e discursos no acervo do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará (1958 -1968)". Dissertação de Mestrado, Rio, PPG-PMUS, 2012.

oportunidade de associar o interesse dos pesquisadores com o apoio administrativo governamental que se aproximaram das universidades para que iniciativas fossem tomadas em benefício desse setor.

Além dessa base de ação, Pompeu Sobrinho menciona que o plano também contou com discreta colaboração de alguns experientes especialistas estrangeiros e de universidades estrangeiras, tomou alguns projetos de estudo de áreas em diversas partes do mundo como modelo para ser adaptado no Ceará. Para exemplificar esses projetos que serviram de inspiração ele citou o "Programa Japonês", da Universidade do Michigan, o "Programa Chinês", da Universidade de Harvard, o "Programa Escandinavo", das Universidades de Wisconsin e Minnesota, dentre outros. (POMPEU SOBRINHO, 1959)

Nesse trabalho foram selecionadas três comunidades: a primeira foi a Vila de Juatama, localizada em Quixadá, tipicamente sertaneja; depois foi escolhida a Vila de Dom Maurício, na serra do Estevão, marcada pela atividade agrícola e, por último a comunidade de Jacaúna, situada numa praia pertencente ao município de Aquirás, conhecida por sua população de pescadores marinhos.

Como Pompeu Sobrinho expôs, as condições fisiográficas dos três distritos são bastante distintas, os contrastes nos fatores ecológicos, sociais e culturais também oferecem curiosidades interessantes. Essas circunstâncias após analisadas separadamente poderão proporcionar traços marcantes de uma visão geral do conjunto. Em outras palavras, essas comunidades foram eleitas segundo critérios específicos na qual cada uma possuía características significativas para o planejamento em questão e, que juntas seriam capazes de reunir fatores que refletissem o panorama sociocultural do Ceará e de uma forma geral do Nordeste.

Com essa pesquisa aspirava-se em última análise um conhecimento científico geral, pormenorizado e adequado do meio sociocultural e fisiográfico do Ceará, de modo a permitir o entendimento do que seja o homem nordestino na atualidade e do que possa vir a ser futuramente, através de um "ajustamento harmônico mútuo da terra ao homem, pela melhoria das suas condições de explorabilidade, e, do homem à terra, mercê de uma mudança social convenientemente orientada" (POMPEU SOBRINHO, 1959, p.16). Dessa maneira, o engenheiro-pesquisador ainda acrescentou que esse ajustamento consistia na exploração racional do solo, dos recursos naturais e humanos dessa grande e promissora região brasileira e, que dela muito dependiam a integridade, a prosperidade, a segurança e a grandeza política da Nação.

Em relação ao acervo do antigo Instituto de Antropologia que foi transferido para o Museu Arthur Ramos⁵³, bem como documentos a respeito de sua formação, a autora do presente trabalho realizou, com ajuda do bolsista Átila, pesquisas no arquivo do Museu e no arquivo do Memorial da Reitoria da UFC. Entretanto, devido à precária organização documental do período em questão (final da década de 1950 até início de 1970) em ambos os órgãos, não foi possível extrair maiores informações para conclusões melhor pautadas.

Para ilustrar, nessa garimpagem foi encontrada no arquivo do museu uma ficha catalográfica do Instituto de Antropologia com informações de um machado de pedra indígena que procedia da localidade de Mundaú, adquirida por permuta com o Museu Histórico e Antropológico do Ceará e demonstrada a seguir.

Figura 4: Ficha catalográfica do machado de pedra, com etiqueta

ESTANTE 07
UNCL. 03

Nº 4.64.24 SALA

Machado de pedra

Procedência - Mundaú

Museu Histórico e Antropológico do Ceará

na estante R.2

27
3

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
MUSEU

4.64.24 Número do catálogo Tombamento: Livro 1 Pág. 126

Localização: Sala Vitrina Parede

Estado de Conservação Bom

Valor

Dimensões Comp. 20,5cm; larg. 6,6cm; espess. 6,4cm

Bibliografia STUART, Carlos - Antiguidades Indígenas do Ceará. In Revista do Instituto do Ceará, 41. Fortaleza. Tip. Minerva, 1927.

BOMB: 126
US GERAL 4275

trov d batat.

Foto: Raquel Barros, 2012

⁵³ O Museu da Casa de José de Alencar recebeu o nome de Arthur Ramos em homenagem ao antropólogo alagoano que empreendeu uma série de pesquisas na Bahia e no Rio de Janeiro, buscando comprovar sua teorias referentes aos casos de psicopatologia, tipo de estigma dos adeptos dos candomblés e macumbas como ele considerava os modelos das religiões afro-brasileiras. Seus estudos antropológicos se concentravam na Antropologia Física (bioantropologia). Sua linha metodológica não o aproximava muito do sociocultural, o que provocou uma compreensão limítrofe de aspectos contextuais e de mudanças independentes da caracterização da raça. O que fez Arthur Ramos considerar a miscigenação como equivalência de degeneração, o que seria a causa de certas doenças físicas e mentais. Não obstante suas tendências teóricas a respeito das culturas afro-brasileiras, suas investigações serviram de referência para autores como Manuel Querino e Gilberto Freire. No decorrer de sua vida acadêmica, Arthur Ramos reuniu uma coleção composta por objetos sagrados nos terreiros, delegacias de polícia, hospícios entre outros locais. Tal coleção chegou a Universidade Federal do Ceará em 1959, onde ficaram no Instituto de Antropologia, com sua extinção, ela foi transferida para o Museu da Casa José de Alencar, que posteriormente foi denominado Arthur Ramos (Lody, 1987).

Figura 5: Ficha catalográfica do machado de pedra, sem etiqueta

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Universidade Federal do Ceará
Instituto de Antropologia
Museu do Instituto de Antropologia

R2
E7
P3

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
MUSEU

Objeto Machado de pedra - Indígena

Modo de aquisição Permuta
(Compra, doação, permuta, transferência)

Procedência Mundau
(Lugar de onde veio o objeto)

Número de Ordem 4.64.24 Número do catálogo _____ Tombamento: Livro 1 Pág. 126

Localização: Sala _____ Vitrine _____ Parede _____

Estado de Conservação Bom

Valor _____

Dimensões Comp. 20,5cm; larg. 6,6cm; espess. 6,4cm

Bibliografia STUDART, Carlos - Antiguidades Indígenas do Ceará. In Revista do Ins
tituto do Ceará, 41. Fortaleza. Tip. Minerva, 1927.

Pertencimento: 126
1106644 4225

Foto: Raquel Barros, 2012.

Outros dados significativos foram documentos que tratam da transformação da Casa José de Alencar (CJA) em fundação. O primeiro se refere ao parecer 151/68 do Ministério da Educação e Cultura (MEC), emitido por Guido Ivan de Carvalho, assistente jurídico, cuja proposta do Reitor da Universidade do Ceará foi avaliada nesse sentido. Sendo assim, a nova entidade deveria se subordinar diretamente ao MEC. Diante da nova estrutura atribuída à UFC e, das dificuldades da Casa José de Alencar se enquadrar nessa composição, para lograr tal êxito foi invocado o Decreto-Lei 252/67⁵⁴, que institui normas complementares para a reestruturação das universidades.

Então, por determinação do Colendo Conselho Universitário e das comissões técnicas da UFC, para que a CJA torna-se fundação seria imprescindível sua vinculação à UFC, pois lhe seria benéfico e conveniente realizar suas atividades culturais de pesquisa e extensão sob a tutela legal e administrativa da universidade⁵⁵.

Para abordar o Museu Arthur Ramos é importante discorrer um pouco sobre a história do lugar onde foi instalado para se compreender em que contexto ele surgiu. A princípio, a Casa José de Alencar, equipamento cultural vinculado à Universidade Federal do Ceará, está situado no Alagadiço Novo, numa propriedade que foi de José

⁵⁴ O Decreto-Lei de 28 de fevereiro de 1967 em seu art. 6º expressa que "além das Unidades que a compõem, destinadas ao ensino e à pesquisa, a Universidade poderá ter órgãos suplementares de natureza técnica, cultural, recreativa e de assistência ao estudante".

⁵⁵ Parecer 151/68 - Parecer Jurídico assinado por Guido Ivan de Carvalho, assistente jurídico.

Martiniano de Alencar. Nesse lugar nasceram os seus seis filhos e, dentre eles o romancista José de Alencar, em 1829, lá vivendo até os nove anos quando se mudou com a família o Rio de Janeiro, então capital do Império e, seu pai tornou-se senador (OLIVEIRA, 2009).

A propriedade da família ficou sob a responsabilidade de Carolina Joaquina, irmã de José de Alencar, que por lá permaneceu até seu falecimento e, como ela não tinha filhos foi passada para Antônio de Barros o seu segundo esposo (OLIVEIRA, 2009).

Em 1929, nas circunstâncias do centenário de José de Alencar, o prefeito de Fortaleza, Álvaro Weyne, adquiriu do Sr. Antônio de Barros, um pequeno imóvel edificado em torno de 1824 e que era parte integrante das instalações do Alagadiço Novo. O projeto era o funcionamento de uma escola, mas dificuldades de acesso obstaram sua implementação, contudo, intelectuais e políticos tentaram por vários anos transformá-lo em lugar de referência cultural cearense (OLIVEIRA, 2009).

Em 1964 o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco tomou medidas para a compra e o tombamento do imóvel e dos oito hectares em sua volta, pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesse período, Pereira conta que pouco restava de outrora, além do imóvel tombado apenas as ruínas do velho engenho do Senador Martiniano, pois a casa grande já havia sido demolida. Sendo assim sua administração ficou a cargo da Universidade Federal do Ceará para que servisse como instrumento de extensão acadêmica e para estimular a produção literária acadêmica.

Importante destacar o que Pereira explicitou em relação ao investimento que esse espaço no Alagadiço Novo recebeu:

A Universidade construiu um prédio para ser a sede administrativa e abrigar salas de exposição e instalações para receber escritores, artistas e autoridades, além de salas de aula. O prédio projetado para parecer com uma sede de fazenda possui além das salas destinadas à secretaria e à diretoria, um museu, duas pinacotecas, dois auditórios, biblioteca, duas reservas técnicas, oito salas de aula, três salas que atualmente são ocupadas pela prefeitura da Casa de José de Alencar e na guarda de equipamentos utilizados na manutenção e na segurança do prédio (OLIVEIRA, 2009).

Dessas estruturas incorporadas à Casa José de Alencar, chama atenção o Museu, posteriormente denominado de Arthur Ramos, foi criado para abrigar o acervo pertencente ao antigo Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará deixando de sê-lo para dar lugar ao curso de Ciências Sociais.

Como pôde ser percebido não obstante suas individualidades o Instituto de Antropologia da UFC, tem suas semelhanças com o Instituto de Antropologia da UFRN. Ambos surgiram no mesmo período e estavam vinculados a uma entidade federal, desenvolviam pesquisas antropológicas, tinham preocupação com em conhecer e entender a cultura do Estado, ou seja, investigavam sobre o que marcava como traços identitários regionais e nacionais por meio da antropologia e da arqueologia.